



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - N° 061 - TERÇA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)	2º - João Durval - (PDT-BA)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO)	3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
	4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

LIDERANÇA

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30	Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15
Líder Humberto Costa - PT	Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros	Líder Mário Couto - PSDB (9)
.....	Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferrão Casildo Maldaner
Líder do PT - 15 Humberto Costa	Líder do PP - 5 Francisco Dornelles	Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias
Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias	Vice-Líder do PP Ana Amelia	Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (8) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6)
Líder do PR - 5 Magno Malta	Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim	Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4)
Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz	Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão	Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)
Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque	Líder do PV - 1 Paulo Davim	PTB - 6
Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares	PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS	Líder Gim Argello - PTB
Vice-Líder do PSB Lídice da Mata		Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda		
Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella		
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL		Governo Líder Romero Jucá - PMDB
		Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM N° 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

Expediente	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nºs 17 e 18, de 2011	12606
2 – ATA DA 55ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 25 DE ABRIL DE 2011	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar o Dia Nacional dos Aposentados e Pensionistas, nos termos do Requerimento nº 260, de 2011, do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores.	12207
2.2.1 – Execução do Hino Nacional	
2.2.2 – Leitura de pronunciamento do Presidente José Sarney (pelo Senador Paulo Paim, no exercício da Presidência)	
2.2.3 – Oradores	
Senadora Ana Amelia	12209
Senador Vital do Rêgo	12212
2.2.4 – Execução da música “Que Homens São Esses”	
2.2.5 – Oradores (continuação)	
Senador Wilson Santiago.....	12212
Sr. José Augusto da Silva Filho (pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores)	12216
Senadora Vanessa Grazziotin.....	12218
Sr ^a Josefha Brito (Secretária-Executiva da Frente Parlamentar e de Entidades de Defesa da Previdência Social Pública)	12220
Sr. José Calixto Ramos (Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores).....	12221
Sr. Olair Francisco (Deputado Distrital).....	12223
Sr. Carlos Eduardo Gabas (Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social)	12223
Sr. Warley Martins Gonçalves (Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP)	12224
Sr. Garibaldi Alves Filho (Ministro de Estado da Previdência Social)	12225
2.2.6 – Fala da Presidência (Senador Paulo Paim)	
2.2.7 – Execução do Hino da COBAP	
2.3 – ENCERRAMENTO	
3 – ATA DA 56ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 25 DE ABRIL DE 2011	
3.1 – ABERTURA	
3.2 – EXPEDIENTE	
3.2.1 – Leitura de requerimentos	
Nº 434, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de pesar pelo falecimento das 12 vítimas, em virtude das chuvas no Rio Grande do Sul.	12229
Nº 435, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplauso à professora Isis Tavares.	12229
3.2.2 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados	
Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2011 (nº 2.790/2010, na origem), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Cristã Educativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Itapuranga, Estado de Goiás.	12230
Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2011 (nº 2.791/2010, na origem), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora São Joaquim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina)	12235
Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2011 (nº 2.798/2010, na origem), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pontal de Itabira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.	12239
Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2011 (nº 2.802/2010, na origem), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Temperada Esporte Clube para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Inês, Estado do Maranhão)	43
Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2011 (nº 2.902/2010, na origem), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Terra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa, Estado de Goiás.	47

3.2.3 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 117 a 121, de 2011, lidos anteriormente, que serão apreciados terminativamente pela referida Comissão.

12251

Lembrança de que o tempo dos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 26, será destinado a comemorar os cinco anos do projeto *Professores de Educação Física sem Fronteiras*, e a atuação da Delegacia da Federação Internacional de Educação Física (FIEP) no Brasil, nos termos do Requerimento nº 376, de 2011, do Senador Alvaro Dias e outros Senadores.

12251

Término do prazo, quarta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 14, de 2011.

12251

Informação de que o Parecer nº 4, de 2011-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 1, de 2011-CN, foi publicado em avulsos e no **Diário do Senado Federal** de 21 do corrente.

12251

3.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR FRANCISCO DORNELLES, como Líder – Importância da construção da Usina de Belo Monte para o desenvolvimento do País.

12251

SENADOR PAULO PAIM – Importância da sessão especial, realizada hoje, em homenagem ao Dia Nacional dos Aposentados e Pensionistas, destacando projetos de autoria de S. Ex^a que visam melhorar a situação em que a classe se encontra.

12254

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Considerações sobre a organização da Justiça Federal brasileira, destacando a necessidade de desmembramento do Tribunal Regional Federal da 1^a Região; e outro assunto.

12259

SENADORA ANA AMELIA – Voto de pesar pelas mortes, neste final de semana, em virtude das chuvas no Estado do Rio Grande do Sul, destacando a necessidade de políticas de prevenção às tragédias naturais; e outros assuntos.

12264

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Registro do 51º aniversário de Brasília e reflexões sobre as mudanças promovidas no País com a vinda da capital para o Centro-Oeste.

12264

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Preocupação com os conflitos no mundo árabe e manifestação de apoio à nota do Governo brasileiro acerca da escalada de violência na Síria, e ao apelo do Papa Bento XVI por mais diplomacia para se chegar à paz na Líbia; e outro assunto.

12270

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Comentários sobre o aumento da inflação nos últimos meses e o engajamento do Governo em combatê-lo.

12273

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Comentários acerca da reforma política e de iniciativas de S. Ex^a a respeito.

12273

SENADORA GLEISI HOFFMANN – Necessidade de uma rápida apreciação do projeto que trata do novo Código Florestal.

12276

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro de encontro que se realizará amanhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, no qual se discutirá o Projeto de Resolução nº 72, de 2010, de autoria de S. Ex^a, que estabelece alíquotas de impostos nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.

12281

SENADOR VITAL DO RÉGO – Preocupação com o andamento das obras para realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

12282

SENADOR BLAIRO MAGGI – Preocupação com as sobreposições das leis no sistema jurídico do País.

12286

SENADOR ANIBAL DINIZ – Preocupação com ação civil pública impetrada por uma ação conjunta do Ministério Pùblico Federal, Ministério Pùblico do Estado do Acre e Ministério Pùblico do Trabalho contra os frigoríficos daquele estado.

12289

SENADOR JORGE VIANA, como Líder – Preocupação com ação civil pública impetrada por uma ação conjunta do Ministério Pùblico Federal, Ministério Pùblico do Estado do Acre e Superintendência do Trabalho no Acre contra os frigoríficos daquele estado.

12292

SENADOR WELLINGTON DIAS – Defesa do aumento da oferta de cursos técnicos como forma de qualificação de mão de obra.

12294

3.2.5 – Comunicações da Presidência

Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 11 de maio próximo, quarta-feira, às doze horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos presidenciais.

12297

Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 3 de maio próximo, terça-feira, às dezenove horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do projeto de resolução do Congresso Nacional, que dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências.

12297

3.2.6 – Mensagens da Presidente da República

Nº 62, de 2011 (nº 99/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Dr. Ricardo Villas Bôas Cueva para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Sr. Ministro Nilson Vital Naves.

12298

Nº 63, de 2011 (nº 100/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do *Sr. Antonio Carlos Ferreira* para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Sr. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro.

12302

Nº 64, de 2011 (nº 101/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do *Dr. Sebastião Alves dos Reis Júnior* para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Sr. Ministro Humberto Gomes de Barros.

12307

3.2.7 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Defesa da implantação do Trem de Alta Velocidade (TAV) como forma de modernização do transporte público brasileiro.

12313

3.2.8 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 26, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....

12313

3.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 17, DE 2011

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 525, de 14 de fevereiro de 2011**, que “Altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, no tocante à contratação de professores”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 5 de abril de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 18, DE 2011

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 526, de 4 de março de 2011**, que “Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, altera o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal, e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 25 de abril de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Ata da 55^a Sessão, Especial em 25 de abril de 2011

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim.

(Inicia-se a Sessão às 11 horas e 1 minuto e encerra-se às 13 horas e 47 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente Sessão Especial destina-se a comemorar o Dia Nacional dos Aposentados e Pensionistas, nos termos do Requerimento nº 260, de 2011, deste Senador e outros Senadores.

Vamos à composição da Mesa.

Está conosco à mesa Warley Martins Gonçalves, Presidente da Cobap; José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical; José Augusto da Silva Filho, representando o Fórum Sindical dos Trabalhadores;

Josephina Brito, representando o Conselho Nacional da Previdência Social e também a Frente Parlamentar. Estamos esperando – sua Assessoria confirmou que ele virá – e quero registrar com muito carinho o nome daquele que sempre esteve nos nossos eventos e confirmou que vai estar aqui, o Secretário-Executivo do Ministério da Previdência, hoje representando oficialmente o Ministro Garibaldi Alves, o companheiro Carlos Eduardo Gabas. Aliás, ele acaba de chegar. Peço uma salva de palmas a ele, que vem compor a Mesa e que representa a autoridade maior aqui. *(Palmas.)*

Com a presença do nosso querido amigo e ex-Ministro da Previdência Social Carlos Eduardo Gabas, damos continuação aos nossos trabalhos.

Neste momento, vamos cantar o Hino Nacional. Convido para que fiquem todos de pé. A gente canta o Hino Nacional e depois vamos seguir a ordem dos oradores.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em primeiro lugar, está inscrita a Senadora Ana Amélia. Mas, antes que a Senadora use a palavra, eu já vou pedir a todos vocês – não anunciei antes, mas estou fazendo agora – uma salva de palmas agora, antes de ela subir à tribuna: Senadora Ana Amélia.

(Palmas.) Vou fazer ainda a leitura, Senadora, da fala do Presidente.

Cumprimentos a V. Ex^a, que chamarei em seguida.

Como é de praxe, farei a leitura, em nome do Presidente Sarney, do pronunciamento de S. Ex^a.

Segundo o Presidente, o pronunciamento, neste momento, é uma homenagem a todos os senhores.

Minhas senhoras e meus senhores, a presente sessão destina-se a comemorar o Dia Nacional dos Aposentados e Pensionistas, conforme requerimento do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores.

Esta comemoração foi instituída por meio da Lei nº 6.926, de 30 de junho de 1981, proposta inicialmente pelo Deputado Benedito Marcílio, que fixou a data de 24 de janeiro.

A data relembrava a promulgação da chamada Lei Elói Chaves, que em 1923 criou a Caixa de Aposentadorias e Pensões destinada a beneficiar os trabalhadores das estradas de ferro e seus familiares. Esse decreto legislativo estabeleceu os benefícios de aposentadoria por invalidez, aposentadoria por tempo de serviço, pensão por morte e assistência médica no âmbito das empresas ferroviárias.

Sob essa forma chegou a ser criado um total de 183 caixas de aposentadorias e pensões, passando a cobrir também trabalhadores de portos, telégrafo, água, energia, gás, mineração e transporte aéreo, reunidas depois sob a denominação Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados de Serviços Públicos.

É importante notarmos que a Lei Elói Chaves representou a inauguração da participação do Estado na questão da Previdência Social, substituindo as antigas instituições mutualistas que existiram no Império, os famosos montepíos.

A estrutura estabelecida evoluiu no sentido da formação dos Institutos de Aposentado-

rias e Pensões dos vários setores econômicos, até chegar ao Instituto Nacional de Previdência Social, criado por meio da Lei Orgânica da Previdência Social de 1966.

Apenas com a Constituição Federal de 1988 podemos considerar que os benefícios previdenciários foram verdadeiramente universalizados, atingindo igualmente trabalhadores urbanos e rurais.

Os aposentados e pensionistas representam um importante segmento social no Brasil. Contribuíram para a construção deste País e agora gozam, quando possível, de merecido repouso. Significativa parte deles ainda é o esteio de suas famílias, principalmente nos segmentos mais carentes da população”.

Tornam-se cada vez mais visíveis não apenas em função da mudança do perfil demográfico brasileiro, que tende ao aumento da participação daqueles da terceira idade no conjunto da população, mas, fundamentalmente, pela organização e atuação decidida em defesa dos seus direitos e interesses.

Cabe ao Poder Legislativo, além da lembrança e homenagem, o aperfeiçoamento do arcabouço legal de proteção ao trabalhador brasileiro, em especial na fase em que sua capacidade de trabalho começa a declinar.

Melhorar as leis para os aposentados e pensionistas envolve um amplo e complexo leque temático, que vai desde a fixação do valor anual do salário mínimo até a avaliação de resultados alcançados com o fator previdenciário [que esperamos haja mudança] e a retomada da discussão da necessidade e conveniência ou não da sua manutenção.

Além disso, busca-se a ampliação dos benefícios dos aposentados, na medida em que se identificam nessa atual situação em que os salários dos aposentados são arrochados todos os anos. É comum vermos alguém dizer que ganhava cinco salários mínimos, ganhava seis e que está ganhando dois, ou que está ganhando um.

Enviamos, enfim, nossa saudação especial aos aposentados e pensionistas, reafirmando o compromisso deste Senado Federal que já votou o fim do fator previdenciário, este Senado que já votou a PL nº 1 para garantir que o aposentado receba o mesmo percentual que é concedido ao salário mínimo. Enfim, buscamos assegurar ao trabalhador brasileiro rendimento digno.

Termina dizendo muito obrigado, vida longa à Cobap, entidade dos aposentados e pensionistas, o Presidente Sarney. (Palmas).

Permitam-me ainda vocês – farei meu pronunciamento no encerramento desta sessão – que eu faça um pedido especial a todos, porque, infelizmente, nesse fim de semana, no nosso querido Rio Grande, Senadora Ana Amelia, 12 pessoas faleceram por motivo de enchentes.

Por isso, queria ler aqui um pequeno documento que fala do que aconteceu no Rio Grande e depois nós faríamos um minuto de silêncio.

Nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de pesar pelo falecimento das 12 vítimas, em virtude das chuvas, ocorridas nas cidades de Igrejinha, Novo Hamburgo e Sapucaia do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. São elas:

Igrejinha [infelizmente faleceu]: Fernando Leite de Lima (51 anos), Iraci Pereira (41 anos), Rafael Pereira Lima (9 anos), Jozelana Pereira Lima (19 anos), Leandro Pereira Lima (22 anos), Marli Terezinha Lima (42 anos), Joshuan Lima (11 anos);

Novo Hamburgo [faleceu]: Gustavo Alves (10 anos), Evandro Alves (12 anos), Tauane Alves (13 anos);

Sapucaia do Sul [faleceram]: Edson Miguel Trindade (58 anos), Admar Hagemann (67 anos).

A chuva e os desmoronamentos de terra que vitimaram 12 pessoas no feriadão da Páscoa despertaram comoção entre todos os gaúchos.

O socorro às comunidades atingidas em Igrejinha e Novo Hamburgo veio de policiais, bombeiros e centenas de anônimos. O trabalho estendeu-se durante o final de semana para retirada de escombros e localização dos corpos que ficaram soterrados. As prefeituras de Novo Hamburgo, Igrejinha, Sapiranga, Montenegro e São Sebastião do Caí contabilizam as perdas. Os relatórios devem ser encaminhados hoje à Defesa Civil na intenção [e na busca naturalmente] de apoio à reconstrução de casas, ruas, pontes e estradas. A estimativa [nesta cidade e em outras com perda menor] é que mais de 350 famílias estejam desabrigadas ou desalojadas. Doações de alimentos, móveis e vestuário podem ser feitas no Armazém A7 do Cais do Porto da Capital.

Para tanto, gostaríamos que voto fosse encaminhado às prefeituras das cidades citadas, endereçado aos gabinetes dos Prefeitos. [Todo o apoio e solidariedade e vai também o voto de pesar do Congresso Nacional]. Igrejinha, Av. Presidente Castelo Branco, nº 228, Igrejinha – RS; Novo Hamburgo, Rua Guia Lopes, nº 4201, Novo Hamburgo – RS; Sapucaia do Sul, Rua Leonidas Souza, nº 1289, Sapucaia do Sul –RS.

Assina este Senador e outros.

Eu pediria que fizéssemos um minuto de silêncio, de pé, como uma forma de solidariedade ao povo gaúcho e àqueles que faleceram nessa catástrofe. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, neste momento, à Senadora Ana Amelia Lemos, que falará pela Liderança do PP. (Palmas.)

Senadora, só permita que eu anuncie já que, depois de V. Ex^a, vai falar pela Liderança do PMDB o Senador Vital do Rêgo, a quem peço também uma salva de palmas. (Palmas.)

Senadora Ana Amelia com a palavra.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS. Pela Liderança. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cumprimento o Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim; o Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, o Sr. Carlos Eduardo Gabas; o Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, Warley Martins Gonçalves; o Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, José Calixto Ramos; o Secretário Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, José Augusto da Silva Filho; a Secretaria Executiva da Frente Parlamentar de Entidades de Defesa da Previdência Social Pública, Josepha Brito; o Presidente e os representantes das Federações Estaduais dos Aposentados e Pensionistas, especialmente o do meu Estado do Rio Grande do Sul – do nosso Estado, Senador Paulo Paim –; as Sr^{as} e os Srs. Senadores; e os telespectadores da TV Senado que acompanham esta sessão especial.

Eu quero, em primeiro lugar, associar-me à homenagem e à solidariedade prestadas pelo Senador Paulo Paim às vítimas de mais uma tragédia de efeito climático ocorrida numa região importante de nosso País – não por ser de nosso Estado, o Rio Grande do Sul, mas porque comove o Brasil inteiro. Afinal, morreram adultos e crianças soterrados, de uma maneira que choca todo o País. Lá estava o Sr. Walter Lima, um avô, 80 anos – seguramente como muito dos senhores aqui –, aposentado, cabelos brancos, acompanhando

o enterro do filho, de noras e de quatro netos – triste não apenas pela perda de tantos familiares em uma única tragédia, mas especialmente, talvez, por estar, como os senhores, muito preocupado com a situação de um aposentado, como ele é, e pensionista da Previdência.

Igrejinha, como bem disse o Senador Paulo Paim, é um município no Vale do Paranhana marcado pela prosperidade, pela produtividade e por ser um polo importante do setor coureiro calçadista. Todos nós, gaúchos, estamos de luto por essa tragédia que aconteceu e que comoveu gaúchos e brasileiros.

Associo-me também ao voto de pesar que o Senador acaba de apresentar à Mesa, e apresento também voto de pesar em meu nome e em nome do Senador Pedro Simon, do PMDB.

Parabenizo o Senador Paulo Paim pela iniciativa, ele que, como Deputado Federal e, agora, no segundo mandato como Senador, ao longo de sua atividade parlamentar tem se dedicado à causa dos aposentados e pensionistas da Previdência Social, especialmente do Regime Geral da Previdência Social.

Vinte e quatro de janeiro é o Dia Nacional do Aposentado, e esta sessão especial, mais do que uma homenagem, é o símbolo do renovado interesse de encaminhar, com a celeridade possível, aqui na Casa e também na Câmara Federal, aqueles projetos de interesse da categoria dos aposentados do nosso País.

A data, como foi dito no pronunciamento do Presidente José Sarney que foi lido pelo Senador Paim, instituída pela Lei nº 6.926, de 30 de junho de 1981, foi criada para comemorar a conquista de um direito fundamental de todo ser humano: o direito de, após uma vida inteira de trabalho, ter assegurado o proveniente financeiro para viver com independência, saúde, conforto e liberdade.

Esse direito não é um direito concedido, um direito dado, um presente. Esse direito é um direito perseguido por toda a vida do trabalhador, conquistado a cada gota de suor – foi assim comigo, que sou também uma aposentada do INSS. A cada instante, no exercício de sua profissão – muitos aqui eram operários; eu era jornalista –, o brasileiro destina uma parte da receita de seu trabalho, do nosso trabalho, para cuidar do futuro via aposentadoria. E não o faz pensando somente em si. O brasileiro contribui, religiosamente, na esperança de construir um futuro melhor para a sua família e para a sociedade. Não é por acaso que chamamos essa instituição dedicada a zelar por esses recursos de Previdência Social!

E o pior, meus caros aposentados e pensionistas, caro Senador Paim, dirigentes desta categoria, é que, a cada dia, somos surpreendidos com a notícia de que

vem novidade por aí, e uma novidade que pode, agora, alterar o direito dos herdeiros de muitos dos senhores – se for provado que o herdeiro do aposentado tem condições, será cortada aquela aposentadoria que é direito líquido e certo de quem pagou a Previdência e que, na sua sucessão direta, é direito de seu herdeiro, que tem o direito de continuar recebendo pelo resto de sua vida.

É preciso, claro, ter em mente um controle sobre as contas da Previdência, mas não é possível aceitarmos que, de novo, sejam os aposentados e suas famílias penalizados por algumas atitudes que não são adequadas à gestão daquele dinheiro que pertence única e exclusivamente aos aposentados e pensionistas. (Palmas)

Garantir a segurança desses investimentos aos quais me refiro, além de um compromisso de todo cidadão é um dever do Estado. E, se é um dever do Estado, meus caros aposentados, faz parte do trabalho desta Casa fiscalizar a utilização dos recursos previdenciários e também elaborar políticas públicas que promovam a sustentabilidade de suas contas e o bem-estar dos aposentados e dos beneficiários do sistema.

Uma sociedade que não zela por seus aposentados no presente não possui condições sequer para almejar um futuro próspero, um futuro melhor e um futuro de maior desenvolvimento. Os aposentados são os trabalhadores do passado, responsáveis pelo que nós somos hoje. Dedicaram suas vidas à construção de nossa história, de nossas famílias e ao desenvolvimento de nosso País.

No meu primeiro pronunciamento, ao assumir o mandato aqui nesta Casa, daquela tribuna, abordei o problema, e o fiz por ter acompanhado a preocupação e a dor de muitos aposentados durante a minha campanha eleitoral – como fez, seguramente, o Senador Paulo Paim, com mais motivos até –, dramas de aposentados que tiveram que voltar ao mercado de trabalho para poderem recuperar e recompor a renda familiar. É inaceitável que isso ocorra exatamente na hora em que o aposentado tem o direito de ficar em casa cuidando dos netos, cuidando da sua vida, cuidando da sua saúde – recompensa por uma vida inteira de trabalho.

Eu pedi, portanto, uma auditoria geral nas contas da Previdência e a mesma coisa eu vou fazer no Congresso da Anfip, que será realizado no mês de maio em Gramado, para o qual fui convidada. Solicitei ao ex-Ministro da Previdência, meu conterrâneo e correligionário do Partido Progressista Jair Soares, dados relevantes sobre essa situação, e ele me assegurou que não há déficit, conforme prega o Governo, o que

há é uma mistura na contabilidade entre previdência social e assistência social, que são coisas diferentes.

Não é possível, portanto, penalizar nossos aposentados com essas alterações na contabilidade, que são interpretadas pelo gestor de plantão a seu bel prazer.

Temos que respeitar esses direitos. Uma auditoria séria, independente, responsável e transparente pode colocar os pingos nos is e mostrar que esse déficit não é provocado pelos aposentados e pensionistas, que, aliás, a cada ano, têm um achatamento no valor que recebem como aposentadoria e como pensão no Regime Geral da Previdência.

Preocupa-me muito, Srs. Senadores, meus caros aposentados que participam desta cerimônia, a insegurança jurídica vivida pelos contribuintes e beneficiários brasileiros em relação aos recursos que são depositados no instituto de previdência. Nos últimos anos, sucessivas mudanças de regras no cálculo do tempo para aposentadoria e no cálculo dos valores dos benefícios têm prejudicado os aposentados e pensionistas brasileiros. São comparáveis a mudanças na regra de um jogo em meio a uma partida – às vezes até uma partida decisiva, como a que ocorreu ontem, do Fla x Flu ou do Internacional, do meu Estado, que ontem ganhou felizmente.

Essas constantes mudanças nunca beneficiaram os aposentados, ao ponto que hoje, de acordo com dados do próprio Ministério da Previdência Social, o valor médio dos benefícios é de R\$731,14, sendo a situação ainda pior para os aposentados da aposentadoria rural, que recebem um valor médio de R\$490,05, abaixo, portanto, do valor do salário mínimo vigente no País.

Esses valores, senhoras e senhores aposentados, Senadores, telespectadores da TV Senado, são insuficientes sequer para a manutenção das condições básicas de vida dos aposentados, e impedem a manutenção das condições de vida do período economicamente ativo. Ademais, existem distorções entre os reajustes concedidos aos aposentados que ganham um salário mínimo e os que ganham mais que um salário mínimo. Como o reajuste anual do salário mínimo tem sido sistematicamente maior que o reajuste dado aos benefícios pagos pela Previdência, o valor relativo das aposentadorias e pensões vem sendo achatado ano a ano. E aí está a raiz de um dos mais graves problemas sociais e de injustiça social a essa categoria que tanto trabalhou para ter um futuro e uma vida condizente com aquela dedicação que teve ao longo do trabalho.

Por isso, Senador Paim, estou apoiando o seu projeto que estabelece igual reajuste aos aposentados e pensionistas que ganham mais que um salário

mínimo ao reajuste dado a quem ganha um salário mínimo. (*Palmas.*)

Atualmente quase 70% dos benefícios já estão nivelados pelo piso. Mantida essa tendência, em poucos anos, todos os aposentados estarão valorados no piso, ou seja, pelo salário mínimo. Essa é exatamente a maior injustiça cometida, e decorrente não apenas da diferença de reajustes diferenciados para salário mínimo e para quem ganha mais de um salário mínimo como aposentado da Previdência do Regime Geral, mas também do fator previdenciário, que implica na redução da receita quando sai da ativa para a inatividade ou para a sua aposentadoria.

Uma comparação entre os reajustes do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, abrangendo todo o período da estabilidade econômica, que vai de 1994 a 2011, revela que, ante uma evolução de 249,84% do INPC, os benefícios foram reajustados em 345,23%, aumento real, portanto, de 27,27%. Entretanto, no mesmo período, o salário mínimo teve reajuste total de 671,43%, ou seja, um aumento real de 120,51%.

Essa defasagem é que faz o achatamento e são esses índices que revelam a realidade dramática e injusta que vivem os aposentados e pensionistas. Não dá para comparar sem enxergar essa injustiça praticada. E é uma situação injusta para os aposentados que, durante toda a vida economicamente ativa, contribuíram tendo como base o salário mínimo, sendo absolutamente justo, agora, receberem os benefícios calculados na mesma proporção.

Senhoras e senhores, visando amenizar os problemas aqui relatados não só por mim, mas pelos que me antecederam, o Presidente José Sarney, na palavra do Senador Paulo Paim – e certamente S. Ex^a, como orador, vai aprofundar essas informações – tomei a iniciativa de apresentar a esta Casa o Projeto de Lei do Senado nº 76, deste ano, propondo a isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física de todos os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão pagos pelo Regime Geral da Previdência Social, a partir do mês que o contribuinte completar 60 anos.

Essa é a forma de dar pelo menos um ganho para o aposentado, porque R\$100 a mais para quem ganha R\$731 como média já significa um ganho econômico no bolso. (*Palmas.*)

Essa proposição que fiz tem o objetivo de diminuir as distorções existentes entre a valorização dos benefícios dos aposentados que ganham um salário mínimo e aqueles que ganham mais de um salário mínimo. Tem também o objetivo de fornecer um pouco mais de renda aos benefícios hoje defasados para os nossos aposentados e pensionistas.

Mas, Sr^{as}s e Srs. Senadores, nossos telespectadores, nossos aposentados e pensionistas da Previdência, Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, há muito mais a fazer. Apoio a revisão do cálculo do fator previdenciário para que os trabalhadores possam se aposentar de acordo com regras estabelecidas no seu ingresso ao Sistema Previdenciário, com o que, aliás, V. Ex^a tem trabalhado tanto nesta Casa.

Acredito ser possível a recuperação de recursos subtraídos do Sistema Previdenciário em casos comprovados de corrupção. E é o que estamos vendo agora no caso da Sr^a Georgina de Freitas, que é ademais preocupante. Ela própria revela as distorções e os problemas que estão acontecendo em relação a desvalorizar aquele patrimônio que deveria voltar aos cofres da Previdência, mas por obras e manobras não ocorre adequadamente.

Por isso, precisamos ter essa auditoria e um rigor muito maior, para evitar o que estamos acostumados a acompanhar na televisão: concessões de aposentadorias a pessoas que não existem ou desvios de recursos que não vão para as mãos dos beneficiados, mas para mãos de verdadeiras quadrilhas ou de criminosos que se valem da boa-fé dos aposentados para tirar proveito próprio e cometer um crime de injustiça social.

É preciso, portanto, um controle muito maior na concessão desses benefícios para evitar que esse prejuízo recaia nos ombros dos aposentados e pensionistas.

Acredito ser possível a recuperação desses recursos. Defendo a sustentabilidade do sistema previdenciário. De acordo com dados do Boletim Estatístico da Previdência Social, o Regime Geral de Previdência arrecada 5,8% do PIB, e concede 7,15% (do mesmo denominador) em benefícios, resultando num déficit anual da ordem de 1,35% do Produto Interno Bruto.

Se quisermos ter previdência no futuro, Senador Paulo Paim, precisamos tê-la autossuficiente agora, hoje, no presente.

Destaco, nesse contexto, a importância exercida pela previdência complementar no sistema previdenciário brasileiro, e a necessidade de estabelecermos regras muito claras para o seu funcionamento, para que não aconteçam situações como a vivida atualmente pelos beneficiários do fundo Aerus – que já relatei desta tribuna –, uma grave omissão do órgão fiscalizador, que colocou na rua da amargura milhares de aposentados aeroviários, aeronautas filiados ao Aerus.

Como é de conhecimento desta Casa, o Governo interveio no Fundo Aerus, mas não garantiu sua liquidez, tampouco a indenização de seus participantes, como seria seu dever, pelos menos moral, senão legal.

No último dia 13, estivemos em audiência com a Ministra Carmem Lúcia, na companhia do Senador Paulo Paim, representando também o Senador Alvaro Dias, para solicitar notícias do processo de acordo de reposição das perdas tarifárias entre a União e a companhia Varig.

Por esse processo, uma parte do dinheiro devido à Varig pela União será mantida nos cofres públicos para o pagamento de impostos atrasados, outra será destinada ao fundo Aerus para indenização dos integrantes desse sistema.

O sistema de previdência complementar é forte no mundo todo e precisa ser forte e ter credibilidade no Brasil para ser, inclusive, uma forma importante de fomentar o desenvolvimento. Desenvolvimento que os senhores, com uma vida toda dedicada ao trabalho e às contribuições previdenciárias, ajudaram a construir.

Hoje, estamos vendo que a economia cresce e o dinheiro tem ajudado nesse desenvolvimento, na geração de renda, no emprego, na geração de um Brasil grande, cada vez maior, que queremos para nós, que já estamos aposentados, para nossos filhos, que vão se aposentar, e para as futuras gerações.

Precisamos de uma contribuição muito grande nesse sentido e também que haja um rigor cada vez maior no controle das contas da Previdência. Os aposentados estão cansados de carregar nos ombros uma conta que não é deles.

Muito obrigada a todos vocês.

Obrigada, Senador Paulo Paim, a quem cumprimento novamente por esta merecida homenagem a todos os aposentados. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento a Senadora Ana Amélia pelo pronunciamento.

De imediato, passo a palavra, pela Liderança do PMDB, ao Senador Vital do Rêgo.

Antes, no entanto, Senador Vital do Rêgo, permita-me que registre a presença entre nós de inúmeras personalidades: Warley Martins, Presidente da Cobap; José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central; José Augusto, representando o Fórum Sindical; Josephina Britto, da Frente Parlamentar; Robson Bittencourt, da delegação de Minas Gerais; Domingos Madureira, da Federação do DF; José Carlos Vieira, do Rio de Janeiro; Luiz Legnani, de Santa Catarina; Antônio Alves, Presidente da Federação dos Aposentados de São Paulo; Hugo Pimenta, do Jornal *VAP, A Voz do Aposentado*; Dona Maria do Socorro, da Associação Viva a Vida, e também está aqui conosco o Deputado Distrital Olair Francisco, do PTdoB do DF, que é autor da Lei nº 40, que garante emprego para as pessoas com mais de 40 anos.

Senador Vital do Rêgo, com a palavra.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pela Liderança. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Belíssimo discurso, Senadora Ana Amélia. Poderia até evitar minha presença nesta tribuna, já que V. Ex^a foi, ao mesmo tempo que cirúrgica no aprofundamento dos temas que estamos tratando, de uma sensibilidade impressionante. Parabéns, parabéns!

Sr. Presidente Paulo Paim, eu precisava vir rápido e cheguei depressa para dizer ao Brasil o que eu tenho reiteradamente dito quando me dirijo a V. Ex^a: V. Ex^a é um exemplo. Fora destas paredes do Senado, eu, como paraibano, admirava V. Ex^a pela sua obstinação, pela sua determinação santa, pela sua ousadia parlamentar, pela sua coragem de assumir e enfrentar a liderança dessa gente, homens e mulheres de cabelos brancos, homens e mulheres brasileiros já cansados, já sofridos, mas determinados a lutar, como bem diz o hino da Cobap, lutar, enfrentar e buscar o que é nosso por direito". Paulo Paim é o líder de vocês. (*Palmas*.)

Paulo Paim representa muito na vida de cada um dos senhores e das senhoras. Sei disso porque, em campanha no meu Estado da Paraíba, as pessoas, quando hipotecavam solidariedade à minha candidatura, diziam a mim, homens e mulheres de cabelos brancos: "Vitalzinho" – é assim que sou chamado na Paraíba – "quero você lá no Senado para fazer coro às lutas de um verdadeiro líder dos aposentados brasileiros de nome Paulo Paim".

Por isso estou aqui, nesta segunda-feira depois da Páscoa, ao lado de Ana Amélia, para falar em nome do PMDB, mas para dizer a V. Ex^a que V. Ex^a é um exemplo não apenas para eles, mas para jovens como eu, que haverão de sentar aí no lugar dos senhores daqui a alguns anos. Queira Deus que, na idade que os senhores têm, eu tenha também um líder da qualidade de Paim para me representar como aposentado. (*Palmas*.)

Sr. Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, Ministro Carlos Eduardo Gabas, Ministro porque exerceu o Ministério da Previdência Social e o fez com dignidade e com conhecimento, tenho lido suas publicações, tenho visto sua preocupação de estar ao lado, ao voltar para a Secretaria Executiva, ao lado de um Ministério que é muito próprio das nossas responsabilidades maiores do PMDB, tendo à frente o nosso colega Senador Garibaldi Alves. V. S^a, Sr. Secretário Executivo, é fundamental, será fundamental nas nossas lutas, porque as lutas daqui são políticas, as lutas desta Casa são políticas e meritórias, mas elas deverão estar junto aos números sob sua mesa para que a política e a justiça seja efetivamente lograda de pleno êxito junto ao Ministério da Previdência Social.

Nós contamos com a sua inteligência, com a sua arte e com o seu compromisso, já que está aqui representando o Ministério. Pela sua pessoa, gostaria de saudar o Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, a Presidente da nova Central Sindical dos Trabalhadores, o Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, a Secretaria Executiva da Frente Parlamentar e de Entidades em Defesa da Previdência Social, presidentes e representantes já nominados de todas as federações estaduais, e gostaria de cumprimentar, como já fez o nosso Presidente Paim, o meu querido amigo e irmão, o Deputado Distrital Olair Francisco, que é engajado não apenas com a sua presença física nesta sessão, mas com seu trabalho legislativo. Esse jovem parlamentar do Distrito Federal já dá demonstração, nos primeiros meses do exercício do seu mandato, de um compromisso: ele também quer ser, na Câmara Distrital, rotulado, bem rotulado Deputado Distrital dos aposentados aqui do Distrito Federal. E vocês vão contar com ele com absoluta certeza. (*Palmas.*)

Pela sua história, eu, que o conheço e conheço os desafios vencidos por Olair, sei que ele certamente vai-se agrupar a tantos que querem desta luta fazer uma luta santa. É com muita satisfação que venho hoje a esta tribuna para, em nome do meu partido, o PMDB, prestar a mais justa homenagem aos aposentados e pensionistas do Brasil.

Estamos vivendo ainda e certamente, em cada dia das nossas vidas, o período pascal. Quarta-feira passada, desta mesma tribuna, neste mesmo lugar, desejei ao Brasil e aos meus companheiros feliz Páscoa. Enfrentávamos a história, a luta do maior líder, do maior homem de todos os tempos, na semana agoniante, na semana determinante da sua morte, para assumir sozinho a nossa vida – Jesus Cristo – e hoje estamos aqui novamente. Que coincidência feliz! Parece que foi feita à mão a exigência desta sessão exatamente no dia posterior à Páscoa. O renascimento, a ressurreição de Cristo. Que coincidência feliz, como dizia meu avô, Pedro Gondim, lá na Paraíba, estarmos ainda vivendo a Páscoa. E aqui é uma Páscoa.

A presença dos senhores é a ressurreição viva de movimentos que não podem morrer e que, com as suas presenças, com a presença de Senadores como Ana Amélia, como eu, como o Senador Paim, mostram, sem dúvida alguma, a vida, os sonhos, a esperança de cada um dos aposentados brasileiros. Vamos, aqui, fazer a Páscoa para continuar lutando para acabar com o famigerado... O famigerado... Os senhores sabem qual é? O famigerado é o que o Paim nos ensinou a acabar. Vamos acabar com ele. E é com esta luta de cada um dos senhores, com as presenças de vocês

aqui, ressuscitando temas como esse. Foi criado não sei por quê, mas precisa acabar logo.

É com muita satisfação que falo nesta sessão para os senhores no Dia do Aposentado. No dia 30 de junho de 1981, foi criado o Dia do Aposentado pela Lei 6.926, que instituiu o dia 24 de janeiro como o dia do tributo nacional aos aposentados do Brasil. É nessa mesma data que se comemora, também, o dia da Previdência Social.

O Brasil tem, hoje, mais de 28 milhões de aposentados e pensionistas abrigados pelo Regime Geral da Previdência Social, o que representa um contingente de quase 15% da população brasileira. Dezenove milhões e oitocentos mil beneficiários do sistema da previdência vivem em áreas urbanas; o restante, os oito milhões e quatrocentos mil brasileiros habitam a zona rural. Embora a média de remuneração já falada, agora há pouco, por Ana Amélia, dos aposentados e pensionistas do INSS atinja R\$734,00, considerada a folha de pagamento de março deste ano, 69% das aposentadorias e pensões pagas no País não passam do valor do salário mínimo fixado em R\$545,00.

Trata-se de um valor baixo, indigno, para a sobrevivência do trabalhador brasileiro.

A solução para esse problema, contudo, não é trivial e não se pode, num simples passe de mágica, elevar os valores, como queremos, das aposentadorias e pensões.

No outro prato da balança, pende o déficit da Previdência Social, o que requer um equacionamento de alta complexidade para a resolução dessa questão – bem-vinda à auditoria, Ana Amélia!

Há muitas variáveis em jogo. Muita vontade política e conhecimento do assunto são necessários para que se engendre um modelo previdenciário mais justo e mais adequado à realidade nacional. Ainda que seja assim, o PMDB não tem dúvida quanto ao seu posicionamento nessas questões. Deseja ser interlocutor preferencial dos aposentados e pensionistas para, compreendendo bem suas reivindicações, postar-se como legítimo tradutor dos seus anseios.

Essa não é uma posição de ocasião e nem de agora. Tanto em bloco como isoladamente, os parlamentares da Bancada do PMDB, no Congresso Nacional, têm defendido constantemente a causa dos aposentados. Falo, por exemplo, do Senador Casildo Maldaner, do PMDB catarinense. O Senador está fazendo propostas, por meio de projetos importantes, em defesa dos aposentados.

O Senador Maldaner, por exemplo, esteve recentemente com o Senador Paim na 2ª Romaria Nacional de Aposentados e Pensionistas, no Santuário de Santa Paulina, em Santa Catarina. Nesse encontro, que reu-

niu milhares de aposentados e pensionistas de todo o Brasil, foi elaborada a Carta de Nova Trento, em que foi anunciada a retomada da luta pela aprovação dos projetos do interesse da categoria, em tramitação no Senado – é a Páscoa de Nova Trento!

Entre essas reivindicações, destaca-se a recuperação de perdas das aposentadorias e pensões, tendo como referência a quantidade de salários mínimos concedidos à época da concessão dos benefícios.

Estaremos prontos para conversar com as entidades representativas dos aposentados e pensionistas sobre essas demandas, na busca de soluções viáveis e que lhes possam fazer justiça, em relação a uma vida inteira de trabalho.

Mas essas não são as únicas providências que devem ser examinadas. Tanto é necessário melhorar as condições de vida de aposentados e pensionistas de hoje quanto é também preciso descontinar para o trabalhador brasileiro um futuro seguro, em que haja aposentadoria digna, que reserve dias tranquilos, depois de décadas de trabalho e de contribuição para a prosperidade do País. Como disse também o peemedebista que assume o Ministério de Assuntos Estratégicos, Moreira Franco, membro da nossa Executiva do PMDB, “Previdência Social e sociedade justa são vinhos de uma mesma pipa”.

Temos que trabalhar para aprimorar o sistema previdenciário nacional para as futuras gerações. O momento de encetar essa tarefa é agora. Não podemos desejar resultados imediatos, mas também não devemos postergar essas providências, até porque temos à frente do Ministério da Previdência Social um membro do nosso Partido, o Senador Garibaldi Alves. Político em cuja biografia não há registro de fugas a desafios.

Depois de estudos aprofundados sobre o assunto, será necessário um amplo debate sobre as propostas aventadas, sem o que não haverá legitimidade para adoção de quaisquer inovações. E nós, do PMDB, estaremos sempre ao lado dos aposentados, dos pensionistas e dos trabalhadores – que um dia irão se aposentar – em busca de um regime previdenciário justo. Não o faremos porque seja simpático ou porque possa trazer dividendos eleitorais, mas porque temos a convicção de que só se constrói uma sociedade tranquila, equilibrada e produtiva se houver segurança em relação ao futuro. Lutas como essa, do famigerado fator previdenciário e como tantas outras, haverão de ser seguidas por todos nós.

Quero encerrar, senhoras e senhores, não cantando ou versando, porque não aprendi; também sem declamar. Mas quero dizer ao Brasil que o Hino da Cobap retrata bem as nossas lutas.

Com as mãos calejadas, corpo já cansado
Foram anos de muito trabalho
buscando direitos, vencendo preconceitos
É a luta os aposentados.

A Cobap defende quem já tanto fez
História por esse país.

Agora é a hora, chegou nossa vez
Todos juntos, vamos ser feliz.

A Cobap em todo Brasil
Vem crescendo a cada dia
Com as federações nos estados, e associações

Nas cidades que não tinha
Aposentados, pensionistas, idosos,
Merecem muito mais respeito
Nossa bandeira é lutar, enfrentar e buscar
O que é nosso por direito
Vamos todos nós
Juntos lado a lado
Fazendo justiça
Aos aposentados
Vamos todos nós
Juntos de mãos dadas
Com a Cobap e as federações
Marchando em nossa estrada.
E o Senado está junto deles.

Um abraço a todos, felicidades, e fiquem com Deus. Uma Páscoa em cada dia da vida de vocês.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Senador Vital do Rêgo, que declamou o Hino da Cobap, que vai ser executado aqui, no encerramento da nossa sessão.

Mas, neste momento, na mesma linha do Senador Vital do Rêgo, antes de eu chamar meu querido amigo Wilson Santiago... Quero dizer que, outro dia, falei dez vezes depois Wilson Santiago, Wilson Santiago; e guardei para sempre, pelo seu trabalho.

Permita-me dizer o seguinte, Wilson, antes de você falar: a música que vai ser executada agora ia ser tocada na abertura, antes de eu falar. Mas, daí, como os outros Senadores foram chegando, fui concedendo a palavra a eles.

É uma canção gaúcha. Toda vez em que o Warley vai ao sul e à Cobap, ela acaba sendo tocada lá, porque ela fala muito da luta dos idosos. Há uma parte que diz:

Eu quero ser igual aos avós
Eu quero ser gente igual aos meus pais
Eu quero ser homem sem mágoas no peito
Eu quero respeito e direitos iguais.
Eu pediria que essa música, que não só o Rio Grande, mas que o Brasil ouviu, quando viajei para

outros Estados, fosse tocada neste momento, numa homenagem a todos os aposentados e pensionistas.

(Segue reprodução da música.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os autores dessa música são Carlos Moacir e Francisco Castilhos.

Neste momento, passo a palavra ao nosso querido Senador Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim, demais integrantes da Mesa, senhores aposentados e senhoras aposentadas de todo o Brasil,...

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faremos a leitura da Constituinte, sem sombra de dúvida.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, a homenagem que hoje fazemos neste plenário é justa e necessária. O aposentado e pensionista é aquele que cumpriu todos os estágios de uma vida profissional. Iniciou a vida profissional com um estágio ou em um primeiro emprego. Às vezes, passou por várias experiências em empresas diversas e em várias funções. Todos os que aqui estão são testemunhas disso. Por último, chegou à aposentadoria, momento que deveria ser de tranquilidade e paz, momento de auferir as benesses de um merecido descanso.

No Brasil, mesmo com todos os esforços que os Governos Lula, Dilma e tantos outros que os antecederam diligenciaram no decorrer dos últimos anos, infelizmente, esse período de descanso não existe. Para a maioria, ele é marcado por angústias e preocupações. Essas preocupações, na verdade, são aumentadas, pois, além dos desafios financeiros que fazem parte do dia-a-dia dos aposentados desde que iniciou sua vida profissional, somam-se as preocupações com a saúde, com a fragilidade física e tantas outras que a velhice traz.

Em pesquisa realizada, Sr. Presidente, pelo banco HSBC – infelizmente, ela foi feita por uma instituição financeira e acredito que muitas delas não tenham preocupação com isso –, em 2008, detectou-se que cerca de 69% dos aposentados economicamente ativos temem não ter mais dinheiro na velhice; 79% temem depender de terceiros; 76% temem ter alguma doença. Para prevenir tais situações, torna-se necessário um planejamento com legislações que promovam uma melhor qualidade de vida para o aposentado brasileiro.

Esse planejamento, com certeza, deverá ser feito especificamente pelos próprios governos, pelas instituições que planejam o futuro deste Brasil e, além de

tudo, que queiram e defendam a melhoria da qualidade de vida do próprio aposentado.

Assim, hoje, devemos buscar meios e ideias para amenizar o sofrimento do aposentado que não tem dinheiro para pagar seus remédios, do aposentado que tem de retornar ao mercado de trabalho para sobreviver e ajudar, além de tudo, a seus familiares. O que mais, Sr. Presidente, nós temos testemunhado, nesses últimos anos, é o aposentado deste País que, para continuar sobrevivendo ou mantendo o sustento dos seus familiares, é obrigado, após os 65 ou 70 anos, a exercer uma nova profissão para sustentar sua família e, além de tudo, manter aquilo que, de fato, todos deveriam ter por já terem cumprido o seu tempo de serviço.

Hoje é dia de lembrarmos que temos uma dívida com aquele que trabalhou por tanto tempo e que, com seu esforço, não somente engrandeceu o Brasil, como também fez com que o Brasil continuasse sendo o destaque que é na economia internacional.

Homenageio todos os aposentados do Brasil. Homenageio o aposentado do meu Estado, a Paraíba, aquele que labutou de sol a sol no campo, na periferia das cidades ou em qualquer local em que residiu, fazendo com que a Paraíba e o Brasil se desenvolvessem e fossem as potências que são hoje.

Devemos, neste momento, agradecer a todos aqueles que participaram do crescimento do Brasil e representam a memória viva e a experiência de enriquecimento de um Brasil tão belo como o nosso. Parabéns.

Sr. Presidente, ao encerrar, repito aos aposentados brasileiros: mesmo tendo consciência de que os aposentados não adquiriram, ainda, aquilo a que de fato têm direito e de que precisam, todos nós – Congresso Nacional, governo, classe empresarial, entidades representativas – devemos buscar um caminho para não somente valorizarmos o final da vida daqueles que deram tanto pelo nosso Brasil, como também reconhecermos que eles são não somente o exemplo, mas o caminho que todos nós devemos seguir.

Parabéns, aposentados brasileiros. *(Palmas)*

Eu tenho certeza de que todos vocês e todos nós, juntos, teremos a oportunidade, num dia bem próximo, como o de hoje, de comemorar vitórias belas, conquistas de fato, a exemplo da que o Senador Paim tem defendido ao longo do tempo. Juntos, comemoraremos um aniversário como este, com mais alegria, com mais felicidade e com um futuro assegurado, se Deus quiser, até o último dia de vida.

Obrigado, Sr. Presidente, e obrigado a todos. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Senador Wilson San-

tiago pela sua fala, lembrando a importância da luta dos aposentados.

Passo a palavra, neste momento, ao meu querido José Augusto da Silva Filho, que está a minha esquerda e que vai falar pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores. Em seguida, a Senadora Vanessa Grazziotin.

Nós vamos colocar um sindicalista e um Senador.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Boa tarde a todos. Foi uma caminhada longa da Catedral até aqui e, finalmente, lotamos as galerias e o plenário.

Agradeço ao Senador Paulo Paim pelo convite e ao nosso Presidente Warley, da Cobap, filiado ao Fórum Sindical dos Trabalhadores.

O meu abraço fraterno também, de sempre, para José Calixto, Presidente da Nova Central.

A Josepha e o Gabas sempre estão com a gente e já estivemos até em bailes de aposentados, lá na Mooca, no Clube do Juventus, e numa festa muito bonita, também, que aconteceu lá.

Eu gostaria, primeiramente, de fazer uma saudação. Estou achando que o pessoal está com sonhinho, meio quietinho. Então, vamos animar um pouco o ambiente, não é, Robson?

Viva os aposentados do Brasil! Viva! (*Manifestação das galerias.*)

Como é que a gente estava cantando de lá para cá? "Agora é a nossa vez". Como é que é, Robson? (Pausa.)

Um, dois, três, agora é a nossa vez!

Um, dois, três, agora é a nossa vez!

(Manifestação das galerias.)

Gente, é só para animar um pouco, mas o assunto é sério demais.

Primeiro, saudar todos os Parlamentares que já desfilaram aqui: Ana Amelia, Wilson Braga, dois paraibanos, Vital do Rêgo – que, sempre, na fala dele, parece um poeta, não é? Parece que tem o sangue de poeta nas veias, quando se pronuncia –, a Vanessa Grazziotin, ex-Deputada que sempre esteve com a gente – não é Vanessa – em todos os momentos e, agora, com muito orgulho, ocupa uma Cadeira no Senado Federal. É um orgulho para o povo amazonense, pela sua competência principalmente Vanessa.

Embora o Dia Nacional tenha sido em janeiro, hoje houve este espaço para comemorarmos aqui. E a palavra de ordem é: valorização dos aposentados. E através desta bandeira, Warley, de valorização dos aposentados, é que há espaço, sim. Quem está iludido, se alguém quer fazer um movimento de alfinetada contra a Presidente Dilma, contra o atual Governo, vai cair do cavalo, porque há espaço, sim, Senador, para

negociação – é ou não é, Senador? A gente não desistiu da luta não! O fim do fator previdenciário não foi derrotado. Ele é o início do início de uma grande luta que vai se desencadeada nos próximos anos, tanto aqui dentro do Congresso Nacional como fora do Congresso Nacional, doa a quem doer.

Quer fazer política saudável? Venha para o lado dos trabalhadores, venha para o lado dos aposentados. Não adianta querer fazer boicote, pressionar de lá para cá, porque nunca foram fechadas as portas. O que acontece e o que aconteceu no passado foram algumas dificuldades, algumas até técnicas – não é Gabas? – que vinham pelo Partido do Governo, da própria imprensa. Essa questão de déficit, a gente nem vai discutir aqui, porque isso não existe. Isso é a mesma coisa de quem acredita em Saci-Pererê ou em Mula-sem-cabeça. Isso não existe. Então, vamos arrumar outra desculpa. Vamos construir menos pontes, porque o dinheiro da Previdência serve para construção de pontes, de outras coisas na área da construção civil, que está "bombando" inclusive, no Brasil, a construção civil. Agora, vamos procurar mostrar a verdade, os argumentos técnicos. Há boa vontade política do Governo, sim. O espaço está aberto. O Fórum Sindical, que represento aqui, conta com 14 confederações nacionais de trabalhadores. Eu não estou falando por mim, nem pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, da qual sou Secretário-Geral, mas estou falando pelo conjunto, não é Calixto? E há essa disponibilidade, sim, de a gente avançar nessa discussão.

Não podemos abrir mão da questão da ampliação dos benefícios e da manutenção dos direitos dos aposentados também, que, ao longo dos tempos, estão sendo coroídos. Agora, pessoal, linha de frente é linha de frente. A gente pede, encarecidamente, aos companheiros que venham para dentro do Congresso ajudar nesse trabalho. Aqui é uma Casa que trabalha sob pressão.

Ou alguém desconhece isto? Esta é uma grande Casa também de negócio, no bom sentido, na questão da troca, da conversa, da política propriamente dita. Não se iluda com o Congresso Nacional não! Aqui, para passarem as coisas, tem de ter trabalho e tem de ter pressão. E não é justo, Senador Paim, os aposentados ficarem sozinhos aqui sem apoio de várias centrais sindicais, que não é o caso nosso – não é, Calixto –, desamparados, no corredor, aqui entre o Senado e a Câmara, sentados no chão, fazendo os seus protestos, e as grandes lideranças nacionais não estarem presentes. Falo isso, por quê? Porque estou chamando atenção. Quem está nos ouvindo pela TV Senado, é o recado que estou mandando para lá. Isso não é

racha, não é divisionismo, não é nada não. Acho que é solidariedade aos aposentados e pensionistas desse País e, principalmente, respeito à Cobap, pela qual vocês têm que ter uma responsabilidade maior ainda este ano, companheiros, que é a recondução dessa diretoria. Vocês estão fazendo um excelente trabalho. E essa diretoria não pode correr risco – viu, Robson –, para não quebrar a sequência de trabalho de militância que está havendo por parte de vocês junto aos aposentados e junto também ao Congresso Nacional nas políticas aqui dentro, nas Comissões, no Plenário, nos debates e nas manifestações, porque a eleição está chegando aí, eu fui informado. Então, não podem correr risco. A palavra de ordem neste momento é a união, é a fraternidade. E conte com o Fórum Sindical dos Trabalhadores e com a nossa Confederação.

Como eu disse, somos organizados em 15, da qual vocês, da Cobap, fazem parte.

E, também, eu tenho a certeza absoluta de que as quatro Centrais Sindicais que compõem também o Fórum – uma delas está representada pelo seu Presidente, à Mesa, Presidente Calixto, da Nova Central; temos a CTB também, pessoal, do Wagner Gomes e toda companheirada lá; o Batista, o Emivaldo... Eu tenho certeza de que não vai faltar esse apoio, Warley. A CGTB também, de Antônio Neto, e, principalmente, a UGT, também uma Central importante e interessante, que irá, no conjunto do Fórum, fazer com que essa integração, que há entre vocês nos Estados com as Federações, com as associações, se fortaleçam para o bem dos aposentados do Brasil.

Houve uma mudança, Paulo Paim, radical do que era esta Cobap e do que é hoje, Gabas. A forma de luta, a forma de negociação, a presença, a forma de organização nos Estados, aqui em Brasília, então, a gente já sente, não é Warley, como da família, porque a gente está envolvido o ano todo com vocês. Podem contar, então, com essa ajuda nossa.

Peço, encarecidamente, aos Parlamentares desta Casa, do Senado, e da Câmara dos Deputados, que, por favor, olhem com mais carinho, olhem com mais atenção essas proposições, esses projetos – não é Vanessa? – de interesse dos aposentados do Brasil.

Cenas lamentáveis, Paulo Paim, nós tivemos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), quando aquela senhora, que sempre está com a gente – não sei por que ela não está hoje aqui –, sempre que ela vem aqui, logo no início da sessão, o Paim a coloca à Mesa (*Pausa.*) D. Dalva! Eu não vejo D. Dalva aqui hoje. Na última sessão em que aqui estivemos, ela estava à Mesa, D. Dalva, vocês precisam ver o que ela falou para um Deputado que, felizmente, não foi eleito lá em São Paulo. Felizmente não foi eleito, porque era

do Partido dos Trabalhadores, mas fazia uma política totalmente diferente daquela que vários Parlamentares do PT, do PCdoB, do PSB, que é o meu Partido, fazem em defesa dos aposentados do Brasil.

A indignação foi tão grande da D. Laura que o Parlamentar não sabia se entrava embaixo da mesa, se saia, se ficava, se pedia desculpa... Mas o povo paulista foi sábio e não reelegeu esse Parlamentar, que é um verdadeiro traidor da classe trabalhadora e, principalmente, dos aposentados deste País. Assim, para vários Senadores e Deputados que também se colocaram nessa mesma posição, houve a resposta das urnas nas últimas eleições.

Então, pessoal, com dignidade, com disciplina, com sabedoria e muita inteligência vamos avançar para mantermos os nossos direitos de aposentados e pensionistas e, principalmente, Senador Paulo Paim e Ministro Gabas, abrir uma renegociação com relação ao fim do fator previdenciário. De uma forma ou de outra, ele tem que ser extinto, porque é humanamente impossível o aposentado, ao final da sua carreira, precisando de medicamentos, por quê? A segurança e saúde do trabalho no Brasil é precária, castiga o trabalhador, quando eles vão gozar de uma aposentadoria mais saudável, a qualidade de vida deles acaba e eles se tornam sócios das farmácias em todo este País na compra de remédios.

Então, é um pedido, um clamor que fazemos aqui em nome do respeito à vida, aos velhos, aos aposentados. Vejam com maior respeito, façam uma reflexão, Srs. Parlamentares, porque você também tem pai, tem ou teve avós, e essa galerinha precisa de amparo, no mínimo pela manutenção do que existe. Não é possível retirar brutalmente, de uma forma selvagem, os direitos e os míseros reais que recebem por mês os aposentados deste País. Parabéns, Cobap! Feliz Dia dos Aposentados! Contem sempre com a nossa luta, da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, através da nossa diretoria, e também do Fórum Sindical dos Trabalhadores. Parabéns a vocês, sucesso. Vamos para a frente! (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao José Augusto da Silva Filho. Fica aqui o compromisso de, antes do encerramento da nossa sessão de homenagem, lermos um trecho da nossa Constituição, a pedido da senhora que está lá em cima. Vamos ler uma parte da Constituição, porque ler toda a Constituição é impossível, vamos amanhecer aqui, mas me comprometo que uma parte dela será lida aqui. Palavra assumida. Vamos ler e vamos pedir que todos ajudem a pressionar para que ela seja cumprida, ok? (*Palmas*).

As palmas são para a senhora. Passo a palavra neste momento à nossa querida Senadora Vanessa Grazziotin, que me disse na quinta-feira: "Vou viajar, mas, sem sombra de dúvida, estarei aqui na segunda pela manhã, para falar para os nossos aposentados".

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim, que de forma muito justa preside esta bela sessão no dia de hoje.

Quero cumprimentar todas as companheiras e os companheiros que aqui estão, umas dezenas de pessoas, homens, mulheres, trabalhadores aposentados, mas que representam, Warley e Senador Paim, os aposentados e as aposentadas do Brasil inteiro. Parabéns e muito obrigada. Saúdo a presença de cada uma e de cada um aqui neste momento, porque política é assim que se faz.

Há gente – aliás, não é pouca gente, é muita gente –, no Brasil, que acha que política é algo restrito a parlamentares, a governadores, a prefeitos, senadores, vereadores e deputados. Não, política é o exercício cotidiano da vida de cada um de nós. E o que vocês estão fazendo aqui, o que nós estamos fazendo aqui no dia de hoje é política, não tenham dúvida nenhuma. Se a situação não é boa, se a situação precisa melhorar, ela seria muito pior não fosse a mobilização e a organização da sociedade, principalmente de vocês. Portanto, essa é uma sessão muito mais do que comemorativa, é uma sessão que busca a reflexão da luta e da necessidade da continuidade da luta por todas as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros.

Quero cumprimentar mais uma vez o meu amigo, meu companheiro, Senador Paulo Paim. Vou pular os elogios, porque vinha no carro, do aeroporto para cá, e ouvia o Senador Vital do Rêgo falar a respeito da luta do Senador Paulo Paim em defesa dos aposentados e das aposentadas, enfim, dos trabalhadores brasileiros. Nós fomos Deputados juntos. Ele chegou antes de mim ao Senado, mas nos reencontramos nesta legislatura. E, na Câmara, tive a oportunidade de conviver com o Senador Paulo Paim e sei efetivamente da sua luta, da sua dedicação em favor dos trabalhadores, mas principalmente em favor dos aposentados. É por isso que virou um pouco sinônimo: luta de aposentados, todos lembram do Senador Paulo Paim. Cumprimento, mais uma vez, V. Ex^a pela iniciativa.

Quero cumprimentar o Sr. Carlos Eduardo Gabas, que aqui representa o Ministro da Previdência Social e que há bem pouco tempo esteve ocupando o cargo de forma muito competente. Temos que o elogiar, porque a palavra dele é muito importante quando lutamos

pela ampliação dos percentuais de reajuste. Desde já, estamos aqui dizendo: queremos o reajuste daqueles que não ganham o piso, mas que ganham um pouco mais do que o piso, num percentual maior do que vem sendo dado nos últimos tempos. Essa é a razão de tudo o que está acontecendo no dia de hoje.

Quero cumprimentar o Sr. Warley Martins Gonçalves, presidente da Cobap e fazer só uma reclamação: está muito gauchesco o hino da Cobap. Não sei se é influência do Senador Paulo Paim, não sei o que é. Mas ouvimos aqui dois Senadores do Rio Grande do Sul, dois Senadores da Paraíba, e eu vim para dar um corte, para dar um certo equilíbrio, porque os aposentados estão organizados no Brasil inteiro. Vou encorajar dos nossos bois-bumbás, Garantido e Caprichoso, também um hino para os aposentados. A Cobap terá mais de um hino. Dependendo da região, ela tocará um determinado hino. (*Palmas.*)

Quero cumprimentar esse grande companheiro de muitas lutas, o Presidente da Nova Central Sindical, o Sr. Calixto Ramos, pela participação, assim como agradecer as palavras e cumprimentar o Sr. José Augusto da Silva, Secretário-Geral da Confederação dos Trabalhadores no Comércio e do Fórum Sindical. Quero cumprimentar a Sr^a Josepha Britto, que é Secretária-Executiva da Frente Parlamentar e de Entidades em Defesa da Previdência Social Pública. Cumprimento todos os representantes das federações estaduais de aposentados e pensionistas que aqui estão.

Serei breve, porque acho que o Senador e a Senadora que por aqui passaram fizeram um breve histórico da importância deste momento. Lembro que a data, que não é hoje, já aconteceu no dia 24 de janeiro, o Dia Nacional dos Aposentados e Pensionistas, é muito importante e faz referência a uma lei de 1923, a chamada Lei Eloy Chaves, que, como já dito aqui, pela primeira vez considerou os benefícios de aposentadoria por morte, por invalidez, assim como o benefício da saúde e pensão para os familiares.

Naquela época, em 1923, há menos de um século, aproximadamente 88 anos, esses direitos estavam garantidos aos trabalhadores ferroviários. A partir daí, os trabalhadores organizados passaram a ter os seus direitos também. Então, o Dia Nacional dos Aposentados é um dia de extrema significação, um dia muito importante, porque relembra essa luta e quão recente são os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras do nosso País, quão recente. Às vezes, pensamos que as coisas existem há muito tempo. Não, elas aconteceram aqui, logo ali.

Eu vejo muitas mulheres aqui, Senador Paim. Quando falamos do direito dos aposentados, lembramos o direito das mulheres – até 1932, sequer podí-

amos votar nem ser votadas. Sequer podíamos votar, porque a nossa vontade, a nossa opinião não era reconhecida pela sociedade. Nós éramos um mero apenso de uma sociedade cujo pensamento, cuja opinião só valia se fosse a opinião e o pensamento masculinos. Enfim, aqui nós estamos no ano de 2011, relembrando aquela história e como foi importante a nossa mobilização, a nossa organização para que pudéssemos ou para que possamos ver nossos direitos garantidos e respeitados.

Portanto, a Lei de 24 de janeiro de 1981, Lei nº 6.926, estabelece um reconhecimento, valoriza a questão do aposentado, do pensionista, da aposentada, da pensionista e reconhece seu direito. É por isso que há um aposentado aqui insistente pedindo: "Leia a Constituição, leia a Constituição". Porque a Constituição é bela. Não é à toa que ela foi considerada Constituição cidadã, porque ela diz quais são as necessidades básicas e diz que é do Estado a obrigação de garantir o atendimento das necessidades básicas da população, seja trabalhador da ativa, seja aposentado, criança, adolescente, jovem. Nós vamos ler a Constituição, que é para nós, como é para todos os católicos, para todos os crentes, a Bíblia. E nós devemos cada vez mais nos unir para fazer com que a Constituição não seja apenas uma letra escrita, mas uma letra viva e presente no dia a dia, na vida de cada um de nós.

A Constituição diz do direito de que, após a vida inteira de trabalho, o aposentado ou a pensionista tenham assegurado o provento financeiro para viver com independência, saúde, conforto e liberdade.

Esse é o objetivo central de todos nós, porque nós todos temos o mesmo futuro. Trabalhamos, trabalhamos, trabalhamos e, desde o primeiro dia de trabalho, contribuímos para a Previdência Social, a fim de que, na nossa fase avançada da vida... Não digo a mais cansada, não, porque vejo aposentado e aposentada mais ativos do que muitos jovens, fazendo ginástica, exercício, trabalhando.

Aqui foi dito algo que é verdade. Infelizmente, no nosso Brasil, aposentado se aposenta e tem de trabalhar depois da aposentadoria, para complementar a sua renda, porque é exatamente essa a fase da vida que requer maiores cuidados com a saúde, por exemplo, e que exige maiores gastos com medicamento, assistência médica e tudo mais.

Então, começamos a trabalhar e, no primeiro salário recebido, já vem o desconto da Previdência Social, que é um sistema solidário, que requer a participação do Estado, a participação do trabalhador e a participação do empregador.

E não adianta dizer – aliás, este discurso já está um bocado esvaziado, e poucos são os que o dizem –

que a Previdência pública brasileira é deficitária. Não é deficitária a Previdência pública brasileira. Acontece que existem benefícios que não são oriundos ou que não são frutos desse sistema solidário de aposentadoria, mas que são também uma obrigação do Estado e que no seu cômputo elevam o déficit previdenciário, que na prática não existe. Se trabalharmos contabilmente – aqui está o Dr. Gabas, que sabe do que estamos falando, ou seja, que o que estamos falando é justo, pleno e real –, veremos que temos um sistema superavitário.

Portanto, precisamos trabalhar para aperfeiçoar, cada vez mais, o sistema. E aperfeiçoar, cada vez mais, o sistema para quê? Para garantir que, cada vez mais, o trabalhador ou a trabalhadora aposentada tenham um ganho mais significativo.

O Senador Paulo Paim vai falar ao final desta sessão. Ele fala muitos números. Ele fala tantos números, que às vezes paro aqui, para aprender os números com o Senador Paulo Paim. Mas quero dar apenas dois números, que são os dados que mostram a evolução do reajuste, do aumento dos aposentados que ganham o piso – que é o valor do salário mínimo – e dos aposentados que ganham acima do piso, acima do valor do salário mínimo: de 1993 até 2011 – este ano –, o ganho real para quem ganha acima do piso foi de 27% – repito, de 1993 até 2011, 27% –, mas o ganho do salário mínimo foi de 120%. Está muito o do salário mínimo? Não. Está pouco o dos aposentados, de tal forma que muitos dos aposentados que se aposentaram com o valor acima do teto hoje recebem o teto. E é uma injustiça que precisamos corrigir. E não adianta achar que, com outro governos, corrigiríamos essas injustiças, não. Não adianta. No ano passado, tivemos uma luta muito bonita do reajuste dos aposentados: o Governo mandou um projeto de 6,14%, salvo engano – 6,14%. E nós batemos o pé. Vamos aumentar um pouco mais, vamos começar agora a política de ampliação do ganho real. Aí havia gente que dizia: "Não, 6,14% é pouco; vamos para 10%, vamos para 15%". Que gente era essa? Aqueles da Oposição, que nunca contribuíram com o trabalhador ou com o aposentado. E nós dissemos: vamos pegar um número menor agora, um número factível, um percentual factível, que o Governo tenha possibilidade de garantir, que ele não queira vetar, para que não haja desculpas, porque a Oposição quer isto: criar confusão. Criar confusão. "Então, vamos aumentar 15%": aí o Presidente veta, e ninguém ganha nada, volta-se ao que era antes. Batemos o pé no 7,7%. Aprovamos o 7,7% por larga vantagem, e o Presidente Lula sancionou. E o que devemos fazer é exatamente lutar por isso.

Aí, minhas companheiras, meus companheiros, Senador Paim, Sr's e Srs. Senadores, não há outro caminho, a não ser debater a política – econômica e macroeconômica – que vem sendo aplicada no Brasil. Se não há dinheiro para o aposentado, como há dinheiro para pagar juros da dívida pública?

Agora, há dias, a taxa selic, que é a taxa oficial do Brasil, aumentou 0,25%. Esse valor, essa despesa para os cofres públicos é muito superior do que um real de aumento no valor do salário do pensionista. É muito! Daria R\$5,00 ou R\$10,00. Não fiz as contas, não tive tempo, mas é muito.

Então, precisamos colocar o Brasil num caminho que olhe para os trabalhadores. O Brasil já está nesse caminho; acho que o Governo do Presidente Lula foi assim, o Governo da Presidenta Dilma está sendo assim. Nós aprovamos aqui uma política de recomposição, de valorização do salário mínimo, criticada por todos os editoriais das grandes revistas e jornais do País; criticadas pela grande burguesia, que diz que o Brasil não pode ter esse tipo de lei de indexação, que ela é ruim para as finanças públicas. Mas pode-se aumentar a taxa de juros, ou seja, tudo é uma questão de prioridade.

Então, temos conseguido muito. Temos conseguido muitas conquistas nesses últimos tempos, mas precisamos avançar.

Nesse sentido, quero, Senador Paim, concluir este meu breve posicionamento e dizer que o meu partido, o PCdoB, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, assim como a Nova Central, a Força Sindical, a CUT e todas as centrais sindicais estarão unidos, para ajudar a Presidenta Dilma a governar este Brasil. Agora, ajudar no sentido de que ela continue olhando para os trabalhadores, para as trabalhadoras, para o desenvolvimento nacional, um desenvolvimento com inclusão social e com distribuição de renda.

Parabéns, Senador Paulo Paim! Parabéns às aposentadas! Parabéns aos aposentados! Não aceitem este negócio de dizerem que vocês estão cansados, porque vocês são muito ativos: trabalham, trabalham, mesmo depois de terem o direito de descansarem. Parabéns e que continuemos com essa luta, porque ela é que nos trará benefícios.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senadora Vanessa Grazziotin.

Vou ler, sim, vou ler bem rápido aqui o artigo que a senhora pediu. A Vanessa leu uma parte.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. Vamos ler agora. O que diz a Constituição?

Que é assegurado o reajuste dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critério definido em lei.

Quem faz a lei é esta Casa. Que esta Casa aprove o valor real que a senhora pediu. Parabéns à senhora. (*Palmas*.)

Eu só peço à Segurança que libere a moçada, para tirar as fotos. Eles viajaram de tão longe, de 22 Estados, que possam, então, registrar este momento.

Passo a palavra neste momento à Srª Josepha Brito, Secretária Executiva da Frente Parlamentar e de Entidades de Defesa da Previdência Social Pública.

A Srª Josepha Brito, quando eu era Deputado, também me assessorou na Câmara dos Deputados, na concepção e na aprovação, inclusive, do Estatuto do Idoso.

A SRA. JOSEPHA BRITO – Muito bom-dia e muita satisfação de estar aqui, junto a vocês. Não vou enumerar as pessoas que estão na Mesa. Vocês todos já estão sabendo, porque eles já foram bem enumerados e são bem famosos e importantes no movimento.

O que quero lembrar hoje é o seguinte: eu estava na missa, e passavam tantas senhoras que devem ser mais velhas do que eu. Estou com 78 anos, mas acho que naquela igreja havia gente com muito mais do que isso, que estava ali batalhando. Essas são pessoas anônimas, não sei o nome delas. Mas quero dizer que me senti tão contente em ver aquelas pessoas, seus cabelos bem branquinhos. Havia uma muito magrinha. Não sei se fiquei com inveja dela ou se achei que ela não deveria estar tão magrinha assim; se ganhasse um pouco mais, talvez não estivesse.

Essa senhora que tanto pediu pela Constituição me fez lembrar uma coisa que para mim é muito importante na Constituição e que não vem sendo cumprida pelos nossos Governos que passaram: a consolidação da segurança social.

A Constituição diz claramente que todo mundo precisa contribuir para a segurança social e que ela deve servir para dar a toda população, sem distinção, saúde, previdência social e assistência social.

A saúde tem que ser universal para todos, todos. Nós deveríamos ter uma saúde que não houvesse necessidade de pagarmos convênios médicos, que são verdadeiras fábricas de doentes, porque eles chamam de planos de saúde, mas de saúde não têm nada. Tem, sim, porque para eles quem deve estar lá é quem tem saúde. Se não tiver saúde, se tiver uma doença, sai fora, porque não é problema deles.

E a previdência social que, todos sabem, é contributiva, depende de todos contribuírem, todos os que podem, os que conseguem emprego, porque existem pessoas que chegam a um determinado ponto, a uma

determinada idade e não conseguem mais emprego, aí não conseguem pagar a previdência. Essas pessoas tinham perdido inclusive direito a tudo que tinham lá. Não tinham mais direito nenhum. Acabou. Eles não eram mais contribuintes, não eram mais segurados da Previdência.

Em 2003, tivemos uma lei, se não me engano de nº 10.666, assinada pelo Presidente Lula, trouxe para todas as pessoas o direito de voltar a ser segurado e o direito de voltar a ter direito, pelo menos à Previdência por idade, à aposentadoria por idade, que teria que ter 15 anos de contribuição – deve estar chegando perto, estamos mais ou menos com 14; devemos estar perto de chegar aos 15 anos.

O que foi determinado naquela ocasião, quando surgiu a Constituição, em seguida a Lei nº 8.213 de benefício, quando surgiu, ela disse que, para ter aposentadoria por idade, precisaria ter 15 anos. Porém, na ocasião, haveria uma escadinha, ela ia partir de 5 e ia subindo, subindo, subindo, até chegar – vou chegar este ano, parece – aos 15 anos. Mas essas pessoas, que antes, não tinham mais direito porque tinham perdido o emprego, elas passaram a ter o direito de pegar cada tempo de trabalho e somar para chegar a esse ponto.

Hoje, eles têm de ter a idade: 60 anos para a mulher e 65 anos para homem, mas precisa cumprir os 15 anos, juntando aquele tempo que antes era perdido. Então isso é muito importante. E fico imaginando que há pessoas que nem estão sabendo que têm esse direito, que saíram da Previdência e pensam que não têm mais direito.

Voltando à seguridade social, meu sonho é não morrer sem ver a Seguridade Social sendo realmente cumprida neste País. Que contribuam os que podem e recebam os que necessitam.

Depois, há a Assistência Social, que não é contributiva, é para quem nunca conseguiu contribuir. E a Assistência Social tem as verbas que a Seguridade Social arrecada, só que as verbas arrecadadas não têm prestação de contas. Ninguém sabe o quanto se arrecada. E, agora, então, com a Receita Federal, não se está mais sabendo quanto ela arrecada. A Anfip procura pegar os dados, mostrar. Mas, mesmo assim, a gente não sente aquela luta pela Seguridade Social e que é da maior importância. É um dos artigos que estão na Constituição e que até agora, graças a Deus, ninguém mexeu. Se começar a falar muito é até capaz de mexerem e arrumarem uma PEC para desmanchar.

É isso. Para completar, eu gostaria de agradecer muito à Cobap. Ela tem me mantido no Conselho Nacional de Previdência Social. Claro que a gente chega lá e não pode fazer muita coisa, assim como os par-

lamentares. A gente sabe que eles lutam, lutam, e é tão difícil! A gente vê uma luta de mais de vinte anos do Deputado e Senador Paim, vê a luta de outros que vão se agregando a ele, e essa luta nem sempre se consegue ganhar.

O fato de eu estar lá no Conselho Nacional da Previdência Social não quer dizer que eu vá fazer alguma coisa, ou não, mas estou lá, estou acompanhando, estou vendo, estou conseguindo ter elementos para passar para a frente.

Agradeço à Cobap que, há muitos anos, me colocou no Conselho Nacional de Seguridade Social. Infelizmente o Governo anterior, num belo dia, resolveu fazer uma medida provisória e acabou com a

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Srª Josephá, se a senhora me permitir, o nosso sempre Senador e Ministro da Previdência está aqui. Acho que é uma das poucas vezes que o Ministro veio a uma sessão como esta.

(*Palmas.*)

Isso é um sinal positivo, moçada. Dificilmente Ministro vem a uma sessão da Previdência.

A SRA. JOSEPHÁ BRITO – Vou acabar rapidamente.

Então, o Conselho Nacional da Seguridade Social foi suspenso, acabou. Fui embora para casa, mas a Cobap me levou de volta ao Conselho Nacional da Previdência Social. Isso eu agradeço demais. Quero dizer que estou muito feliz aqui com vocês e muito orgulhosa dessas mulheres que estão aqui e dos homens também, naturalmente.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimentamos a Srª Josephá Brito pela sua fala. Passamos a palavra neste momento ao Sr. José Calixto Ramos, presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, que falará aqui pelas Centrais Sindicais.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Exmº Sr. Senador Paulo Paim; Exmº Sr. Ministro da Previdência Social e seu mais próximo assessor, Carlos Eduardo Gabas, que, se me permite um pouco a intimidade, o Gabas já tem, para nós, a cara da Previdência Social (*Palmas*); nobres Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin; Senadores Vital do Rêgo e Wilson Santiago; meu caro Deputado Olair Francisco, da Câmara Distrital; companheiro Warley, presidente da Cobap; José Augusto, do Fórum Sindical dos Trabalhadores; Josephá Brito; companheiras e companheiros; aposentados e pensionistas que integram a Confederação Brasileira de Aposentados, eu iniciaria, primeiro agradecendo o convite para esta sessão e dizendo, evidentemente, da minha satisfação, do meu contentamento. Considero-me um trabalhador privilegiado, já a alguns meses dos

meus 82 anos. Como tantas e tantos de vocês, eu tive o privilégio de passar por diversas situações, adversidades de toda ordem – política, ideológica, partidária, revolução, de guerra, enfim – e já àquela altura, no início da minha vida profissional, nós já reclamávamos, já reivindicávamos tratamento igual para os aposentados e pensionistas, 40, 50 anos atrás. E hoje nós continuamos reivindicando a mesma situação.

Aquelas mesmas coisas que nós reivindicávamos há cerca de 50 anos hoje nós estamos repetindo, exatamente porque não se conseguiu, ao longo desse tempo, encontrar caminhos para que houvesse esse tratamento mínimo igualitário entre os trabalhadores que estão na atividade e os trabalhadores aposentados e pensionistas.

Hoje, nós continuamos defendendo uma posição para os aposentados, para que eles possam, ao menos, continuar sobrevivendo. Com certeza, sobrevivendo de forma inferior à vida que levavam quando no exercício de suas atividades profissionais. Mesmo assim, nós vamos sobrevivendo, uns com um pouco mais de condições, outros com menos condições, uns mais doentes, outros menos doentes, como eu. Mas vamos sobrevivendo, porque essa perseverança de trabalho do dirigente sindical parece que nos dá muito mais pujança para a nossa vida. Quase sempre a briga que temos dentro de casa é porque trabalhamos demais.

Mas tenho certeza – estou convencido disto – de que o trabalho é exatamente aquele sangue que corre sempre nas nossas veias, dando-nos cada dia mais disposição para desenvolvermos nossas atividades, especialmente quando nós e tantos outros, como o companheiro Warley, temos a responsabilidade de, de alguma forma, tentar interpretar os anseios de uma grande massa de trabalhadores e trabalhadoras que vive sob a expectativa de uma determinada entidade de representação profissional.

Então, em relação à questão da Previdência Social, não nos iludamos: nós vamos continuar trabalhando sempre. Você pode remediar um pouco hoje, mas amanhã, pelo próprio desenvolvimento da economia, das novas tecnologias, você vai tendo mais necessidades, e aí, graças a Deus, as entidades representativas existem, como a Cobap, as centrais, os sindicatos, as federações e as confederações de trabalhadores.

Oportunidades como esta que o Senador Paulo Paim oferece a essa imensidão de companheiras e companheiros é bom para que façamos sempre este exercício: nunca, jamais, baixar a cabeça, esmorecendo na nossa luta, quando a nossa responsabilidade é lutar. E, se vocês não lutarem conosco, como estão fazendo, isso pode arrefecer uma luta que não vem

de agora, que não para agora, mas uma luta que vai continuar sempre.

Sobre a questão específica da Previdência, nós temos uma leitura de que ela não é deficitária, mas sabemos que há outra leitura dizendo que há déficit. A nossa leitura envolve não apenas a Previdência, mas esta como um braço da segurança social e, quando nós conseguimos ver um pouco o sistema da segurança como um todo, é provável que a nossa leitura esteja correta.

Chegamos a discutir com o próprio Governo em algumas oportunidades essa possibilidade de correção dos salários daqueles que têm um pouco acima do salário mínimo e chegamos até a tentar negociar 80% daquele valor, mas até agora ainda não conseguimos.

Tentamos vencer a questão do fator previdenciário. Interessante, nós conseguimos no Congresso depois de muita luta, mas o Governo vetou. A lógica nos indica que seria fácil derrubar o veto, mas não é assim que acontece. Ora, se o Congresso aprovou o fim do fator previdenciário, logicamente também iria aprovar a derrubada do veto, mas politicamente não é assim que acontece.

Então, nós vamos ter uma batalha também permanente para tentar derrubar o veto, para tentar conseguir o reajuste para os que ganham mais do que o salário mínimo e, quem sabe, mais tarde começar a pensar um pouco também na reposição das perdas, já que foram anos e mais anos perdendo vencimento a cada mês, a cada ano. Temos que considerar, como disse um dos nossos Senadores, ou a Senadora, que se começava com um salário de cinco salários mínimos e hoje o vencimento está bem inferior ao que corresponde hoje a cinco salários mínimos, hipoteticamente.

Então, é uma luta permanente. Quer dizer, nós chamamos atenção exatamente para tudo isso. E não devemos pensar que vamos ultrapassar essa fase e que tudo ficará maravilhoso, que não vamos precisar mais estar aqui incomodando os Senadores, os Deputados; os ministérios, em geral.

A vida não é estática, e a situação do País também não é estática. A economia cresce, oscila. A tecnologia avança. A perda de emprego é constante em face da mesma tecnologia, e nós não temos como combatê-la.

Então, tudo isso faz com que nós continuemos lutando permanentemente.

Eu parabenizo vocês todas e vocês todos por este dia, lembrando que, em 1986 se não me falha a memória, foi criada a Cobap em boa hora, já que se fazia necessária uma entidade específica para representar de fato os interesses reais dos aposentados e

pensionistas – não essa avalanche de entidades que dizem representar tantos e, às vezes, não representam quase nada. (*Palmas*) Então, o valor que vocês têm de dar é, primeiramente, à Cobap, depois pensem nas confederações demais, pensem nas centrais sindicais. O valor que têm de emprestar é a Copab, porque essa, sim, vai com vocês aonde for necessário. Dentro das nossas poucas possibilidades, mas sempre com nossa vontade de lutar, estaremos sempre à disposição de todas vocês e de todos vocês.

Parabéns pelo dia, muito obrigado por esta oportunidade! (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao nosso amigo e sempre líder José Calixto Ramos, que falou não só em nome da nova central, mas em nome das centrais sindicais.

Por indicação de Brasília, concedo a palavra, por cinco minutos, ao Deputado Distrital Olair Francisco, a quem peço que seja objetivo como sempre.

O SR. OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente Paulo Paim, ao cumprimentar V. Ex^a, cumprimento todos os presentes. Quero dizer da nossa alegria de, ao acompanhar a política nacional, saber que o Rio Grande do Sul traz para este Parlamento pessoas que têm muito compromisso com o Brasil, como V. Ex^a, o Senador Pedro Simon e esta grande Senadora que conheci hoje, mas que tenho acompanhado pela Rádio Senado.

Sr. Presidente, uso esta tribuna agora dividido entre a alegria e a tristeza. Sinto muita alegria e muita satisfação diante desta homenagem, deste momento tão solene, tão especial. Sinto tristeza porque o cidadão, depois de dedicar anos e anos de sua vida a este País, depois que se aposenta, tem de dedicar anos e anos para conseguir ver respeitado o seu direito adquirido. Ainda bem que, no Brasil, os aposentados têm V. Ex^a. Desde quando V. Ex^a começou a representar o povo brasileiro, a situação do aposentado não é mais a mesma; V. Ex^a tem feito um grande trabalho representando os pensionistas e os aposentados.

Mas trago uma preocupação a mais, Sr. Presidente: a questão das pessoas que chegam aos quarenta anos e se vêm diante da necessidade de voltar ao mercado de trabalho. Tanto a mulher quanto o homem que chegam aos quarenta anos, para voltar ao mercado de trabalho, enfrentam muitas dificuldades. Para fazer frente a isso, apresento a V. Ex^a uma ideia que vou colocar em prática aqui no Distrito Federal: a Lei 40.

Segundo essa lei, todas as empresas que têm CGC, inscrição, devem deixar 10% das vagas para quem tem mais de quarenta anos, porque o homem, para voltar ao mercado de trabalho nessa idade, só se for trabalhar na construção civil, e a mulher só consegue emprego se for trabalhar em casa de família.

(*Palmas*.) Nós temos que abrir o olho, senão, daqui a alguns dias, quem tem mais de quarenta anos vai se ver na mesma situação em que estão hoje os nossos aposentados.

Para não me alongar, eu quero dizer que esta Casa tem um grande compromisso com o Brasil e é para cá que a gente tem que trazer as nossas grandes reivindicações.

V. Ex^a está de parabéns. Está de parabéns porque não é apenas uma voz rouca. Aliás, começou como uma voz rouca, mas hoje é a voz de todos: vários Parlamentares empunham com V. Ex^a essa bandeira dos aposentados.

O meu muito obrigado e que Deus abençoe a todos nós. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Olair. Aliás, já quero convidá-lo, Olair, para, na próxima terça-feira – não esta, mas a outra –, juntar-se a nós na Subcomissão de Previdência e Trabalho, onde vamos discutir a discriminação daqueles trabalhadores que têm mais de quarenta anos. Você é meu convidado para participar desse debate. (*Palmas*.)

Passamos a palavra neste momento ao Exmº Sr. Secretário-Executivo do Ministério da Previdência, Sr. Carlos Eduardo Gabas. Depois, ao Warley, da Copab, e o Ministro encerra.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Boa-tarde a todas, boa-tarde a todos, quero inicialmente agradecer a Deus a oportunidade de estarmos fazendo esta comemoração nesta Casa Legislativa.

Quero agradecer o convite e cumprimentar o Senador Paulo Paim, que preside esta sessão; cumprimentar o Senador e Ministro Garibaldi Alves Filho, que muito generosamente me franqueou a palavra – na verdade, eu não deveria falar, porque está presente o Ministro da Previdência, a quem agradeço pela generosidade –, cumprimentar o Warley, Presidente da Cobap, meu companheiro caipira do interior de São Paulo – e dizer também, Warley, como a Senadora Vanessa Grazziotin: vamos também fazer um hino de moda de viola para a Cobap lá do interior de São Paulo, vamos encomendar também um hino –; quero cumprimentar o José Calixto, nosso companheiro de lutas que representa aqui as centrais sindicais; cumprimentar o José Augusto, que representa os comerciários; e cumprimentar também a D. Josephina, companheira antiga em nome de quem cumprimento todos os aposentados e aposentadas aqui presentes.

Acompanho há muito tempo a D. Josephina: desde 1985, quando fiz o concurso da Previdência. A D. Josephina, já em 1992, era uma das líderes dos 147 e foi de quem ouvi, pela primeira vez, a história dos ca-

ras enrugadas – os caras pintadas eram os estudantes, e D. Josepha já falava dos caras enrugadas, que estavam nas ruas reivindicando um direito, que era o dos 147%.

Não vou me alongar muito em função do cansaço da plateia e do fato de que outras pessoas ainda vão falar, mas quero dizer que a Previdência Social brasileira não é uma entidade quebrada, não está falida, ela não tem o déficit que querem que ela tenha.

Nós nos esforçamos muito, ao longo da gestão do Presidente Lula, para trazer à luz esse debate e para dar transparência às contas da Previdência.

Temos um regime urbano e um rural. O regime urbano, no ano de 2010, teve um superávit de R\$14,9 bilhões. O regime rural, como foi concebido nesta Casa – onde foram votadas as leis e a Constituição –, necessita de um subsídio que, de maneira correta, foi aprovado por esta Casa.

Quero dizer que os trabalhadores rurais têm direito à previdência social e deverão continuar tendo esse direito. O segurado especial produz mais de 70% dos alimentos que consumimos, por isso merecem atenção do Estado brasileiro através da Previdência Social.

Não podemos confundir essas contas. O subsídio à previdência rural deve ser mantido. O que não se pode é misturar a previdência rural com a previdência urbana, que tem, sim, superávit, que tem, sim, condições de continuar pagando aposentadorias e pensões.

Precisamos estar atentos, devemos programar a nossa previdência social. Hoje pensamos previdência para daqui a trinta, quarenta, cinquenta anos. Então, precisamos fazer esse debate de forma clara, transparente.

Quero dizer que estou muito tranquilo com a condução que o Ministro Garibaldi Alves Filho tem dado a esse debate na Previdência Social alimentando e fomentando o debate com a sociedade, estimulando que a sociedade civil participe deste debate para que possamos pensar essa nossa previdência do futuro.

Para finalizar, tenho conversado muito com o companheiro Warley, nosso Presidente da Cobap, e dito que muito se fala da transição demográfica que está acontecendo no Brasil. É verdade. Aquela faixa jovem da pirâmide está indo para o meio. Assim, temos milhões e milhões de pessoas idosas num curto espaço de tempo. E as pessoas estão vivendo mais, graças a Deus. Portanto, nós, Governo, nós, sociedade civil, o Legislativo, temos que pensar é o que queremos para o futuro dessas pessoas que estão vivendo mais. Nós queremos que as pessoas vivam mais trancadas dentro de casa ou com qualidade de vida, com acesso ao lazer, com acesso ao trabalho, se quiserem, com acesso a todos os direitos que os demais cidadãos

têm, especialmente à saúde? Queremos que as pessoas vivam mais com qualidade de vida.

Ouvi aqui uma pessoa dizendo: e a moradia? Também precisamos pensar a moradia para os idosos. Precisamos pensar todos os direitos que um cidadão na sua plenitude, na sua juventude tem para que os idosos tenham também. E com um cuidado maior, porque já passaram e já deram ao País a sua contribuição. Com o seu suor foram construídas as riquezas deste País. Por isso é preciso que o País reconheça este suor, que o País reconheça esse esforço e trate muito bem as pessoas idosas.

Quero dizer a vocês que nós no Ministério da Previdência Social, junto às demais instituições públicas do Governo Federal, queremos fazer este debate para que as pessoas vivam, mas vivam com alegria, com saúde, com qualidade de vida.

Vocês estão de parabéns pela luta que fazem, porque nada é de graça. Se, hoje, alcançamos alguma conquista foi em função da organização e da luta dos aposentados. Por isso, a minha mensagem para vocês é que continuem se organizando, continuem lutando, continuem reivindicando, porque por meio desse mecanismo é que vocês vão conseguir cada vez mais o respeito da sociedade e o respeito dos governos, pois vocês merecem este reconhecimento.

Um grande abraço e muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Gabas, que respeitou exatamente os cinco minutos.

(Manifestação da galeria)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bem, pode deixar. No encerramento, vamos começar a colher assinaturas. É sério mesmo.

Quero cumprimentar o Ministro Garibaldi Alves Filho por tê-lo convidado, Gabas, permita-me que diga isso, para ser o seu Secretário Executivo. E você, com a grandeza de quem já foi Ministro, aceitou o convite. Sendo assim, tenho certeza de que faremos um grande trabalho. Meus cumprimentos a você, Gabas, por sua fala. Quero dizer que você foi um dos primeiros Ministros da Previdência a dizer que a Previdência não tem déficit. Isso, para nós, é gratificante.

Neste momento, passo a palavra ao Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, Sr. Warley Martins Gonçalves. (Palmas.)

Também quero cumprimentar o Senador Wellington Dias, que está presente aqui no plenário, ele que foi ex-Governador do Piauí.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALVES – Uma boa-tarde a todos. Quero cumprimentar a caravana de Catanduva, que saiu, ontem, às seis horas da tarde e

estão aqui hoje, e às outras caravanas, porque, sem vocês, nós não iríamos ter esta sessão maravilhosa que estamos tendo aqui. Vocês estão de parabéns. Também contamos com a participação de uma idosa de 85 anos. Vocês estão de parabéns. É por isso que nós, da Cobap, damos todo o apoio para as associações e federações do Estado.

Quero cumprimentar o Senador Paim, o Ministro Garibaldi Alves Filho, que, quando foi Presidente aqui no Senado, deu todo apoio para a Cobap. Também quero registrar que não temos nada a reclamar de todos os Senadores, pois eles apoiaram plenamente todos nós aposentados e pensionistas. Os Senadores estão de parabéns. Esperamos que, neste ano, também possamos contar com o apoio de todos os Senadores. (*Palmas.*)

Também quero agradecer, principalmente, a meu amigo Gabas, que é um amigo de todos os aposentados, pois sempre defendeu esta categoria, sempre defendeu o INSS, desde que era funcionário. Ficamos até um pouco sentidos quando perdeu o cargo de Ministro. Mas Deus vai ajudar e o Ministro nomeado será até um pouco melhor e vai ajudar ainda mais os aposentados e pensionistas, porque quando o atual Ministro era Senador, sempre ajudou os aposentados e pensionistas.

Quero cumprimentar o Presidente da Nova Central, Calixto, e também o José Augusto e a Josepha. E, em nome deles, cumprimento toda a Mesa.

Mas queria falar com o Ministro o que nós, aposentados e pensionistas, sempre reivindicamos. Temos uma pauta de três itens que sempre foi a nossa bandeira – e é até hoje –, mas ainda não conseguimos; pensamos que havíamos conseguido no ano passado, mas a Presidente da República acabou nos tirando, recentemente, no início do ano: um percentual acima da inflação para todos nós.

Com isso, se não continuarmos fazendo um movimento ou negociando com o Ministro ou com a Presidente da República, até 2015 vamos ficar sem aumento, porque isso nos foi tirado agora; na negociação, a Dilma retirou esse benefício dos aposentados que ganham acima do salário mínimo. Então, não sabemos se vamos ficar com o aumento da inflação ou o que vai ser. O que queremos é negociar um aumento igual ao do ano passado, que foi de 80% do PIB. É isso que estamos reivindicando, todas as federações, a Cobap, porque para nós é importante termos na mão algum aumento real até 2015, para não ficarmos tendo esse desgaste, que está fazendo com que todos os aposentados tenham que ir às ruas.

Quero fazer uma pergunta aos Senadores e também ao próprio Ministro: o que o aposentado tem de-

pois que ele se aposenta? Nada! Não temos nada. A Previdência, Gabas, só trabalha para os trabalhadores da ativa; ela não oferece nada para nós quando aposentamos, a não ser tirar ainda mais de nós, porque a nossa aposentadoria vai diminuindo ano a ano. Desse jeito, vamos chegar ao salário mínimo.

A Previdência tem que fortalecer mais aquele as pessoas que já aposentou, caso contrário o trabalhador vai se questionar o porquê vai se aposentar. Isso porque, depois que se aposenta, o caminho é o asilo, porque não tem mais nada. (*Palmas.*)

Então, Ministro, temos que fazer alguma coisa para nós, aposentados. Na Previdência, tinha que haver, por exemplo, uma coisa pela qual sempre lutamos, ou seja, um plano de saúde para os aposentados e pensionistas, porque quando precisamos da saúde, somos jogados pelo SUS e ficamos lá. Então, precisávamos pensar em um plano de saúde para os aposentados, porque precisamos disso, todos os aposentados precisam. Essa é uma reivindicação que queremos para o futuro.

Estamos ouvindo a Presidente Dilma falar que vai construir oito, nove ou dez creches para as crianças. Não somos contra, mas queremos que ela crie pelo menos cinco convivências de idosos para os aposentados no Brasil, porque não temos um centro de convivência no País que o Governo administre para nós. Então, não queremos nada de mais. E para o Governo isso também é uma coisa boa, porque o aposentado, tendo um centro de convivência, não vai precisar de nada, vai ficar lá sem problema, vai ficar se divertindo. Ou seja, ao invés do asilo, preferímos um centro de convivência para todos os aposentados e pensionistas do nosso País.

Agradeço a presença de todos. Vão com Deus e que Ele nos encaminhe.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Warley, que foi direto na sua fala, apresentando as suas...

A SRA. APARECIDA FLORINDO (Fora do Microfone.) – Lembrando também àquele moço simpático que o SUS não é SUS, é susto. O aposentado chega lá, ele não tem. O aposentado chega lá, ele tem que fazer exame, ele não tem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fica colocada a sua indignação. (*Palmas.*)

Passamos a palavra, neste momento, ao Senador e Ministro da Previdência, Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Eu quero inicialmente cumprimentar o Senador Paulo Paim e dizer a ele da minha satisfação ao vê-lo presidir esta sessão em homenagem ao Dia dos Aposentados e

Pensionistas. Quero cumprimentar o Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, Dr. Carlos Eduardo Gabas, ex-Ministro da Previdência; o Deputado Distrital Olair Francisco; o Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, Sr. Warley Martins Gonçalves; o Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, José Calixto Ramos; o Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, José Augusto da Silva Filho, e ainda a Secretária-Executiva da Frente Parlamentar e de Entidades em Defesa da Previdência Social Pública, a Srª Josepha Brito. Cumprimento os Senadores presentes, a começar da Senadora Ana Amélia e o Senador Wellington Dias. Aqueles que aqui já falaram e tiveram de se ausentar, eu não posso cumprimentá-los, mas direi da minha saudação a eles, o Senador Vital do Rêgo e o Senador Wilson Santiago.

É uma satisfação muito grande estar aqui nesta sessão, durante a qual o Senado Federal presta uma homenagem aos aposentados e pensionistas do Brasil.

Eu queria dizer a todos das minhas desculpas por não ter chegado aqui antes, pois o avião que me trazia do Rio de Janeiro atrasou. Assim que eu cheguei, tratei de vir para esta sessão, para a tribuna do Senado, já que não tenho nada a temer quando falo desta tribuna, principalmente se estou diante de homens pacíficos, de homens bons e leais, homens e mulheres que deram tudo por este País e que agora não conseguem ter o tratamento justo que merecem por parte da Previdência Social. (*Palmas*.)

Eu digo aos senhores que já tive a oportunidade de conversar com a Presidenta Dilma Rousseff, que está preocupada com a situação dos aposentados e das aposentadas, dos pensionistas e das pensionistas do País. Eu diria mesmo que trago a convicção de que o melhor caminho que nós poderemos trilhar é o caminho do diálogo, da conversa, do entendimento.

A partir deste momento, eu quero me dirigir ao Sr. Warley Martins, Presidente da Cobap, para dizer a ele que, se for da sua conveniência, pois estou fazendo isso sem consultá-lo – aliás, foi um erro meu, uma falha minha, peço que me desculpe – repito, se for da sua conveniência e da de outros representantes da Cobap, estejam todos no nosso gabinete do Ministério da Previdência quarta-feira, às 14 horas, para tratarmos dessa pauta. (*Palmas*.) Pelos aplausos, eu vi que pelo menos quanto à data eu já passei no teste.

Também queria dizer a todos que é uma satisfação muito grande estar aqui ao lado de todas as federações estaduais dos aposentados e pensionistas. Não sei se estão representados todos os Estados aqui, porque nós conhecemos as dificuldades de locomoção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há 22 Estados representados.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Se há 22 Estados num conjunto de 27, não é preciso dizer mais nada.

Aqui estão os verdadeiros representantes dos aposentados deste País. (*Palmas*.)

Eu queria também acrescentar, para finalizar as minhas palavras, que é minha satisfação, como eu já disse no início, ter, aqui no Senado, Senadores da estirpe e da qualidade de Paulo Paim, de Ana Amélia e de Wellington Dias. (*Palmas*.)

Paulo Paim. Eu acho que não é preciso falar sobre Paulo Paim, que vem se constituindo no grande... E eu diria sem querer, Senadora Ana Amélia, ofender a nenhum Senador, porque todos são meus colegas, pois estou lembrado de que uma cadeira dessas é minha. (*Palmas*.)

Há aqui um suplente, por sinal um digno suplente, o hoje Senador Paulo Davim, que está me representando. Mas eu disse a ele: “Olhe, não tome gosto, porque a cadeira vai continuar sendo minha”.

Por outro lado, quero dizer que o Dr. Carlos Gabas tem se constituído também – e os senhores e senhoras podem acreditar nisto – em dirigente do Ministério da Previdência, seja como Ministro, seja como superintendente, seja como secretário executivo. Ele também tem se preocupado com a situação dos aposentados e pensionistas. Sei que isto é do conhecimento de muitos dos senhores e das senhoras que estão aqui, mas ele é colega dos previdenciários. Ele é da carreira do Ministério da Previdência. Ele tem 35 anos de Previdência – ele só tem 25, mas digo que ele tem 35, porque um homem que é a cara da Previdência não pode ter só 25; tem que ter 35, 45. (*Palmas*.)

De modo que estou muito bem acompanhado e assessorado no Ministério da Previdência.

Agora vou terminar mesmo – já tem gente fazendo promessa para eu terminar! Uma e meia, e não sei se vão oferecer almoço a vocês. Garanto a vocês o seguinte: se não oferecerem, eu vou dar voltas no corpo, mas vou oferecer. (*Palmas*.)

Quero dizer que alguns podem estar pensando que eu, porque troquei de lugar no balcão – eu era de um balcão e passei para outro; eu era do Legislativo e passei para o Executivo –, esqueci-me do que fiz, do que falei e no que votei, mas não me esqueci, não. Até porque Paulo Paim não me deixaria esquecer. (*Palmas*.)

Querem saber de uma coisa? Esse homem foi o único que já me deixou aqui, no Senado, quase que uma noite inteira. Foi uma vigília, e eu era Presidente, naquele tempo, do Senado.

Já dei o lanche. Então, vou me dispensar do almoço.

Quero encerrar, dizendo o seguinte: não vim pedir para alguém esquecer o que eu disse aqui.

Eu vim pedir a todos para me lembrarem o que eu disse aqui, para que eu possa honrar meu compromisso como Senador da República e, agora, como Ministro da Previdência Social. (*Palmas.*)

Muito obrigado. Não se esqueçam. Eu até, quem sabe, gostaria que algum de vocês até esquecesse... Não, espera aí, criatura, não é do almoço, não! É de coisa mais importante: é da audiência de quarta-feira, às 2 horas da tarde.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos, depois da fala brilhante do Ministro Garibaldi, vou fazer uma fala muito rápida aqui, para ouvirmos, em seguida, o Hino da Cobap.

O Hino da Cobap fala por todos nós.

Permitam-me dizer o seguinte: considero o dia de ontem muito importante. No domingo de Páscoa, a gente reza e lembra da história daquele que, para mim, foi o maior revolucionário de todos os tempos; aquele que deu sua vida, que foi crucificado porque queria o bem de todos nós.

Por isso, meus amigos, eu diria a vocês que esta é, de fato, uma sessão especial, por ser logo após a Páscoa. Não vou fazer meu pronunciamento. Permitam-me apenas que eu lembre aqui algo que Ele escreveu, que são os Dez Mandamentos, que Deus deixou para todos nós.

O que dizem os Dez Mandamentos? Amarás teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua mente e a teu próximo como a ti mesmo.

Para “amar a ti como a teu próximo”, é impossível que a gente não olhe para os idosos no nosso País e para os aposentados. Se respeitarmos o primeiro mandamento, com certeza não vai haver gente se aposentando com R\$30 mil, sem fator, e o aposentado com salário mínimo, não tendo sequer reajuste real. (*Palmas.*)

Devemos, aqui, sim, respeitar o primeiro mandamento.

Segundo mandamento: não usarás o nome de Deus em vão.

Todo dia, quando a gente abre a sessão, a gente diz que está aberta a sessão em nome de Deus. Vamos respeitar o nome de Deus, aprovando, aqui, leis para os aposentados. (*Palmas.*)

Terceiro mandamento: guardarás domingos e festas de guarda.

Quarto mandamento: honrarás pai e mãe – avós, bisavós; honrarás os idosos do nosso País. (*Palmas.*)

Não matarás, quinto mandamento.

Num momento de tanta violência, quando, no Rio de Janeiro, alguém mata doze jovens numa sala de aula e depois se mata; quando, em São Paulo, em Santos, alguém atira em oito jovens, dos quais dois morrem; quando, em outra cidade, três jovens apunhalam outro jovem, que estava no chão.

Não matarás, viva a vida, viva a paz! (*Palmas.*)

É bom lembrar os Dez Mandamentos, sim, independentemente da religião de cada um.

Sexto mandamento: guardarás castidade nas palavras e nas obras.

Que a palavra dita da tribuna, por cada um de nós, aqui seja guardada, respeitada e cumprida. É disso que precisamos.

Sétimo mandamento: não roubarás.

Àqueles que estão roubando a Previdência, que não pagam a Previdência, que desviam dinheiro da Previdência temos que dizer: não roubarás o dinheiro que falta para a saúde, que falta para educação, que falta na Previdência para pagar nossos aposentados e também nossos pensionistas. Parem de roubar! Deixem lá o dinheiro da Previdência aqueles que sonegam e que não pagam. (*Palmas.*)

Oitavo mandamento: não levantarás falso testemunho.

Quantos usam a falsidade? Quantos dizem “Ah, eu não fiz, eu não peguei, eu não usei”, mas usam indevidamente o dinheiro da Previdência?

Por isso, Senador Garibaldi, eu estou feliz com a sua presença, porque sei da sua responsabilidade para preservar o dinheiro do nosso povo.

Diz o nono mandamento: guardarás castidade nos pensamentos e nos desejos.

Isso é não desejar o que é dos outros, é não desejar o dinheiro do nosso povo, dos trabalhadores, desses homens e mulheres que, durante toda a vida, trabalharam, contribuíram e só querem um salário decente para envelhecer com dignidade! (*Palmas.*)

É só isso que eles querem.

O último mandamento diz: não cobiçarás as coisas do próximo.

Ora, se eles pagaram durante a vida toda sobre um a dez salários, e muitos que estão aqui, quem sabe, até sobre 20 salários, como podemos aceitar que eles passem a receber o correspondente a um salário mínimo? Esse é o destino de todos do regime geral da Previdência se nada for feito.

Por isso, esta Casa aprovou – e o Senador Garibaldi votou junto com a gente – o PL nº 1. O que diz o PL nº 1, que está na Câmara dos Deputados? Que

queremos, somente, que o salário dos aposentados acompanhe o crescimento do mínimo. É só isso.

É só isto que vocês querem: que acompanhe o crescimento.

Avançamos, sim, há algum tempo – Gabas, você ajudou, o Ministro ajudou – e garantimos, pelo menos, 80% do PIB.

Queremos achar, sim, uma alternativa ao fator previdenciário.

Aqui, eu termino.

Viva Cristo! Viva Deus! Viva os homens e as mulheres pela sua luta histórica em defesa da nossa gente! (*Palmas.*)

Viva aqueles que pensam no bem comum! Viva aqueles que olham para o outro com amor, com solidariedade; aqueles que querem a fraternidade! Viva todos vocês que, eu sei, viajaram dos seus Estados – 22 Estados – e ficaram horas e horas nos ônibus, homens e mulheres com 60, com 70, com 80 anos!

Warley, eu quero homenagear a Cobap, as centrais e as confederações, mas foi a Cobap que liderou esse movimento e por isso nós estamos aqui.

Vida longa a todos vocês! Voltem para os seus lares, abracem os netos, os filhos, os bisnetos. Mostrem

a eles que vocês, de cabelos brancos, independentemente do Estado, estão, aqui, pensando no futuro deles, porque eles serão os aposentados de amanhã.

Por isso, faço este pronunciamento inspirado nos Dez Mandamentos. Leiam mais os Dez Mandamentos, homens e mulheres deste País, para que não se faça injustiça contra os nossos idosos, os nossos aposentados, as nossas crianças, a nossa juventude.

Vida longa aos aposentados e pensionistas!

Vida longa à Cobap! (*Palmas.*)

Agradeço a todos.

Peço, agora, que toquem o Hino da Cobap.

(Procede-se à execução do Hino da Cobap.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Ministro Garibaldi e o Warley, da Cobap.

Encerrando a sessão, anunciando que o vale do almoço está ali na saída, por indicação do Warley e do Ministro.

Uma salva de palmas para todos. (*Palmas.*)

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 13 horas e 47 minutos.)

Ata da 56^a Sessão, Não Deliberativa em 25 de abril de 2011

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Wilson Santiago,
das Sras. Vanessa Grazziotin e Ana Amélia*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 2 minutos e encerra-se às 18 horas e 35 minutos)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 434, DE 2011

Nos termos do art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de pesar pelo falecimento das 12 vítimas, em virtude das chuvas, ocorridas nas cidades de Igrejinha, Novo Hamburgo e Sapucaia do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. São elas:

- Igrejinha: Fernando Leite de Lima (51 anos), Iraci Pereira (41 anos), Rafael Pereira Lima (9 anos), Jozelana Pereira Lima (19 anos), Leandro Pereira Lima (22 anos), Marli Terezinha Lima (42 anos), Joshuan Lima (11 anos);
- Novo Hamburgo: Gustavo Alves (10 anos), Evandro Alves (12 anos), Tauane Alves (13 anos);
- Sapucaia do Sul: Edson Miguel Trindade (58 anos), Admar Hagemann (67 anos).

A chuva e os desmoronamentos de terra que vitimaram 12 pessoas no feriado de Páscoa despertaram comoção entre os gaúchos. O socorro às comunidades atingidas em Igrejinha e Novo Hamburgo veio de policiais, bombeiros e centenas de anônimos. O trabalho estendeu-se durante o final de semana para retirada de escombros e localização dos corpos que ficaram soterrados. As prefeituras de Novo Hamburgo, Igrejinha, Sapiranga, Montenegro e São Sebastião do Caí contabilizam as perdas. Os relatórios devem ser encaminhados hoje à Defesa Civil na intenção de apoio à reconstrução de casas, ruas, pontes e estradas. A estimativa é que mais de 350 famílias estejam desabrigadas ou desalojadas. Doações de alimentos, móveis e vestuário podem ser feitas no Armazém A7 do Cais do Porto da Capital.

Para tanto gostaríamos que o voto fosse encaminhado às Prefeituras das Cidades citadas, endereçado aos Gabinetes dos Prefeitos. Igrejinha – Av. Presidente Castelo Branco, nº 228 – Igrejinha – RS – CEP 95650-000; Novo Hamburgo – Rua Guia Lopes, nº 4.201, Novo Hamburgo – RS – CEP 93410-340; e Sapucaia do Sul – Rua Leônidas Souza nº 1.289, Sapucaia do Sul – RS – CEP 93210-140. – Senador **Paulo Paim**.

REQUERIMENTO N° 435, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de Congratulações e Aplauso a professora Isis Tavares por sua eleição à Presidência do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado do Amazonas, bem como seja encaminhado o referido Voto ao endereço: Rua 10 de julho, 307, Centro, CEP 69010-060, Manaus – AM.

Justificação

A professora Isis Tavares, amazonense, da cidade de Manaus, foi eleita no último dia 19 de abril presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado do Amazonas, indicada pela União Brasileira de Mulheres. A senhora Isis Tavares é pedagoga formada pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM e professora de Educação Física iniciada na Universidade Federal do Rio de Janeiro e concluída pela UFAM.

Durante a vida acadêmica, atuou no movimento estudantil, sendo presidente do Centro Acadêmico de Pedagogia – CAPe, Diretora da Faculdade de Educação, no Diretório Central dos Estudantes da UFAM e representante discente do Conselho Universitário da UFAM/CONSUNI.

É professora da rede Estadual e municipal de ensino no Amazonas. Presidente no segundo mandato do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas – SINTEAM, Secretária de Gênero da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e eleita Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado do Amazonas e diretora da União Brasileira de Mulheres do Amazonas – UBM.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2011. –Senadora **Vanessa Grazziotin**

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, os seguintes Projetos de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 117, DE 2011 (nº 2.790/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO CRISTÃ EDUCATIVA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Itapuranga, Estado de Goiás.

O CONGRESSO NACIONAL de decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 8 de fevereiro de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 26 de novembro de 1999, a concessão outorgada à Fundação Cristã Educativa para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Itapuranga, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 98, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de

Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decretos de 4 de fevereiro de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 1 - Rádio Sociedade de Friburgo Ltda., no município de Friburgo - RJ;
- 2 - Rádio Vale Aprazível Ltda., no município de Jaguaquara - BA;
- 3 - Rádio Entre Rios Ltda., no município de Palmitos - SC;
- 4 - Rádio Difusora de Cambé Ltda., no município de Cambé - PR;
- 5 - Rádio Globo S.A., no município do Rio de Janeiro - RJ;
- 6 - Rádio Londrina S.A., no município de Londrina - PR;
- 7 - Sociedade Campograndense de Radiodifusão Ltda., no município de Campo Grande - MS;
- 8 - Rádio Difusora de Penápolis Ltda., no município de Penápolis - SP;
- 9 - Rádio Colonial Ltda., no município de Três de Maio - RS;
- 10 - Sociedade Rádio Montanhesa Ltda., no município de Viçosa - MG;
- 11 - Rádio Barbacena Ltda., no município de Barbacena - MG;
- 12 - Rádio Itamaraty Ltda., no município de Piripiri - PI;
- 13 - Rádio Difusora de Catanduva Ltda., no município de Catanduva - SP; e
- 14 - Rádio Difusora de Fernandópolis Ltda., no município de Fernandópolis - SP.

Decretos de 8 de fevereiro de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 15 - Rádio Integração de Carmo do Paranaíba Ltda., no município de Carmo do Paranaíba - MG;
- 16 - Rádio Mirante do Maranhão Ltda., no município de Imperatriz - MA;
- 17 - Rádio Cultura de Gravataí Ltda., no município de Gravataí - RS;
- 18 - Sociedade Rádio Cacique de Capivari Ltda., no município de Capivari - SP;
- 19 - Sociedade Rádio Difusora Lucélia Ltda., no município de Lucélia - SP;
- 20 - Fundação João Paulo II, no município de Cachoeira Paulista - SP;
- 21 - Sociedade de Radiodifusão Itapuí Ltda., no município de Santo Antônio da Patrulha - RS;
- 22 - TV Rádio Clube de Teresina S.A., no município de Teresina - PI;
- 23 - Sistema Norte de Rádio Ltda., no município de Serra - ES;
- 24 - Fundação Bom Jesus de Cuiabá, no município de Cuiabá - MT;

- 25 - Rádio Sociedade Difusora a Voz de Bagé Ltda., no município de Bagé - RS;
- 26 - Rádio Auriflama de Comunicação Ltda., no município de Auriflama - SP;
- 27 - Rádio Alvorada de Cardoso Ltda., no município de Cardoso - SP;
- 28 - Fundação Cristã Educativa, no município de Itapuranga - GO;
- 29 - Rádio Metrópole e Crissiumal Ltda., no município de Crissiumal - RS;
- 30 - Rádio Vale do Rio Tietê Ltda., no município de José Bonifácio - SP;
- 31 - Rádio Imigrantes de Turvo Ltda., no município de Turvo - SC;
- 32 - Rádio Jaraguá Ltda., no município de Jaraguá do Sul - SC; e
- 33 - Rádio Cultura de Bariri Ltda., no município de Bariri - SP;

Decretos de 10 de fevereiro de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 34 - Sociedade Rádio Difusora Alegretense Ltda., no município de Alegrete - RS;
- 35 - Fundação João Paulo II, no município de Gravatá - PE;
- 36 - Rádio Independente de Barretos Ltda., no município de Barretos - SP;
- 37 - Rádio Santa Rosa Ltda., no município de Santa Rosa - RS;
- 38 - Rádio Difusora São Joaquim Ltda., no município de São Joaquim - SC;
- 39 - Rádio Difusora do Amazonas Ltda., no município de Manaus - AM;
- 40 - Fundação Nossa Senhora Aparecida, no município de Monte Aprazível - SP;
- 41 - Rádio Alvorada de Quirinópolis Ltda., no município de Quirinópolis - GO;
- 42 - Rádio Sisal de Conceição do Coité S.A., no município de Conceição do Coité -

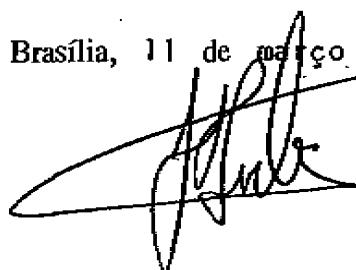
BA;

- 43 - Rádio Educadora de Taió Ltda., no município de Taió - SC;
- 44 - Emissora Continental de Campos Ltda., no município de Campos dos Goytacazes - RJ; e
- 45 - Rádio Educadora de Piracicaba Ltda., no município de Piracicaba - SP.

Decretos de 11 de fevereiro de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 46 - Rádio Sentinel da Vale Ltda., no município de Gaspar - SC;
- 47 - Rádio Emissora Vanguarda Ltda., no município de Sorocaba - SP;
- 48 - Nassau Editora Rádio e Televisão Ltda., no município de Vitória - ES;
- 49 - Rádio Difusora de Piranga Ltda., no município de Piranga - MG;
- 50 - Rádio Jornal de Sergipe Ltda., no município de Aracajú - SE; e
- 51 - Super Radiodifusão Ltda., no município de Canoas - RS.

Brasília, 11 de março de 2010.



EM nº. 682/2009 – MC.

Brasília, 13 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência processo administrativo, em que a FUNDAÇÃO CRISTÃ EDUCATIVA solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, no Município de Itapuranga, Estado de Goiás, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 26 de novembro de 1999.
2. A outorga da concessão do serviço de radiodifusão foi conferida originariamente à Rádio Primavera de Itapuranga Ltda por meio do Decreto nº 84.115, de 24 de outubro de 1979, posteriormente transferida à Fundação Cristã Educativa por meio do Decreto nº 94.994, de outubro de 1987, publicado no Diário Oficial da União em 6 de outubro de 1987.
3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.
4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.
5. Acompanham o ato os Processos nº 53670.000247/99 e nº 29109.000514/89, que constituem pedidos distintos de renovação. O primeiro referente ao período de 1989/1999, deferido de acordo com o artigo 9º do Decreto nº 88.066/93, e o segundo que trata do período de 1999/2009.
6. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

DECRETO DE 8 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Fundação Bom Jesus de Cuiabá, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.002.068/2003,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2001, a concessão outorgada à Fundação Bom Jesus de Cuiabá pelo Decreto nº 32.078, de 12 de outubro de 1955, e renovada pelo Decreto de 15 de setembro de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 18 de setembro de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 2, de 19 de fevereiro de 2003, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 8 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Fundação Críssi Educativa, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Jupiápolis, Estado de Goiás.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.000247/999 e nº 291.09.00851485,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 26 de novembro de 1999, a concessão outorgada originalmente à Rádio Primavera de Jupiápolis Ltda, pelo Decreto nº 34.115, de 24 de outubro de 1979, posteriormente transferida à Fundação Críssi Educativa pelo Decreto nº 94.994, de 5 de outubro de 1987, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Jupiápolis, Estado de Goiás.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 8 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Fundação João Paulo II, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.002.134/2004,

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada originalmente à Rádio Bandeirantes de Cachoeira Paulista Ltda, pela Portaria MVOP nº 1.033, de 7 de novembro de 1950, posteriormente, transferida à Fundação João Paulo II pelo Decreto nº 90.310 de 16 de outubro de 1984, renovada pelo Decreto de 10 de novembro de 1997, publicado no Diário Oficial da União do dia 11 de novembro de 1997, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 206, de 13 de junho de 2001, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 8 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Bariri Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Bariri, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.001.728/2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Bariri Ltda, pela Portaria MVOP nº 1, de 2 de janeiro de 1950, renovada pelo Decreto de 12 de novembro de 1997, publicado no Diário Oficial da União do dia 13 de dezembro de 1997, e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 58, de 13 de abril de 2000, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Bariri, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 8 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Gravatá Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Gravatá, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.018.65/2003,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Gravatá Ltda, pelo Decreto nº 43.030, de 13 de junho de 1958, renovada pelo Decreto de 11 de outubro de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 13 de outubro de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 363, de 11 de agosto de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Gravatá, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 118, DE 2011

(nº 2.791/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA SÃO JOAQUIM LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 10 de fevereiro de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Difusora São Joaquim Ltda, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 98, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decretos de 4 de fevereiro de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 1 - Rádio Sociedade de Friburgo Ltda., no município de Friburgo - RJ;
- 2 - Rádio Vale Aprazível Ltda., no município de Jaguaquara - BA;
- 3 - Rádio Entre Rios Ltda., no município de Palmitos - SC;
- 4 - Rádio Difusora de Cambé Ltda., no município de Cambé - PR;
- 5 - Rádio Globo S.A., no município do Rio de Janeiro - RJ;
- 6 - Rádio Londrina S.A., no município de Londrina - PR;
- 7 - Sociedade Campograndense de Radiodifusão Ltda., no município de Campo Grande - MS;

- 8 - Rádio Difusora de Penápolis Ltda., no município de Penápolis - SP;
- 9 - Rádio Colonial Ltda., no município de Três de Maio - RS;
- 10 - Sociedade Rádio Montanhesa Ltda., no município de Viçosa - MG;
- 11 - Rádio Barbacena Ltda., no município de Barbacena - MG;
- 12 - Rádio Itamaraty Ltda., no município de Piripiri - PI;
- 13 - Rádio Difusora de Catanduva Ltda., no município de Catanduva - SP; e
- 14 - Rádio Difusora de Fernandópolis Ltda., no município de Fernandópolis - SP.

Decretos de 8 de fevereiro de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 15 - Rádio Integração de Carmo do Paranaíba Ltda., no município de Carmo do Paranaíba - MG;

- 16 - Rádio Mirante do Maranhão Ltda., no município de Imperatriz - MA;

- 17 - Rádio Cultura de Gravataí Ltda., no município de Gravataí - RS;

- 18 - Sociedade Rádio Cacique de Capivari Ltda., no município de Capivari - SP;

- 19 - Sociedade Rádio Difusora Lucélia Ltda., no município de Lucélia - SP;

- 20 - Fundação João Paulo II, no município de Cachoeira Paulista - SP;

- 21 - Sociedade de Radiodifusão Itapuí Ltda., no município de Santo Antônio da Patrulha - RS;

- 22 - TV Rádio Clube de Teresina S.A., no município de Teresina - PI;

- 23 - Sistema Norte de Rádio Ltda., no município de Serra - ES;

- 24 - Fundação Bom Jesus de Cuiabá, no município de Cuiabá - MT;

- 25 - Rádio Sociedade Difusora a Voz de Bagé Ltda., no município de Bagé - RS;

- 26 - Rádio Auriflama de Comunicação Ltda., no município de Auriflama - SP;

- 27 - Rádio Alvorada de Cardoso Ltda., no município de Cardoso - SP;

- 28 - Fundação Cristã Educativa, no município de Itapuranga - GO;

- 29 - Rádio Metrópole e Crissiumal Ltda., no município de Crissiumal - RS;

- 30 - Rádio Vale do Rio Tietê Ltda., no município de José Bonifácio - SP;

- 31 - Rádio Imigrantes de Turvo Ltda., no município de Turvo - SC;

- 32 - Rádio Jaraguá Ltda., no município de Jaraguá do Sul - SC; e

- 33 - Rádio Cultura de Bariri Ltda., no município de Bariri - SP;

Decretos de 10 de fevereiro de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 34 - Sociedade Rádio Difusora Alegretense Ltda., no município de Alegrete - RS;

- 35 - Fundação João Paulo II, no município de Gravatá - PE;

- 36 - Rádio Independente de Barretos Ltda., no município de Barretos - SP;

- 37 - Rádio Santa Rosa Ltda., no município de Santa Rosa - RS;

- 38 - Rádio Difusora São Joaquim Ltda., no município de São Joaquim - SC;

- 39 - Rádio Difusora do Amazonas Ltda., no município de Manaus - AM;

- 40 - Fundação Nossa Senhora Aparecida, no município de Monte Aprazível - SP;

- 41 - Rádio Alvorada de Quirinópolis Ltda., no município de Quirinópolis - GO;

- 42 - Rádio Sisal de Conceição do Coité S.A., no município de Conceição do Coité - BA;

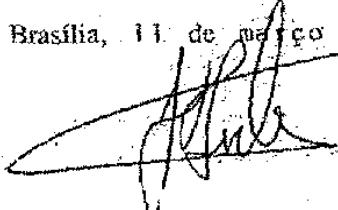
- 43 - Rádio Educadora de Taió Ltda., no município de Taió - SC;

- 44 - Emissora Continental de Campos Ltda., no município de Campos dos Goytacazes - RJ; e

- 45 - Rádio Educadora de Piracicaba Ltda., no município de Piracicaba - SP.

Decretos de 11 de fevereiro de 2010 (DOU do dia subsequente):
46 - Rádio Sentinel do Vale Ltda., no município de Gaspar - SC;
47 - Rádio Emissora Vanguarda Ltda., no município de Sorocaba - SP;
48 - Nassau Editora Rádio e Televisão Ltda., no município de Vitória - ES;
49 - Rádio Difusora de Piranga Ltda., no município de Piranga - MG;
50 - Rádio Jornal de Sergipe Ltda., no município de Aracaju - SE; e
51 - Super Radiodifusão Ltda., no município de Canoas - RS.

Brasília, 11 de maio de 2010.



EM nº. 753/2009 – MC

Brasília, 20 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.004398/2004, em que à RÁDIO DIFUSORA SÃO JOAQUIM LTDA solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de São Joaquim, Estado de Santa Catarina, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2004.

2. A outorga foi conferida por meio da Portaria MJN 310-B, de 18 de junho de 1962, renovada pelo Decreto de 26 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União em 27 de março de 2001 e referendado pelo Decreto Legislativo nº 100, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 17 de abril de 2003.

3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

Nº 29, quinta-feira, 11 de fevereiro de 2010

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Itálio Costa

DECRETO DE 10 DE FEVEREIRO DE 2010

Outorga concessão à SINCO - Sistema Nacional de Comunicação Ltda, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Santarém, Estado do Pará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 14, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.753, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53.000.003027/2002, Concorrência nº 010/2002-SSR/MC.

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à SINCO - Sistema Nacional de Comunicação Ltda, para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Santarém, Estado do Pará.

Art. 2º A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Itálio Costa

DECRETO DE 10 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Fm São Joaquim Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de São Joaquim, Estado da Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.755, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 58.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.04398/2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Fm São Joaquim Ltda, pela Portaria MNI nº 310-B, de 18 de junho de 1962, renovada pelo Decreto em 27 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União em 27 de março de 2001, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 100, de 16 de abril de 2003, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de São Joaquim, Estado da Santa Catarina.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Itálio Costa

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 10012010021100009.

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

9



DECRETO DE 10 DE FEVEREIRO DE 2010.

Renova a concessão outorgada à Rádio Santa Rosa Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.755, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 58.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53.790.000191/94 e 53.000.008290/2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Santa Rosa Ltda, pela Portaria MNI nº 157-B, de 29 de março de 1962, renovada pelo Decreto nº 59.630, de 8 de maio de 1984, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto de 20 de dezembro de 1996, publicado no Diário Oficial da União dia 23 seguinte, que renova a concessão da Rádio Santa Rosa Ltda.

Brasília, 10 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Itálio Costa

DECRETO DE 10 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Educadora de Taubá Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Taubá, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.755, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 58.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.04398/2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Educadora de Taubá Ltda, pela Portaria MNI nº 171, de 2 de fevereiro de 1978, transferida a Cacimba Comunicações Ltda, pela Portaria nº 171, de 1º de setembro de 1982, e à Rádio Educadora de Taubá Ltda, pelo Decreto de 14 de outubro de 1997, publicado no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 1997, renovada pelo Decreto de 27 de junho de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 244, de 29 de junho de 2006, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Taubá, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Itálio Costa

DECRETO DE 10 DE FEVEREIRO DE 2010.

Renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Diffusora Alegreteense Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.755, de 23 de junho de 1972 e 6º, inciso I, do Decreto nº 58.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.790.001453/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Sociedade Rádio Diffusora Alegreteense Ltda, pelo Decreto nº 81.783, de 12 de junho de 1978, renovada pelo Decreto de 20 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 21 seguinte, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 251, de 15 de abril de 2005, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Itálio Costa

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 53, de 10 de fevereiro de 2010. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 481, de 10 de fevereiro de 2010.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Exposição de Motivos

Nº 759, de 24 de agosto de 2009 (Processo nº 53.000.052101/2008-71). Transferência indireta, para outro grupo de emissoras, do controle societário de Sociedade Rádio Diffusora Nordestino Ltda, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de São Gabriel do Oeste, Estado do Mato Grosso do Sul. Autorizado. Em 10 de fevereiro de 2010.

Nº 760, de 24 de agosto de 2009 (Processo nº 53790.00149/2001-11). Transferência indireta, para outro grupo de emissoras, do controle societário de Rádio Globo Içá Ltda, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Içá, Estado do Rio Grande do Sul. Autorizado. Em 10 de fevereiro de 2010.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃODESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 9 de fevereiro de 2010

Entidade: AR NAPTON

Processo Nº: 00.305.412.3001-25

No termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada da 11ª (Fls. 5/56), RECEBO a solicitação de encaminhamento da Autorização de Registro AR NAPTON, operacionalmente vinculada à AC SERASA RFA, com fulcro no Item 2.2.2.1.2 da Resolução CGC ICP-Brasil, nº 47 de 03 de dezembro de 2007. Encaminhado o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

PEDRO PAULO LEMOS MACHADO
Substituto

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 119, DE 2011
(nº 2.798/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PONTAL DE ITABIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 702 de 11 de setembro de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 6 de novembro de 2007, a permissão outorgada à Rádio Pontal de Itabira Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 99, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 672, de 26 de dezembro de 2005 - Rádio FM Vale do Sol Ltda., no município de Santo Antônio da Platina - PR;
- 2 - Portaria nº 224, de 18 de abril de 2006 - Rádio Rainha FM Ltda., no município de Bento Gonçalves - RS;
- 3 - Portaria nº 559, de 13 de setembro de 2006 - Sociedade Rádio Montanhesa Ltda., no município de Viçosa - MG;
- 4 - Portaria nº 299, de 19 de junho de 2007 - Rádio Emissora Vanguarda Ltda., no município de Sorocaba - SP;
- 5 - Portaria nº 402, de 24 de julho de 2007 - Rádio Eldorado Ltda., no município de São Paulo - SP;
- 6 - Portaria nº 615, de 6 de novembro de 2007 - Rádio Cidade Verde de Teresina Ltda., originalmente Rádio Pioneira de Teresina Ltda., no município de Teresina - PI;
- 7 - Portaria nº 750, de 18 de dezembro de 2007 - Scala FM Stéreo de Curitiba Ltda., originalmente Rádio Atlântica de Freqüência Modulada Ltda., na cidade de Cornélio Procópio - PR;

- 8 - Portaria nº 764, de 18 de dezembro de 2007 - Rede Serrana de Radiodifusão Ltda., no município de Taíó - SC;
- 9 - Portaria nº 344, de 12 de junho de 2009 - Sociedade de Cultura Rádio Parecis Ltda., no município de Porto Velho - RO;
- 10 - Portaria nº 434, de 24 de julho de 2009 - Rádio Meridional Ltda., no município de Uberaba - MG;
- 11 - Portaria nº 435, de 24 de julho de 2009 - Rádio Iguatemi FM Stereo Ltda., no município de Bebedouro - SP;
- 12 - Portaria nº 436, de 24 de julho de 2009 - Rádio Vale dos Sinos Ltda., no município de Campo Bom - RS;
- 13 - Portaria nº 515, de 8 de agosto de 2009 - Rádio Comunitária de Comunicações de Santana do Livramento Ltda., no município de Santana do Livramento - RS;
- 14 - Portaria nº 517, de 7 de agosto de 2009 - Rádio e TV Correio Ltda., no município de Campina Grande - PB;
- 15 - Portaria nº 518, de 7 de agosto de 2009 - Rádio Liberal FM Ltda., no município de Dracena - SP;
- 16 - Portaria nº 519, de 7 de agosto de 2009 - Rádio Cultura de Arvorezinha Ltda., no município de Arvorezinha - RS;
- 17 - Portaria nº 523, de 10 de agosto de 2009 - Antena Um Radiodifusão Ltda., no município de São Paulo - SP;
- 18 - Portaria nº 525, de 10 de agosto de 2009 - Rádio Mirante Ltda., no município de São João da Boa Vista - SP;
- 19 - Portaria nº 526, de 10 de agosto de 2009 - Rádio Atlântida FM de Florianópolis Ltda., no município de Florianópolis - SC;
- 20 - Portaria nº 527, de 10 de agosto de 2009 - Rádio Independente de Barretos Ltda., no município de Barretos - SP;
- 21 - Portaria nº 528, de 10 de agosto de 2009 - Fênix Radiodifusão Ltda., originalmente Rádio Difusão Carvalho & Martins, no município de Itajobi - SP;
- 22 - Portaria nº 529, de 10 de agosto de 2009 - Rádio Cidade de Campinas Ltda., no município de Itu - SP;
- 23 - Portaria nº 530, de 10 de agosto de 2009 - Rádio Cidade do Rio de Janeiro Ltda., originalmente Rádio Difusora de Rio Bonito Ltda., no município de Niterói - RJ;
- 24 - Portaria nº 534, de 10 de agosto de 2009 - Empresa Radiofônica Ouro Branco Ltda., no município de Teutônia - RS;
- 25 - Portaria nº 540, de 10 de agosto de 2009 - Rádio Vox 90 Ltda., originalmente Rádio Cultura de Americana Ltda., no município de Americana - SP;
- 26 - Portaria nº 541, de 10 de agosto de 2009 - Rádio Verdes Mares Ltda., no município de Fortaleza - CE;
- 27 - Portaria nº 542, de 10 de agosto de 2009 - Rede Triunfo de Comunicações Ltda., no município de Itamaraju - BA;
- 28 - Portaria nº 543, de 10 de agosto de 2009 - Rádio Castelo Branco Ltda., no município de Divinópolis - MG;
- 29 - Portaria nº 547, de 11 de agosto de 2009 - Rádio Princesa da Mata Ltda., no município de Muriaé - MG;
- 30 - Portaria nº 573, de 14 de agosto de 2009 - Rádio Charrua Ltda., no município de Uruguaiana - RS;
- 31 - Portaria nº 574, de 14 de agosto de 2009 - Emissoras Diário da Região Ltda., no município de Mirassol - SP;
- 32 - Portaria nº 575, de 14 de agosto de 2009 - Rádio Transamérica FM Ltda., no município de Ponta Porã - MS;
- 33 - Portaria nº 582, de 18 de agosto de 2009 - Sistema FM de Rádio Ltda., no município de Formiga - MG;
- 34 - Portaria nº 587, de 18 de agosto de 2009 - Rádio Paulista de Avaré Ltda., no município de Avaré - SP;

35 - Portaria nº 608, de 24 de agosto de 2009 - Rádio Sociedade Independente de Porteirinha Ltda-ME, no município de Porteirinha - MG;

36 - Portaria nº 653, de 31 de agosto de 2009 - Nassau Editora de Rádio e Televisão Ltda., no município de Vitória - ES;

37 - Portaria nº 657, de 31 de agosto de 2009 - Rádio FM Norte Pioneira Ltda., no município de Jacarezinho - PR;

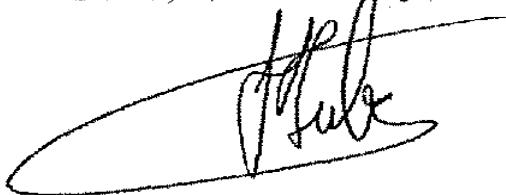
38 - Portaria nº 658, de 31 de agosto de 2009 - Rádio Difusora do Amazonas Ltda., no município de Manaus - AM;

39 - Portaria nº 660, de 31 de agosto de 2009 - Rádio Paranaíba Ltda., no município de Itumbiara - GO;

40 - Portaria nº 700, de 11 de setembro de 2009 - Televisão Verdes Mares Ltda., originalmente Publisom Indústria e Comércio Ltda., no município de Recife - PE; e

41 - Portaria nº 702, de 11 de setembro de 2009 - Rádio Pontal de Itabira Ltda., no município de Itabira - MG.

Brasília, 11 de março de 2010.



EM nº. 931/009-MC

Brasília, 8 de outubro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo nº 53000.043768/2007 acompanhado de Portaria, que renova permissão outorgada à RÁDIO PONTAL DE ITABIRA LTDA para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sonora, em freqüência modulada, no Município de Itabira, Estado de Minas Gerais, por dez anos, a partir de 6 de novembro de 2007.

2. A permissão foi conferida por meio da Portaria nº 251, de 4 de novembro de 1987, publicada no Diário Oficial da União em 6 de novembro de 1987 e renovada pela Portaria nº 1.780, de 10 de setembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de outubro de 2002, referendada pelo Decreto Legislativo nº 246, de 2005, publicado no Diário Oficial da União em 18 de abril de 2005.

3. Observo que a renovação das permissões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066, encaminho o processo a Vossa Excelência para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA N^º 702 , DE 11 DE SETEMBRO DE 2009.

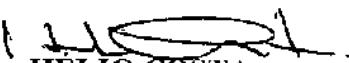
O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.043768/2007, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 6 de novembro de 2007, a permissão outorgada à **RÁDIO PONTAL DE ITABIRA LTDA.**, por meio da Portaria nº 251, de 4 de novembro de 1987, publicada no Diário Oficial da União no dia 6 de novembro de 1987, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA
Ministro de Estado das Comunicações

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 120, DE 2011

(nº 2.802/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO TEMPERADA ESPORTE CLUBE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Inês, Estado do Maranhão.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 557 de 13 de agosto de 2009, que outorga autorização à Associação Temperada Esporte Clube para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Inês, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 100, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 1.036, de 23 de dezembro de 2008 – Associação do Movimento de Radiodifusão Comunitária São Francisco de Assis, no município de Teixeira de Freitas - BA;
- 2 - Portaria nº 1.061, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Comunicação Comunitária São José, no município de Anguera - BA;
- 3 - Portaria nº 437, de 28 de julho de 2009 – Associação Cultural Novo Rio Grande, no município de São Bernardo do Campo - SP;
- 4 - Portaria nº 439, de 28 de julho de 2009 – Associação Cultural Comunitária Campina do Monte Alegre - SP, no município de Campina do Monte Alegre - SP;
- 5 - Portaria nº 440, de 28 de julho de 2009 – Associação Cultural Comunitária de Mendonça, no município de Mendonça - SP;
- 6 - Portaria nº 441, de 28 de julho de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária da Pedra D'Água - ARCPD, no município de Seridó - PB;
- 7 - Portaria nº 443, de 28 de julho de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Porto Amazonas, no município de Porto Amazonas - PR;
- 8 - Portaria nº 444, de 28 de julho de 2009 – Associação Rádio Comunitária de São Martinho, no município de São Martinho - SC;
- 9 - Portaria nº 446, de 28 de julho de 2009 – Associação Cultural Portal, no município de Clevelândia - PR;
- 10 - Portaria nº 449, de 28 de julho de 2009 – Associação de Difusão Artística e Cultural de Corumbaíba – Goiás (ADACCG), no município de Corumbaíba - GO;
- 11 - Portaria nº 455, de 28 de julho de 2009 – Associação Solidária de Pais e Amigos de Pessoas Com Necessidades Especiais, no município de Belém do São Francisco - PE;
- 12 - Portaria nº 457, de 28 de julho de 2009 – Associação Comunitária Novo Amanhecer, no município de Presidente Dutra - BA;
- 13 - Portaria nº 460, de 28 de julho de 2009 – Associação Comunitária e Cultural da Cidade de Fátima - BA, no município de Fátima - BA;

- 14 - Portaria nº 461, de 28 de julho de 2009 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Cotelipense, no município de Barão de Cotegipe - RS;
- 15 - Portaria nº 462, de 28 de julho de 2009 – Associação Gentil Coloca de Radiodifusão e Cultura de Gameleira, no município de Gameleira de Goiás - GO;
- 16 - Portaria nº 464, de 28 de julho de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Palminópolis, no município de Palminópolis - GO;
- 17 - Portaria nº 466, de 28 de julho de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão e Integração Cultural de Maribondo, no município de Maribondo - AL;
- 18 - Portaria nº 468, de 28 de julho de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural de Caldas Novas, no município de Caldas Novas - GO;
- 19 - Portaria nº 469, de 28 de julho de 2009 – Associação de Cultura e Comunicação de Salinópolis, no município de Salinópolis - PA;
- 20 - Portaria nº 471, de 28 de julho de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão da Colônia Triunfo, no município de Pelotas - RS;
- 21 - Portaria nº 472, de 28 de julho de 2009 – Associação Comunitária Líder FM, no município de Vargem Grande - MA;
- 22 - Portaria nº 475, de 28 de julho de 2009 – ARCOP - Associação Radiodifusora Comunitária de Parauapebas, no município de Parauapebas - PA;
- 23 - Portaria nº 544, de 11 de agosto de 2009 – Missão Caminhando, no município de Betim - MG;
- 24 - Portaria nº 545, de 11 de agosto de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão Virgílio Ribeiro, no município de Conceição do Rio Verde - MG;
- 25 - Portaria nº 555, de 13 de agosto de 2009 – Associação Cultural Comunitária Paraty, no município de São Bernardo do Campo - SP;
- 26 - Portaria nº 556, de 13 de agosto de 2009 – Associação Comunitária Amigos do Rolador - ACOMAR, no município de Rolador - RS;
- 27 - Portaria nº 557, de 13 de agosto de 2009 – Associação Temperada Esporte Clube, no município de Santa Inês - MA;
- 28 - Portaria nº 558, de 13 de agosto de 2009 – Associação de Difusão Comunitária de Onda Verde, no município de Onda Verde - SP;
- 29 - Portaria nº 561, de 13 de agosto de 2009 – Associação Comunitária de Voluntários Para Eventos Beneficentes de Santa Fé de Goiás - COVEB, no município de Santa Fé de Goiás - GO;
- 30 - Portaria nº 564, de 13 de agosto de 2009 – Associação de Moradores do Bairro Jardim Primavera, no município de Quatiguá - PR;
- 31 - Portaria nº 565, de 13 de agosto de 2009 – Associação Cultural Comunitária Star Sul, no município de São Paulo - SP;
- 32 - Portaria nº 566, de 13 de agosto de 2009 – Associação Rádio Comunitária de Itapiranga, no município de Itapiranga - SC;
- 33 - Portaria nº 567, de 13 de agosto de 2009 – Associação Rádio Comunitária Brochier, no município de Brochier - RS;
- 34 - Portaria nº 568, de 13 de agosto de 2009 – Associação Comunitária e de Amparo Social de Bom Princípio, no município de Bom Princípio - RS;
- 35 - Portaria nº 569, de 13 de agosto de 2009 – Associação Comunitária da Cidade de Quixaba, no município de Quixaba - PB;
- 36 - Portaria nº 570, de 13 de agosto de 2009 – Associação de Desenvolvimento Cultural de Peixe, no município de Peixe - TO;
- 37 - Portaria nº 571, de 13 de agosto de 2009 – Sociedade Comunitária de Radiodifusão FM, no município de Alto Alegre do Parecis - RO;

38 - Portaria nº 623, de 27 de agosto de 2009 - Associação Comunitária Cachoeira Douradense de Comunicação, Promoção Social, Artística, Cultural, Educativa e Esportiva, no município de Cachoeira Dourada - MG;

39 - Portaria nº 675, de 10 de setembro de 2009 - Associação Comunitária Painhense - ASCOPAN, no município de Pain Filho - RS;

40 - Portaria nº 676, de 10 de setembro de 2009 - Associação Comunitária Sistema Hélio de Comunicações - ACSHC, no município de Pelotas - RS;

41 - Portaria nº 678, de 10 de setembro de 2009 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Vicente Dutra, no município de Vicente Dutra - RS;

42 - Portaria nº 679, de 10 de setembro de 2009 - Associação de Desenvolvimento Comunitário São Sebastião, no município de Paratinga - BA;

43 - Portaria nº 680, de 10 de setembro de 2009 - Associação Comunitária de Radiodifusão de Monte Alegre de Minas - Rádio Monte Alegre, no município de Monte Alegre de Minas - MG;

44 - Portaria nº 684, de 10 de setembro de 2009 - Associação de Agentes Vida e Saúde de Ciriaco, no município de Ciriaco - RS;

45 - Portaria nº 686, de 10 de setembro de 2009 - Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedra Lavrada - ACRPL, no município de Pedra Lavrada - PB;

46 - Portaria nº 687, de 10 de setembro de 2009 - Associação Alice Martins Pinheiro, no município de Paraimirim - RN;

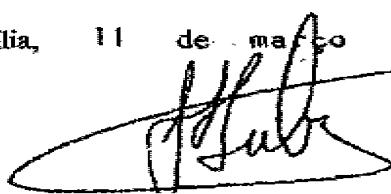
47 - Portaria nº 688, de 10 de setembro de 2009 - Associação Centro de Comunicação Alternativa de Acrelândia, no município de Acrelândia - AC;

48 - Portaria nº 689, de 10 de setembro de 2009 - Associação Comunitária Sócio-Cultural Santa Terezinha, no município de Sucupira do Norte - MA;

49 - Portaria nº 698, de 11 de setembro de 2009 - Associação Comunitária e Rural Afonsense, no município de Pouso Alegre - MG; e

50 - Portaria nº 704, de 11 de setembro de 2009 - Associação Ambiental São Sebastião dos Campos, no município de Senador Amaral - MG.

Brasília, 11 de março de 2010.



EM nº. 782/2009 - MC

Brasília, 26 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Exceléncia Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a Associação Temperada Esporte Clube, no Município de Santa Inês, Estado do Maranhão, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Exceléncia, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.004969/08, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Hélio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 557 DE 13 DE AGOSTO DE 2009.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.004.969/08 e do PARECER/AGU/CONJUR-MC/MGT/Nº 1155 - 1.08 / 2009, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Temperada Esporte Clube**, com sede na Rua Castro Alves, nº 139 – Bairro Nova Santa Inês, no município de Santa Inês, Estado do Maranhão, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 03º 40' 06"S e longitude em 45º 23' 35"W, utilizando a freqüência de 89,7 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HÉLIO COSTA

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 121, DE 2011

(nº 2.902/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA TERRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa, Estado de Goiás.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 157 de 23 de março de 2010, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Terra para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 359, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 677, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária e Cultural José Nunes Caldas, no município de Solidão - PE;

2 - Portaria nº 681, de 10 de setembro de 2009 – Sociedade Beneficente Amigos da Pedreira, no município de Catarina - CE;

3 - Portaria nº 682, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Ipiaçu – Rádio Cidade de Ipiaçu, no município de Ipiaçu - MG;

4 - Portaria nº 685, de 10 de setembro de 2009 – Associação Cultural Colinense de Difusão Comunitária, no município de Colinas do Sul - GO;

5 - Portaria nº 690, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária Radiodifusão e Cultural de Lagoa do Tocantins, no município de Lagoa do Tocantins - TO;

6 - Portaria nº 706, de 11 de setembro de 2009 – Associação Comunitária Amigos de Toledo, no município de Toledo - MG;

7 - Portaria nº 731, de 17 de setembro de 2009 - UMECC - União Municipal dos Estudantes e Comunidades de Caucaia, no município de Caucaia - CE;

8 - Portaria nº 820, de 8 de outubro de 2009 - Associação Amigos de Catas Altas da Noruega, no município de Catas Altas da Noruega - MG;

9 - Portaria nº 850, de 23 de outubro de 2009 - Associação Cultural Comunitária Milênio, no município de São Paulo - SP;

10 - Portaria nº 852, de 23 de outubro de 2009 - Associação Cultural Comunitária Pró Desenvolvimento Infantil de Parelheiros - ACCDIP, no município de São Paulo - SP;

11 - Portaria nº 853, de 23 de outubro de 2009 - Associação Rádio Comunitária Caminho Para a Vida, no município de São Paulo - SP;

12 - Portaria nº 854, de 23 de outubro de 2009 - Associação Educativa Cultural e Beneficente Gideões do Canaã, no município de Dourados - MS;

13 - Portaria nº 855, de 23 de outubro de 2009 - Associação Cultural e Educacional de Caldas Novas, no município de Caldas Novas - GO;

14 - Portaria nº 856, de 23 de outubro de 2009 - Associação Comunitária Mar Azul, no município de Balneário Arroio do Silva - SC;

15 - Portaria nº 858, de 23 de outubro de 2009 - Associação de Difusão Comunitária Central de Santiago, no município de Santiago - RS;

16 - Portaria nº 859, de 23 de outubro de 2009 - Organização dos Moradores de Pirituba, no município de São Paulo - SP;

17 - Portaria nº 861, de 23 de outubro de 2009 - Associação Videomaker do Brasil, no município de São Paulo - SP;

18 - Portaria nº 862, de 23 de outubro de 2009 - Associação de Comunicação Comunitária Alvorada do Bairro Pedreira, no município de São Paulo - SP;

19 - Portaria nº 863, de 23 de outubro de 2009 - ABRAQUA - Associação Brasileira de Qualificação e Ensino Pró-Rádio, no município de São Paulo - SP;

20 - Portaria nº 864, de 23 de outubro de 2009 - Rádio Escola Comunitária FM de Cariacica, no município de Cariacica - ES;

21 - Portaria nº 871, de 29 de outubro de 2009 - Associação de Radiodifusão e Cultura de Aurora, no município de Aurora do Tocantins - TO;

22 - Portaria nº 898, de 4 de novembro de 2009 - Associação Comunitária Unidos Venceremos, no município de Augusto de Lima - MG;

23 - Portaria nº 945, de 20 de novembro de 2009 - Grande Associação Comunitária Lutamos pela Nossa Liberdade, no município de Fortaleza - CE;

24 - Portaria nº 947, de 20 de novembro de 2009 - Associação de Radiodifusão Comunitária Porto de Cachoeira de Santa Leopoldina, no município de Santa Leopoldina - ES;

25 - Portaria nº 948, de 20 de novembro de 2009 - Associação Comunitária e Cultural Zona Sul Liberdade FM, no município de Pato Branco - PR;

26 - Portaria nº 949, de 20 de novembro de 2009 - Associação Princesa de São Bernardo do Campo, no município de São Bernardo do Campo - SP;

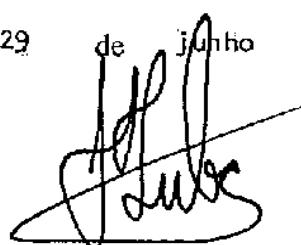
27 - Portaria nº 950, de 20 de novembro de 2009 - Associação Riosulense de Cultura e Radiodifusão Comunitária Jovem Rio, no município de Rio do Sul - SC;

28 - Portaria nº 952, de 20 de novembro de 2009 - Instituto de Promoção e Ação Social Francisco Pereira dos Santos, no município de Pilóezinhos - PB;

29 - Portaria nº 953, de 20 de novembro de 2009 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Altamira do Paraná - ACODCAP, no município de Altamira do Paraná - PR;

- 30 - Portaria nº 954, de 20 de novembro de 2009 – Associação Radiofônica Comunitária de Iconha, no município de Iconha - ES;
- 31 - Portaria nº 958, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária da Cidade de Aricanduva de Radiodifusão, no município de Aricanduva - MG;
- 32 - Portaria nº 960, de 20 de novembro de 2009 – Associação Limaduartina Amigos da Comunicação, no município de Lima Duarte - MG;
- 33 - Portaria nº 962, de 20 de novembro de 2009 – AMAS - Associação dos Moradores e Amigos do Serro, no município de Serro - MG;
- 34 - Portaria nº 963, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária Lírio dos Vales, no município de São Bernardo do Campo - SP;
- 35 - Portaria nº 966, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária FM Guajeru - BA, no município de Guajeru - BA;
- 36 - Portaria nº 967, de 20 de novembro de 2009 – Associação Rádio Comunitária Clube FM, no município de Buriti do Tocantins - TO;
- 37 - Portaria nº 993, de 1º de dezembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Feira Nova Sergipe, no município de Feira Nova - SE;
- 38 - Portaria nº 1.005, de 11 de dezembro de 2009 – Associação Comunitária de Amigos de Bairros, no município de Alto Paraguai - MT;
- 39 - Portaria nº 1.006, de 11 de dezembro de 2009 – Associação Grão-paraense de Desenvolvimento Social - AGRADES, no município de Grão-Pará - SC;
- 40 - Portaria nº 1.007, de 11 de dezembro de 2009 – Associação Comunitária Educativa de Radiodifusão de Breves, no município de Breves - PA;
- 41 - Portaria nº 1.009, de 16 de dezembro de 2009 – Associação Comunitária Cultural Bom Jesus do Sul, no município de Bom Jesus do Sul - PR;
- 42 - Portaria nº 1.011, de 16 dezembro de 2009 – Associação de Difusão Comunitária Benevides FM, no município de Benevides - PA;
- 43 - Portaria nº 26, de 4 de fevereiro de 2010 – Associação Amigos da Rádio de Veredinha, no município de Veredinha - MG;
- 44 - Portaria nº 28, de 4 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária Cultural de Música e Cinema, no município de São José dos Campos - SP;
- 45 - Portaria nº 54, de 10 de fevereiro de 2010 – Associação Rádio Comunitária Nova Pinhais, no município de Pinhais - PR;
- 46 - Portaria nº 57, de 10 de fevereiro de 2010 – Associação de Difusão Comunitária Caciquense, no município de Cacique Doble - RS;
- 47 - Portaria nº 58, de 10 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária Para a Difusão Cultural de São Brás de Minas, no município de Lagamar - MG;
- 48 - Portaria nº 59, de 10 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária Amigos do Município de São Félix de Minas, no município de São Félix de Minas - MG;
- 49 - Portaria nº 70, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária e Beneficente de Mães Nossa Senhora da Conceição, no município de Biritinga - BA; e
- 50 - Portaria nº 157, de 23 de março de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária Terra, no município de Formosa - GO.

Brasília, 29 de Junho de 2010.



EM nº. 121/2010 – MC

Brasília, 25 de março de 2010.

Excellentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação de Radiodifusão Comunitária Terra**, no Município de Formosa, Estado do Goiás, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.028267/09, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA N° 157 DE 23 DE MARÇO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.028.267/09 e da PARECER Nº 206 – 1.08/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação de Radiodifusão Comunitária Terra**, com sede na Rua 13, nº 40 – Setor Nordeste, no município de Formosa, Estado do Goiás, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 15° 31' 37"S e longitude em 47° 19' 54"W, utilizando a freqüência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA
Ministro de Estado das Comunicações

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 117 a 121, de 2011, em conformidade com o inciso III do art. 91 do Regimento Interno, serão apreciados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, da Norma Interna.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo dos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 26, será destinado a comemorar os cinco anos do projeto *Professores de Educação Física sem Fronteiras* e a atuação da Delegacia da Federação Internacional de Educação Física (FIEP) no Brasil, nos termos do **Requerimento nº 376, de 2011**, do Senador Alvaro Dias e outros Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Encerrou-se na última quarta-feira, dia 20, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto

de Resolução nº 14, de 2011, do Senador Lindbergh Farias, que dispõe sobre o termo de ajuste, que poderá ser celebrado no âmbito das comissões temáticas.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se encontra o Projeto de Resolução nº 17, de 2009, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, uma vez que o projeto supracitado também modifica a referida Norma Interna, seguindo, posteriormente, à Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Parecer nº 4, de 2011-CN**, sobre o Projeto de Lei nº 1, de 2011-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, está publicado em avulsos e no Diário do Senado Federal de 21 de abril do corrente.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Srª Presidente, pediria que eu fosse inscrito pela Liderança do PP.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não Senador Dornelles. A inscrição de V. Ex^a já foi providenciada e efetivada perante a Mesa.

Iniciamos os nossos trabalhos cumprimentando, mais uma vez, o Senador Paulo Paim, pela bela sessão solene com que brindou o Senado Federal, sessão comemorativa pelo dia dos aposentados e aposentadas e pensionistas do Brasil. Parabéns, Senador Paulo Paim, um grande momento vivido pelo Senado Federal!

Com a permissão de V. Ex^a, que é o primeiro orador inscrito, vamos iniciar nossos trabalhos do dia de hoje, convidando para fazer uso da tribuna, falando pela Liderança do PP, o Senador Francisco Dornelles.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental de cinco minutos, mas fica à vontade para fazer o seu pronunciamento.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Senadora Vanessa Grazziotin, é uma honra muito grande iniciar uma sessão presidida por V. Ex^a.

Agradeço ao Senador Paulo Paim por essa inversão de pauta.

Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, a construção da usina de Belo Monte tem a maior importância para o desenvolvimento do País. São mais de 11 mil megawatts de potência instalada, com 4.500 megawatts médios de energia assegurada, que serão adicionados à capacidade energética nacional para sustentar taxas de crescimento econômico, geração de emprego e renda compatíveis com as aspirações do Governo e da sociedade brasileira.

O complexo hidrelétrico de Belo Monte será a segunda maior geradora de energia elétrica do País, e a terceira maior do mundo, e custará aos investidores, de acordo com dados oficiais, aproximadamente R\$19 bilhões. Serão gerados 20 mil empregos diretos, renda que será injetada no comércio e na indústria da região.

É um projeto moderno, viável do ponto de vista técnico e econômico e elaborado com estrito respeito aos princípios da sustentabilidade, do baixo impacto ambiental e de grande alcance social para a região.

Sr^a Presidente, o sistema elétrico brasileiro é composto, fundamentalmente, pela geração hidrelétrica, complementado por usinas térmicas, a carvão, a diesel ou atômicas e fontes alternativas, como a energia eólica.

A geração hidrelétrica é a fonte de energia mais adequada para atender à demanda produzida pelo crescimento econômico por conta do seu custo, viabilidade ambiental, emissões de gases que provocam efeito estufa e confiabilidade no suprimento.

Belo Monte produzirá energia elétrica suficiente para garantir o abastecimento de aproximadamente 26 milhões de brasileiros, com perfil de consumo similar ao da região metropolitana de São Paulo.

O Brasil precisa da energia de Belo Monte. A demanda por energia elétrica cresce na esteira do aumento da atividade econômica e do consumo doméstico. O consumo total brasileiro aumentou em cerca de 8%, em 2010, tendo por base o ano de 2009. Ainda por base o ano de 2009, estima-se que o consumo dobrará até 2019, conforme consta do Plano Decenal de Expansão de Energia. Belo Monte, sozinha, contribuirá com a adição de 40 terawatts por hora. Isso é uma contribuição de importância, para que a sociedade tenha sua demanda atendida com modicidade tarifária.

A energia produzida por Belo Monte pode ser comparada com o baixo custo de cada megawatt produzido do complexo hidrelétrico em outras fontes. Considerando que os investidores ganharam o leilão com a oferta de R\$77,97 por megawatt, tem-se que a mesma quantidade de energia elétrica custaria 73% a mais, se produzida por uma pequena central hidrelétrica, e cerca de 100% a mais se produzida por um gerador eólico, nuclear ou por uma usina de biomassa.

A opção pela construção de Belo Monte em regime de fio d'água permitiu uma redução sensível nos impactos ambientais do empreendimento.

A obra de Belo Monte vai dinamizar a economia da região pela criação de demanda por produtos e serviços.

Estima-se que os Municípios atingidos vão receber, por compensação, aproximadamente R\$200 milhões que, seguramente, serão utilizados na implementação de políticas públicas, que vão alterar profundamente as perspectivas de vida da população, com educação, meio ambiente, saneamento, moradia e geração de renda.

Belo Monte é essencial para o desenvolvimento do Brasil nos próximos anos. Sua energia vai contribuir para que o País garanta as condições necessárias para continuar a crescer a taxas compatíveis com o enfrentamento dos desafios sociais que tem pela frente. O projeto é viável sob os pontos de vista ambiental, social e financeiro. Não se pode, portanto, deixar que visões parciais da realidade prevaleçam em face do interesse geral.

Sr^a. Presidente, estou encaminhando a V. Ex^a o texto do meu pronunciamento, pedindo que ele seja publicado na íntegra.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr's Senadoras, Srs. Senadores, a construção de Belo Monte tem importância central para o desenvolvimento do Brasil. São 11.233 megawatts de potência instalada, com 4.571 megawatts médios de energia assegurada, que serão adicionados à capacidade energética nacional para sustentar taxas de crescimento econômico, geração de emprego e renda compatíveis com as aspirações do Governo e da sociedade brasileira.

O complexo hidroelétrico de Belo Monte será a maior geradora de energia elétrica do País, já que Itaipu, ainda que com capacidade superior, é binacional. Trata-se de um projeto moderno, viável dos pontos de vista técnico e econômico e elaborado com estrito respeito aos princípios da sustentabilidade, do baixo impacto ambiental e de grande alcance social para a região.

Belo Monte, a terceira maior hidrelétrica do mundo, custará aos investidores, de acordo com dados oficiais, aproximadamente 19 bilhões de reais, implicará o alagamento de apenas 516 quilômetros quadrados. Serão gerados 20 mil empregos diretos, renda que será injetada no comércio e na indústria da região.

Sr. Presidente, o sistema elétrico brasileiro é composto, fundamentalmente, pela geração hidrelétrica, complementado por usinas térmicas, a carvão, a diesel ou atômicas, e fontes alternativas, como a energia eólica, de pequenas centrais hidrelétricas e a partir da biomassa. A geração hidrelétrica é fonte de energia elétrica mais adequada para atender à demanda produzida pelo crescimento econômico por conta de seu custo, viabilidade ambiental, emissões de gases que provocam efeito estufa e confiabilidade no suprimento.

Não construir Belo Monte é um crime contra as aspirações do povo brasileiro por mais empregos, mais ocupações e mais renda.

Belo Monte produzirá energia elétrica suficiente para garantir o abastecimento de aproximadamente 26 milhões de brasileiros, com perfil de consumo similar ao da região metropolitana de São Paulo.

O Brasil precisa da energia de Belo Monte. A demanda por energia elétrica cresce na esteira do aumento da atividade econômica e do consumo doméstico. O consumo total brasileiro aumentou em cerca de 8% em 2010, tendo por base o ano de 2009. Em 2019, as autoridades calculam que o esse consumo alcançará aproximadamente 830 terawatts por hora. Tendo por base o ano de 2009, com 419 terawatts por hora, estima-se, portanto, que o consumo dobrará até 2019, conforme consta do Plano Decenal de Expansão de Energia. Belo Monte, sozinha, contribuirá com a adição

de 40 terawatts por hora. Isso é uma contribuição de importância para que a sociedade tenha sua demanda atendida com modicidade tarifária.

A modicidade tarifária da energia produzida por Belo Monte pode ser comprovada quando se compara o custo de cada megawatt produzido do complexo hidrelétrico com outras fontes. Considerando que os investidores ganharam o leilão com a oferta de 77,97 reais por megawatt, tem-se que a mesma quantidade de energia custaria 73% a mais se produzida por uma pequena central hidrelétrica e cerca de 100% a mais se produzida por um gerador eólico, nuclear, ou por uma usina de biomassa.

A opção pela operação de Belo Monte em regime de fio d'água permitiu uma redução sensível nos impactos ambientais do empreendimento. Dos 516 quilômetros quadrados de área alagada, cerca de 228 correspondem ao próprio leito do rio. Outra medida da racionalidade da obra do ponto de vista ambiental é a relação entre a área alagada e o megawatt produzido: a média nacional é de 0,49 quilômetro quadrado por megawatt instalado. Em Belo Monte, essa relação é de 0,04 quilômetros por megawatt instalado. Ou seja: 12 vezes menos.

A redução expressiva do tamanho da área alagada tornou Belo Monte uma opção competitiva mesmo quando comparada com alternativas aparentemente mais ecológicas: para produzir a mesma quantidade de energia a partir da biomassa, seriam necessários um adicional de 8 milhões de hectares de área plantada de cana-de-açúcar, o que significa uma safra da ordem de 681 milhões de toneladas e 170 milhões de toneladas de bagaço por ano. Se a opção for as pequenas centrais elétricas, seria preciso alagar uma área 3 vezes superior.

A obra não terá impacto relevante na fauna nativa. A piracema não será impedida pelo barramento e nem prejudicará o regime hídrico do rio Xingu, que será inclusive regularizado em Altamira.

O projeto do complexo hidrelétrico de Belo Monte foi aperfeiçoado, de maneira a reduzir ao mínimo eventuais prejuízos ao patrimônio cultural das populações da região, em especial os indígenas. Por intermédio da Fundação Nacional do Índio, a Funai, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o Ibama, os povos indígenas da região tiveram acesso ao projeto. Foram mais de 30 reuniões, muitas delas em suas aldeias, para garantir o correto entendimento aos indígenas de que Belo Monte respeita seus direitos fundamentais, sua cultura e seu modo de vida.

Sr. Presidente, a obra de Belo Monte dinamizará a economia da região pela criação de demanda por

produtos e por serviços. Estima-se que os municípios atingidos receberão, por compensação, aproximadamente 200 milhões de reais por ano, que seguramente serão usados na implementação de políticas públicas que alterarão profundamente as perspectivas de vida da população, com em educação, meio ambiente, saneamento, moradia e geração de renda.

Belo Monte é essencial para o desenvolvimento do Brasil nos próximos anos. Sua energia contribuirá para que o País garanta as condições necessárias para continuar a crescer a taxas compatíveis com o enfrentamento dos desafios sociais que tem pela frente. O projeto é viável sob os pontos de vista ambiental, social e financeiro. Não se pode, portanto, deixar que visões parciais da realidade prevaleçam em face do interesse geral.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente.

V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Tenha a certeza de que é uma grande contribuição que V. Ex^a dá ao Brasil. De fato, a polêmica usina hidrelétrica de Belo Monte, é polêmica exatamente porque é uma grande usina, com mais de 11 mil megawatts de produção de energia. É um grande tema que deve ser debatido por todos nós, e V. Ex^a traz o assunto da forma mais correta.

V. Ex^a será atendido. O seu pronunciamento será incluído nos Anais do Senado, na íntegra.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada.

Cumprimento V. Ex^a.

O Senador Dornelles foi o primeiro orador inscrito, agora, convidado, para fazer uso da palavra, o Senador Paulo Paim, que, de acordo com o Regimento, dispõe de até 20 minutos na tribuna.

Senador Paim, o Senador dos aposentados, foi hoje muito cumprimentado pelas entidades dos aposentados e pensionistas brasileiros. Mais uma vez, parabéns, Senador Paim. Continua a luta pelo fim do fator previdenciário como uma política também de valorização dos aposentados brasileiros, assim como aprovamos o salário mínimo.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Vanessa Grazziotin, Senadora Ana Amelia, Senador Dornelles, eu queria primeiro cumprimentar os cerca de 500 aposentados e pensionistas que fizeram uma caminhada da Igreja Matriz até o Congresso. Estiveram

conosco, das 11 horas até cerca de 13h55, discutindo questões de interesse dos aposentados, dos pensionistas, dos idosos.

Eu queria, ao mesmo tempo, cumprimentar também todas as centrais sindicais e confederações de trabalhadores que decidiram, pelo que sei por unanimidade, que o dia 1º de maio será um dia de lembrança da luta dos trabalhadores no mundo, mas também terá como eixo a caminhada de um projeto que o Senado já aprovou por unanimidade, Senadora Vanessa Grazziotin, que é o fim do fator previdenciário. Nós o apresentamos, o Senado aprovou-o, agora ele está na Câmara.

Eu sei que o Presidente da Câmara, Deputado Marco Maia, marcou para o dia 27, quarta-feira pela manhã, um café da manhã com as centrais e confederações, para discutir esta questão de construir uma alternativa ao fator previdenciário. Também é pauta do dia 1º de maio a questão das 40 horas, em uma PEC de minha autoria com o Senador Inácio Arruda, que está na Câmara, deixamos lá ainda quando éramos Deputados, e também a política de valorização dos benefícios dos aposentados. Estes três itens vão ser o eixo do 1º de maio em locais diferentes, seja no Rio, seja em São Paulo, seja no Rio grande do Sul, mas vão ser o eixo. E tenho a alegria de participar dos três projetos. Divido a autoria de um com o Senador Inácio Arruda e os outros dois nós apresentamos e aprovamos aqui, no Senado, está na Câmara ainda.

Alguém pode pensar: "Não, mas o Presidente Lula vetou." O Presidente Lula não vetou o projeto que apresentamos aqui, vetou uma emenda colocada numa medida provisória, na época, pelo ex-Deputado Coruja. Então, os três estão na Câmara dos Deputados.

Fico feliz pela unidade nas centrais sindicais, todas se uniram nessa pauta comum, como também as confederações, as federações e sindicatos.

Mas, voltando à sessão de hoje, quero cumprimentar muito aqui, com muito carinho, o Warley e todos os membros da Cobap, todos os diretores da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas que, mais uma vez, se mobilizaram. E o resultado concreto dessa nossa sessão de homenagem, como eu conversava até com a Senadora Ana Amelia, foi a presença do Ministro Garibaldi, que se comprometeu em receber a direção da Cobap nesta quarta-feira, às 14 horas, para discutir os dois pontos de pauta: a valorização dos benefícios dos aposentados e também a questão do fator previdenciário.

Eu acho que essa pauta é significativa e importante, porque, se nada for feito, em 1º de janeiro do ano que vem, pela política salarial do mínimo, já foi aprovada, o salário mínimo terá um reajuste que poderá ficar

entre 13% e 14% – dizem que é 13,4% – e que pode elevar o salário mínimo, dependendo da inflação, naturalmente, do período, para R\$616,00 ou R\$620,00. Agora, o aposentado, se nós não construirmos uma alternativa, só vai receber a inflação. Se for a inflação, ele receberá no máximo a metade do reajuste que for dado ao salário mínimo. E isso vai fazer, como dissemos pela manhã – não somente eu, mas inúmeros senadores e as duas senadoras –, com que caminhemos, infelizmente, para que todos os aposentados do Regime Geral recebam somente um salário mínimo, se não tivermos uma política com aumento real, como manda a Constituição nos arts. 201 e 202, que lembramos inclusive aí da Presidência, onde está neste momento a Senadora Vanessa Grazziotin. S. Ex^a também leu o artigo da Constituição que, com muita clareza, manda que o aposentado tenha um salário decente para que ele possa viver com dignidade.

Enfim, nesta segunda-feira, ao mesmo tempo, eu queria também convidar todas as Senadoras e os Senadores para estarem conosco nessa caminhada em defesa de todos os aposentados, da área pública e da área privada, a situação do Aerius, a situação de todos os idosos do nosso País, que estão atravessando um momento muito, muito difícil. Estamos vendo aí a inflação, queiramos ou não, dando sinal de vida, e gostaríamos que ela estivesse liquidada. Quanto mais a inflação sobe, mais perdem os aposentados, principalmente se eles não tiverem aumento real; enfim, com a inflação todos perdem, todos perdem.

Por isso, quero nesta tarde fortalecer essa visão de que nós precisamos estar mobilizados para combater a inflação, para garantir a valorização do mínimo, como também dos aposentados e dos pensionistas.

Na quarta-feira, na reunião que teremos no Ministério da Previdência, com o Ministro Garibaldi, a Anfip, a Unafisco e outras entidades haverão de contribuir com subsídios para mostrar aquilo que disse aqui o ex-Ministro da Previdência Gabas, que é o secretário executivo, braço direito do Ministro Garibaldi, que a nossa Previdência não está sucateada, não é deficitária. É só ver os dados que foram colocados aqui. Há um superávit no Regime Geral da Previdência se pegarmos principalmente os trabalhadores da área privada, dados do SIAF, de aproximadamente R\$15 bilhões.

Por isso, é necessário muita tranquilidade e, como disse o Ministro Garibaldi, muito diálogo. Já tivemos duas reuniões, percebida a vontade do Ministro Garibaldi de encontrar uma solução para os aposentados e pensionistas, como também uma alternativa ao fator previdenciário.

Lembro aqui que, quando estive com a Presidenta Dilma, ela disse ser essa a disposição também do Go-

verno, que era também a disposição do presidente Lula – isso tem de ser registrado –, porque todas as vezes em que estive com o presidente Lula tratando desse tema ele sempre me dizia: construam uma alternativa, tanto para os aposentados como para a questão do fator. Infelizmente, não houve entendimento com todos com que dialogamos e, por isso, não foi possível. Acredito eu que, ainda no primeiro ano da Presidenta Dilma, a gente possa construir esse entendimento para que seja assegurado o benefício aos aposentados.

Eu queria, Sr^a Presidente, pedir a V. Ex^a, nesses meus últimos doze minutos... Eu não li o meu pronunciamento que tinha feito em relação à caminhada, à luta, à raça, à fibra e à coragem desses homens e mulheres com idade avançada do nosso País e quero que V. Ex^a o considere na íntegra aqui nesta tarde. Fiquei só numa página específica, ali fiz improvisado, lembrando um pouco a importância dos Dez Mandamentos. Disse que, independentemente de religião, são ensinamentos que Cristo, Deus, nos deixou, de muita sabedoria, num momento de tanta violência no nosso País. Quero também dizer, Sr^a Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – V. Ex^a será atendido. O seu pronunciamento será incluído nos Anais, na íntegra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin, que fez um belo pronunciamento na manhã de hoje, enfatizando a importância da valorização do salário mínimo e dos benefícios apresentados.

Quero dizer, Sr^a Presidenta, rapidamente, que apresentei – e isto eu ia relatar hoje, pela manhã; não relatei, porque já eram quase duas horas, e os nossos idosos que vieram de 22 Estados não tinham sequer almoçado – a PEC nº 24, para que o dinheiro da Seguridade não possa, em hipótese nenhuma, ser destinado para outros fins.

Apresentei uma outra proposta que proíbe a desvinculação da DRU do dinheiro da Seguridade. Todo mundo sabe que a DRU – Desvinculação de Recursos da União, retira 20% dos recursos da Seguridade, e isso pode chegar a R\$50 bilhões.

Quero dizer – embora não tenha falado hoje, pela manhã – que, quando eu falava do mandamento “Não roubarás”, não estava, naturalmente, dirigindo-me ao Ministério da Previdência. Estava dirigindo-me àqueles que devem R\$400 bilhões para a Previdência e que, por artimanhas jurídicas, não os pagam. Repito, R\$400 bilhões teríamos de receber, se aqueles que estão devendo pagassem à Previdência.

Quero também dizer, com um pouco mais de tempo, da importância de termos uma Previdência universal, igual para todos, sem fator e com direito à

aposentadoria integral. Claro que isso passa por cálculo atuarial, vendo-se a composição do que paga o Estado, do que pagam os empresários, do que pagam os trabalhadores.

Quero lembrar que o limite para a Previdência é de R\$3.689,66, enquanto que o limite para o Executivo, para o Legislativo e para o Judiciário é de R\$27 mil. Por isso, disse que ele se aproximava de R\$30 mil.

Quero, com esses dados, mostrar a todos que é possível, sim, fazermos justiça e termos uma política de igualdade.

Foi com alegria que também estivemos conversando com os técnicos do Ministério da Previdência, mostrando que é possível construir uma política até mesmo com a idade mínima. É só pegar 35 anos de contribuição e somar aos 18, que é quando o cidadão se habilita a entrar para o trabalho celetista, começando aí a pagar à Previdência.

Apresentei a PEC nº 10, que vai nesse sentido, garantindo a todos o direito da aposentadoria universal e igual, por tempo de contribuição, respaldado no que manda a nossa Constituição.

Também apontei caminhos, dizendo que é possível, sim, reduzir os encargos sobre a folha de pagamento, ou seja, o que hoje se paga para a Previdência – o empregador, algo em torno de 20%, e o trabalhador, algo em torno de 11%.

Se reduzissemos e fizéssemos com que a contribuição para a Previdência viesse sobre a tributação, sobre o lucro, consequentemente, quem mais emprega pagaria menos, e quem menos emprega e ganha mais pagaria mais.

Quero também destacar, em relação aos pontos que aqui falei, que poderíamos buscar meios para termos o que lembram alguns especialistas: já que um terço da população brasileira não está contribuindo com a Previdência, porque não possui carteira assinada, é fazer com que aqueles que estão fora do mercado de trabalho venham a contribuir com a Previdência, para terem direito a uma Previdência justa no futuro.

Outra questão que apresentei aqui foi que parte do dinheiro do pré-sal deveria ir, sim, para a Seguridade, como se faz na Noruega. Se parte do dinheiro do Fundo Social do Pré-Sal fosse para a segurança, nós teríamos mais investimentos na saúde, na Previdência e também na assistência.

Outro projeto de nossa autoria vai ao encontro da pergunta sobre por que o Conselho da Previdência, que deveria ser quadripartite, não tem poder deliberativo e só consultivo. Primeiro, temos de garantir que ele seja quadripartite: Estado, empresário, trabalhador e aposentado; segundo, que tenha poder deliberativo, que possa controlar o que é arrecadado e o que é pago,

acompanhando seriamente o departamento jurídico, que é aquele que tem o dever de cobrar daqueles que não pagam corretamente à Previdência.

Destaco ainda, nestes últimos cinco minutos, que ouço, o tempo todo, que teríamos de pensar numa nova Previdência, nos moldes da previdência de outros países, como a França, a Grã-Bretanha, o Chile, os Estados Unidos, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai. Só queria lembrar que esses países todos não pagam à previdência metade do que nós pagamos. Eles têm problema de caixa, porque não pagam, mas nós, que pagamos no mínimo 31%, ou seja, 11% do trabalhador e 20% do empregador – estou pegando por baixo, nem estou listando aqui, como digo sempre, PIS/Pasep, lucro sobre faturamento, Cofins, naturalmente, jogos lotéricos; só estou considerando empregado e empregador –, em média pagamos mais do que a metade do que pagam os outros países.

Só como exemplo, no Reino Unido, o empregado recolhe 11%, e o empregador, 12,8%, ou seja, esse é o país que paga mais, por isso a média fica pela metade. Eles recolhem 7,2% a menos do que nós.

Nos Estados Unidos, a contribuição é bem menor. Tanto empregado como empregador recolhem 6,2%, o que dá 12,4%. O que significa isso? Praticamente, o que paga o empregado aqui, no Brasil, sem os 20% do empregador e as outras contribuições que já listei.

No Chile, onde o sistema foi privatizado – e muitos têm a cara de pau, a ousadia de dizer “Vamos acompanhar o sistema do Chile” –, a contribuição é de 10% por parte do empregado e de 1% a 2% por parte do empregador. Ou seja, no Chile se paga menos do que nos Estados Unidos, em que a contribuição é de 12,4%. No caso, no Chile se chega a no máximo 12%.

Como vemos, é uma questão de números, e temos todas as condições de mostrar que pagamos, inclusive, muito mais do que os franceses. Nós pagamos três vezes mais do que a sociedade francesa paga para a sua previdência. Por isso, a nossa tem todas as condições de dar certo.

Por fim, se somarmos as contribuições dos chilenos e dos americanos, elas dão 12% e 12,4%, respectivamente. Não chegam nem à metade dos 31% de que eu falava, apenas mencionando empregado e empregador.

Esses dados todos apresentei no Congresso que fizemos da Previdência no Brasil, promovido pelo Ministério da Previdência Social, com a participação da Anfip, da Fenafisp, enfim, de todos aqueles que estudam a matéria. E todos entenderam que eu estava coberto de razão.

Posso socorrer-me, aqui, até de uma frase do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que disse, num

evento, no Rio de Janeiro: "Vamos parar com essa história de dizer que a Previdência é deficitária".

Nem vou falar aqui dos dados da Anfip, que disse, recentemente, no relatório da Seguridade Social de 2009: "Apesar das adversidades devido à crise econômica mundial, o superávit do sistema Seguridade Social [neste caso, não é só Previdência] foi de R\$32,6 bilhões".

Confesso a todos, de coração e alma, que sei, sinceramente, que esses dados não mexem com alguns que só trabalham com os números, mas me obrigo a colocá-los na mesa, para mostrar que, mesmo nos números, e não somente na emoção, temos subsídios para demonstrar que os aposentados e pensionistas têm direito, sim, de receber aumento real acima da inflação, e não só a inflação, como querem alguns; e outros querem até que o mínimo pago para o aposentado não seja o mínimo que hoje é pago na sociedade, como se o mínimo do aposentado tivesse que ser menor – que eles falam da desvinculação definitiva – do que o mínimo que esta Casa aprovou, que tem uma política salarial assegurada até mais quatro anos, embora eu quisesse mais oito, que são os R\$545,00. Eles querem que o mínimo do aposentado fique abaixo dos R\$545,00. Não passarão, como alguém disse, não aprovarão. Continuaremos na luta permanente para que o aposentado e o pensionista tenham direito a aumento real acima da inflação, e não como esses que querem destruir, eu diria, os benefícios dos aposentados, querendo que eles não recebam – repito, de novo – nem sequer o salário mínimo.

Fizemos uma bela reunião, que se tornou quase num culto ecumênico, porque a gente aprendeu que, na vida, como dizia sempre um amigo meu, Senadora Ana Amelia: "Paim, orai e vigiai". Foi mais ou menos isso que nós fizemos hoje e estamos fazendo aqui. Orai e vigiai, para que a gente tenha uma Previdência justa para todos. Muito obrigado, Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIA-
MENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM**

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como sempre acontece nas sessões dirigidas aos idosos, aos aposentados e pensionistas, acabamos sendo presenteados com a presença iluminada deles neste Plenário.

Que honra recebê-los! Que alegria esta Casa sente em poder tê-los aqui.

Num momento tão conturbado, em que a violência grita as nossas portas, em que as drogas avançam sobre nossos jovens, em que a natureza mostra sua

força que pode ser devastadora, é muito bom estar aqui com vocês logo após a passagem da Páscoa.

Tudo está tão difícil, não é mesmo? Às vezes parece que nosso planeta está vagando perdido no Universo. Mas, é justamente nesse momento que eu gostaria de trazer à lembrança aquele Ser iluminado, que veio até nós há tanto tempo para pregar a paz, a justiça, a igualdade entre seus filhos.

Ele veio numa missão tão grandiosa que para nós é muito difícil de compreender. Como alguém que só trazia consigo o amor, a humildade, a generosidade pôde ser tão maltratado?

Fiquei pensando nisso ontem, no amor que Ele dedicou a nós e no amor que Ele quer que nós dedicemos uns aos outros.

Nós somos pessoas justas? Nós reconhecemos as dificuldades dos outros e fazemos o melhor para ajudá-los?

Eu gostaria de chamar a atenção de todos vocês, por um momento, para a questão espiritual.

Esse encontro, que estamos tendo aqui, é para lembrarmos a passagem do Dia Nacional dos Aposentados e Pensionistas, que é comemorado em 27 de janeiro, e que estamos relembrando hoje em virtude do calendário das duas Casas Legislativas.

Eu gosto demais dessa sessão especial, ela simboliza o reconhecimento, o respeito e a justiça para com a história que vocês construíram.

Não é exatamente isso que Cristo pede de nós: respeito, justiça, amor ao próximo?

Em seus 10 mandamentos Deus é bastante claro:

1º – Amarás a teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua mente e a teu próximo como a ti mesmo"

2º – Não usarás o nome de Deus em vão.

3º – Guardarás domingos e festas de guarda.

4º – Honrarás pai e mãe

5º – Não matarás.

6º – Guardarás castidade nas palavras e nas obras.

7º – Não roubarás

8º – Não levantarás falsos testemunhos.

9º – Guardarás castidade nos pensamentos e nos desejos.

10º – Não cobiçarás as coisas do próximo.

É estranho, nós tendemos a pensar que foram aquelas pessoas, daquela época que mataram Cristo. Pois bem, eu fiquei me perguntando ontem, se nós também não machucamos Cristo cada vez que somos injustos, cada vez que não aplicamos a Sua máxima de "amar ao próximo como a nós mesmos"?

E, eu pergunto, simples assim: é com amor e justiça que tratamos nossos idosos, nossos aposentados?

Quando temos a oportunidade de passear pelas praças, principalmente nas cidades do interior do país, podemos ver idosos se encontrando para uma partidinha de xadrez, para um jogo de cartas, ou então trocando confidências sobre as histórias vividas, sobre amores experimentados, sobre a realidade de seu dia a dia, suas finanças, normalmente parcias, sua preocupação com a família que, muitas vezes, depende de seus proventos para se manter.

Pois bem, todos nós queremos receber a dádiva de envelhecer, mas essa dádiva tem vindo até nós sob dois enfoques: um bom e outro ruim. O bom é que a expectativa de vida dos brasileiros vem aumentando.

Só para lembrar, o Brasil tem hoje 23.760 pessoas com mais de 100 anos, segundo dados do Censo 2010.

O Censo demonstra claramente que as taxas de fecundidade vem caindo e as de longevidade aumentando.

O enfoque ruim é que os benefícios, na hora da aposentadoria irão diminuir com a aplicação do fator previdenciário.

Aposentadoria não deveria ser momento de desalento. Ela deveria sim, ser momento de sossego, de curtir a vida, de usufruir dos frutos plantados.

Dá para imaginar o desconsolo, o desespero, a revolta de um trabalhador quando, ao receber o 1º vencimento pós aposentadoria, percebe que lhe foram tirados alguns bons reais do montante que recebia enquanto estava trabalhando?

Vocês sabem que nome recebe esta crueldade cometida contra os trabalhadores? Ela é chamada de **FATOR PREVIDENCIÁRIO** e eu, particularmente, a chamo de apropriação injusta do trabalho.

A sua fórmula de cálculo leva em consideração a alíquota de contribuição, idade e tempo de contribuição do trabalhador no momento da aposentadoria e expectativa de sobrevida (calculada conforme tabela do IBGE).

A lógica do fator previdenciário é simples. Quanto mais o trabalhador demora a requerer o benefício, mais chance tem de aumentar o valor de sua aposentadoria.

Agora vejam a perversidade: Como o brasileiro está vivendo mais, quem se aposenta jovem fica mais tempo recebendo da Previdência. Por isso, o valor de sua aposentadoria deve ser menor para que o trabalhador seja estimulado a continuar trabalhando.

Cada vez que o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulga a nova tábua de mortalidade os trabalhadores ficam felizes e tristes ao mesmo tempo.

Vejam que contradição infeliz: Todos nós desejamos ver aumentada a expectativa de vida dos brasileiros. Para os trabalhadores do RGPS isto virou um pesadelo. A expectativa de vida será maior, em compensação, por viverem mais, os valores de suas aposentadorias pagas pela Previdência serão menores.

Somada a isso vem a posterior defasagem salarial sofrida pelos aposentados, em função de índices mais baixos aplicados àqueles que ganham mais de um salário mínimo, que só tende a piorar.

Os aposentados e pensionistas do Brasil estão vivendo momentos difíceis, pois há muito tempo sofrem com a defasagem em seus proventos. Eles não estão mais conseguindo suprir necessidades básicas do dia a dia.

Senhoras e Senhores, sabemos que o momento atual é de muita mobilização. Afinal, essa luta não é nova. Ela começou há anos. Nossas primeiras propostas relativas à aposentadoria foram apresentadas em 2003 e desde então estamos batalhando para que sejam debatidas e aprovadas.

Tenho dito sempre e repito: não são verdadeiras as afirmações daqueles que dizem que a Previdência não teria receitas para cobrir as alterações propostas pelos projetos. Sabemos que as verbas existem, basta que elas não sejam desviadas para outros fins.

Além disso, propomos um aumento no superávit da Previdência. Já que ela vem, ao longo das décadas, pagando as maiores obras do país, nada mais justo que uma porcentagem do dinheiro arrecadado com o Pré-Sal seja destinada à Previdência.

Em um de meus projetos voltados para preservação dos direitos de aposentados e pensionistas, o PLS 362/08, fica determinado que parte dos recursos do Pré-Sal seja destinada às áreas de saúde, previdência social e ao Fundeb.

Precisamos aprovar também o projeto que recupera os benefícios com base no número de salários mínimos que aposentados e pensionistas recebiam no momento das aposentadorias (PL 4434/08) e a emenda ao PL 1/07 que estende a todas aposentadorias e pensões o mesmo percentual de reajuste dado ao salário mínimo.

Como eu disse antes, apresentei esses projetos muito preocupado com a situação dos aposentados e pensionistas, e confesso que a cada ano me preocupo mais.

Toda vez eu venho aqui e repito: os aposentados do nosso País já foram trabalhadores que ajudaram a construir o que somos hoje e mais, eles contribuíram regiamente com a Previdência para, mais tarde, receber aquilo que lhes é de direito.

Esta é uma discussão nada fácil, que gira em torno da usurpação de direitos. São os trabalhadores clamando pelos seus direitos retirados de forma vergonhosa, em total desrespeito para com sua história de vida, para com o seu trabalho diário.

E, conforme eu falei no início desse pronunciamento, essa é também uma questão de justiça e de amor ao próximo.

Os aposentados e idosos do nosso País continuam tão cidadãos e cidadãs quanto antes. O avançar da vida precisa encontrar eco na sociedade a fim de que todos os aposentados e idosos sejam reconhecidos e respeitados em sua cidadania e dignidade.

Minha gente, não há outro jeito a não ser reivindicar e lutar!!! Na maioria das vezes a luta contra o massacre do achatamento salarial é difícil, mas não é de desistência que se fazem as vitórias.

As vitórias são feitas de coesão na luta, determinação no objetivo, firmeza nas ações.

Eu gostaria muito de poder, de fato, fazer uma homenagem neste dia para vocês. Sabe como? Anunciando que a justiça foi feita e que foi encontrada uma alternativa ao fator previdenciário.

Anunciando que a defasagem em seus proventos vai ser recuperada e que aqueles que ganham mais de um salário mínimo de aposentadoria serão reajustados conforme índice aplicado ao salário mínimo.

Não tenho coragem de dizer que estamos aqui para homenagear vocês. Eu estou aqui para cumprimentá-los por tudo que vocês fizeram por este País, pela forma honrosa e digna com que vocês vêm lutando por esse reconhecimento e para novamente empenhar minha solidariedade e meu engajamento nesta luta.

Estamos há um dia depois da Páscoa, do tempo de renovação. Nós podemos renovar nossas forças e nossa disposição. Podemos lutar ainda com mais garra e mais amor.

Podemos mostrar a todos que a justiça é nossa meta e que, desistir não é uma opção para nós.

Não posso e não quero acreditar que nós somos um País que não guarda e que não reconhece em sua memória aqueles que imprimiram suas marcas no transcorrer do tempo.

Nós não somos assim, não é possível que sejamos. Nós sabemos ser melhores do que isso.

Meu grande e afetuoso abraço a cada um e cada uma de vocês e que o gesto de Cristo nos anime a praticar as mudanças necessárias!!!

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, a Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sra. Ana Amelia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Paulo Paim, V. Ex^a, que aborda um tema de grande interesse social para o nosso País, no dia em que o Senado, por iniciativa do Parlamentar gaúcho, realizou uma sessão especial em homenagem ao Dia do Aposentado. Obrigada, Senador Paulo Paim.

Por permuta de tempo com o Senador Eduardo Suplicy, falará agora como oradora inscrita, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senadora Ana Amelia, Sr^as e Srs. Senadores, companheiros e companheiras, antes de iniciar o assunto que me traz à tribuna, Sr^a Presidenta, quero mais uma vez registrar, visto que o Senador Paulo Piam acaba de deixar a tribuna, registrar o simbolismo – e não só o simbolismo –, a importância da sessão solene realizada na manhã de hoje neste plenário. Uma manhã que entrou tarde adentro, acabou poucos minutos antes do início desta sessão ordinária. V. Ex^a que esteve na sessão, que fez um belo pronunciamento, Senadora Ana Amelia, assim como todos nós, sabemos da importância da valorização dos aposentados. Acho que temos dado passos firmes, importantes na garantia de uma recomposição daqueles trabalhadores e trabalhadoras que ganham menos no Brasil, valorizando o salário mínimo; a política que aprovamos, o projeto de lei definindo a política de valorização do salário mínimo é muito importante e sem dúvida nenhuma é um grande passo para que os trabalhadores e as trabalhadoras possam ter a qualidade de vida melhorada a cada ano.

Da mesma forma nós lutamos, Senador Paulo Paim, todos e todas lutamos para que também aposentados e pensionistas brasileiros tenham o direito a uma política clara de valorização do seu trabalho e de recomposição das suas perdas salariais.

Senador Dornelles, ex Ministro do Trabalho, sabe o quanto é importante o país que valoriza o seu trabalhador.

Hoje em dia já não é mais tão forte o discurso que diz que a Previdência é deficitária e por isso não suporta aumentos importantes e mais significativos. Isso não é verdade, confirmado agora há pouco pelo próprio Ministro. Além do mais, a cada real de aumento para o valor do salário mínimo ou para o valor de proventos de aposentadoria ou pensões, a cada real há um estudo que prova que R\$0,30 voltam aos cofres públicos e grande parte, em torno de R\$0,20, aos próprios cofres da União. O que significa dizer que há uma aceleração, um desenvolvimento permanente da economia e uma grande contribuição quando há aumento do valor

dos salários desses trabalhadores, principalmente de aposentados e pensionistas brasileiros.

Mas, Sr^a Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, o que me traz à tribuna no dia de hoje é para falar, mesmo que rapidamente, mas algo que considero muito importante e que nós precisamos incluir na pauta política do Congresso Nacional. Precisamos incluir na pauta política porque é um tema de grande importância para o Brasil e sobretudo para alguns Estados da Federação brasileira. Refiro-me aqui à forma de organização da Justiça Federal brasileira.

Temos um entendimento e todos nós sabemos que a Justiça Federal brasileira se organiza da 1^a instância até a última e a mais importante de todas que é o Supremo Tribunal Federal.

Temos, em todos os Estados brasileiros e nas mais importantes cidades brasileiras, instaladas as varas da

Justiça Federal e lá estão presentes os juízes federais, em cada uma das unidades da federação brasileira e, repito, também nas mais importantes cidades brasileiras lá está a Justiça Federal.

Em seguida, temos a justiça de 2^a instância, que são os tribunais regionais federais. Os tribunais regionais federais são compostos por cinco tribunais: TRF 1^a Região, TRF 2^a Região, TRF 3^a Região, TRF 4^a Região e TRF 5^a Região. Mais adiante, temos o STJ, Superior Tribunal de Justiça, também uma instância superior; Por fim, temos o STF, o Supremo Tribunal Federal.

Entretanto, quero ater-me, Sr. Presidente, à organização dos tribunais regionais federais, uma instância tão importante da Justiça Federal. Eu dizia que temos no Brasil cinco tribunais regionais federais e vou começar de trás para frente.

O Tribunal Regional Federal da 5^a Região abrange seis Estados do Nordeste, portanto, dos nove Estados nordestinos, três deles ficam de fora porque estão organizados em outros tribunais regionais federais. Então são seis os Estados que compõem o Tribunal Regional Federal da 5^a Região.

O Tribunal Regional Federal da 4^a Região, o TRF 4, tem, na sua organização, os três Estados do sul Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Então, esses três Estados da Região Sul de nosso Brasil compõem o TRF da 4^a Região, TRF 4.

O TRF da 3^a Região, o TRF 3, ele é composto de dois Estados. Tudo bem, dois grandes Estados e muito populosos – um deles, o outro nem tanto – que são os Estados do Mato Grosso do Sul e de São Paulo. Então esses Estados, São Paulo e Mato Grosso do Sul, estão sob a jurisdição do TRF da 3^a Região.

O TRF da 4^a Região é composto também por dois Estados: Rio de Janeiro e Espírito Santo.

E agora vamos ver o TRF da 1^a Região, Senador Wilson Santiago. O TRF da 1^a Região destoa muitos dos demais tribunais regionais federais das outras regiões. O maior de todos, que citei agora, é o da 5^a Região que tem seis Estados e todos eles, Senador Dornelles, na Região Nordeste, seis Estados.

O TRF 1^a Região, que chamamos TRF 1, cuja sede é aqui em Brasília, no Distrito Federal, é composto de treze Unidades da Federação e mais o Distrito Federal. Ou seja, o TRF 1^a Região, engloba os sete Estados da Região Norte, ou seja: Rondônia, Roraima, Tocantins, Acre, Amazonas, Amapá e Pará. Sete Estados da Região Norte. Ele engloba todos. Mas, engloba ainda o Estado da Bahia e o Estado do Piauí, dois Estados da Região Nordeste; engloba, da Região Centro-Oeste, além do Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso; e, ainda, da Região Sudeste, engloba o Estado de Minas Gerais. Ou seja, somente o Estado de Minas Gerais, somente este Estado exigiria um Tribunal Regional Federal, tamanha a sua população, tamanha a dimensão, tamanha a quantidade de seus Municípios, tamanho o número de processos. Sómente esse. Mas não: Minas Gerais está dentro da jurisdição do TRF – 1^a Região, que, repito aqui, abrange 14 unidades da Federação, 13 Estados mais o Distrito Federal, Sr. Presidente.

É impossível! É impossível imaginar que a dimensão continental do nosso País não nos permite imaginar a continuidade de uma Justiça, dita Federal, com a existência de apenas esses cinco tribunais regionais federais para atender às 27 unidades da Federação. E eu já apontei onde está a distorção.

A distorção está exatamente no TRF – 1^a Região.

Sr. Presidente, não é à-toa que foi divulgado pela imprensa brasileira, pelos jornais regionais, pelos jornais nacionais, pelos telejornais, pelas rádios, o levantamento feito pelo Conselho Nacional de Justiça acerca do desempenho da Justiça brasileira. A conclusão do Conselho Nacional de Justiça é de que as metas estabelecidas por ele para serem perseguidas por todas as instâncias do Poder Judiciário Brasileiro não foram atingidas. Não foram cumpridas, Sr. Presidente. Aliás, muitas delas estão muito longe de serem cumpridas, e o resultado disso, de acordo com o próprio Conselho Nacional de Justiça é que aproximadamente um milhão de processos estão engavetados em nosso País, um milhão de processos. Isso traz prejuízo não só à sociedade ou ao Poder Público, mas à população como um todo e ao próprio Poder Judiciário.

Eu poderia trazer aqui um rol de processos que tramitam na Justiça, cujo trâmite é tão moroso, e a justificativa é sempre a mesma: os juízes, os desem-

bargadores, os ministros estão assoberbados de trabalho. Eles têm tantos processos a relatar que não conseguem dar vazão a todos eles. Poderia trazer vários processos!

Quero dar, aqui, apenas um exemplo, que é um processo que tramita há mais de dez anos e está aqui no TRF da 1ª Região, referente a uma concessão dada pelo Governo do Estado do Amazonas, que já era uma concessão do Governo Federal a uma empresa privada para explorar o porto de Manaus. Até hoje, o processo, Senador Suplicy, está em tramitação. Até hoje. E falo aqui de uma década, de 10 anos, mas V. Ex^a sabe, eu sei, o Brasil inteiro sabe que não é uma década; há processos que tramitam por décadas e décadas e são importantes. Esse exemplo que dei agora, a morosidade na tramitação e na decisão do Poder Judiciário tem trazido prejuízos incalculáveis à cidade de Manaus, porque fica aquela disputa entre Poder Público... É bom que se diga que essa é uma ação a que demos entrada, eu ainda quando Deputada Federal. E o Governo do Estado hoje faz parte da ação, porque concorda com todas as nossas teses, concordou exatamente e absolutamente com tudo, ou seja, com todas as irregularidades que nós denunciamos no processo. Mas tramita até hoje.

Agora, como é que pode um Tribunal Regional Federal atender 14 unidades da Federação? E não são pequenos Estados! São todos os Estados do Norte, dois Estados do Nordeste, três Estados do Centro-Oeste e, ainda, um Estado do Sudeste, Minas Gerais. Não há como! É absolutamente impensável continuar a Justiça Federal organizada da forma como está hoje.

Eu concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Dornelles.

O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – Sr^a Senadora Vanessa Grazziotin, eu escuto com muita atenção a análise que V. Ex^a faz da competência e jurisdição de tribunais regionais federais. Eu queria chamar também sua atenção, que é uma Senadora pelo Amazonas, pelo fato de não existir uma superintendência da Receita em Manaus.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É...

O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – É inacreditável que, hoje, com a importância que adquiriu a Zona Franca de Manaus, o Estado do Amazonas, dentro do quadro da economia brasileira, tenha todas suas autoridades fiscais subordinadas a uma superintendência localizada em outro Estado. Eu acho que esta bandeira, a criação de uma superintendência da Receita em Manaus, deveria ser hoje uma exigência, não daqueles que representam o Amazonas, mas de todos os Senadores do País, porque ela é importante

para o crescimento econômico, agilização e desburocratização de procedimentos fiscais no País.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu agradeço a V. Ex^a, Senador Dornelles. São essas questões que precisamos resolver. E não adianta alguns de nossos Pares dizerem que não se podem criar novos cargos... Obviamente, se houver a divisão e se criarem novos tribunais regionais federais, novos cargos terão de ser criados. Mas, como diz o velho mas bom ditado popular, a economia muitas vezes não é inteligente; a economia muitas vezes chega a ser cega e burra, porque traz economia por um lado, mas traz prejuízos enormes de outro.

V. Ex^a deu exemplo. É uma luta. Daqui a alguns dias, estará entre nós o Ministro Mantega, da Fazenda, e nós vamos tocar nesse assunto com o Ministro, porque é impossível que um Estado brasileiro responsável por 60% da arrecadação dos tributos federais de uma região, que é o caso do Amazonas, responsável por 60% da arrecadação de tributos federais da Região Norte, não tenha sequer uma superintendência. O que temos lá é uma mera delegacia. Temos um parque industrial que fatura mais de US\$36 bilhões. Esse faturamento é superior ao PIB de muitas nações vizinhas, e nós não temos uma superintendência da Receita Federal. Nossos processos todos são julgados na cidade de Belém, no vizinho e querido Estado do Pará, onde queremos que continue a superintendência, mas é preciso criar uma nova superintendência com sede no Estado do Amazonas. É só isso que queremos.

Da mesma forma o TRF, e aí venho à tribuna para dizer que vamos continuar firmes.

Cumprimento o Presidente Sarney, que acaba de chegar e, aliás, fez aniversário no dia de ontem. Parabéns, Presidente, que Deus continue iluminando-o e lhe dando saúde, para que V. Ex^a possa continuar contribuindo muito com o nosso Brasil e com a nossa gente. Parabéns, Presidente Sarney! Ontem estávamos todos em festa pela passagem do seu aniversário. Parabéns!

Eu dizia que precisamos volta a fortalecer o nosso movimento pela criação do TRF. Queremos que o novo TRF seja aprovado através da PEC nº 544, de 2002, uma PEC que já passou pelo Senado Federal. Já foi aprovada aqui no Senado Federal e há seis anos tramita na Câmara dos Deputados, a PEC nº 544.

Vejo que o Senador Requião está com o microfone levantado, solicitando um aparte. Senador Requião, a PEC nº 544, que já foi aprovada aqui e está na Câmara, aliás tinha o Deputado Hauly como um dos grandes lutadores pelo Estado do Paraná, assim como toda a Bancada toda do Estado do Paraná. Esse Projeto de Emenda à Constituição prevê a criação, a

partir da divisão do TRF 1, de novos quatro tribunais regionais federais: do Paraná, com sede em Curitiba; de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte; da Bahia, com sede em Salvador; e Manaus seria a sede do nosso Tribunal da Região Norte. Ou seja, de um criariam quatro.

Isso é muito importante, porque os indicadores negativos coletados pela avaliação do Conselho Nacional de Justiça foram puxados negativamente exatamente pelo TRF 1, porque é humanamente impossível aquele número exíguo de desembargadores cuidarem de 14 unidades da Federação, que vai de Minas Gerais até chegar ao Estado do Amazonas ou de Roraima.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Requião, com muito prazer.

O Sr. Roberto Requião (Bloco/PMDB – PR) – Senadora, essa sua referência à ausência da delegacia da Receita Federal em Manaus me faz lembrar um fato extraordinário ocorrido no Paraná: há 17 anos, com licença da Assembleia Legislativa, mandei construir uma ponte entre o Paraná e a Argentina, entre Andresito, na Argentina, e Capanema, no Paraná, em cima do Rio Santo Antonio. Nós fizemos a ponte meio na “mão grande”. Posteriormente, eu pedi ao então Presidente Fernando Henrique Cardoso, Chanceler Fernando Henrique Cardoso à época, que me regularizasse essa situação com o Presidente Argentino, Menem, e ele fez isso. Eu construí a ponte com uma aduana compartilhada, que era a fórmula que se utilizava na época e se utiliza ainda hoje em pontes como a do Brasil, Argentina e Foz do Iguaçu. A Argentina, posteriormente, construiu a aduana do seu lado também. Eu inaugurei esta ponte, o que me transforma, Senadora, num “pontífice” – embora não seja o Sumo Pontífice – fazedor de pontes, há 17 anos e há 17 anos a passagem de caminhão e de carga não está regularizada. Construí a ponte para evitar a pressão em cima da reabertura da famosa Estrada do Colono, que atravessava o Parque Nacional do Iguaçu. Esse desvio pela Argentina resolvia o problema das distâncias, encurtando aí cento e tantos quilômetros, cento e cinquenta quilômetros. Até hoje nós não temos regularizada a Receita Federal do nosso lado e do lado argentino. Caminhões não podem transitar numa ponte construída pelo Governo do Paraná há 17 anos. Existe mesmo essa tal de Receita Federal no Brasil? É uma pergunta que eu deixo aqui. Aliás, eu ia em seguida pedir tempo para uma urgente declaração, mas eu aproveito esse aparte, com a sua licença, para, de uma vez por todas, manifestar essa minha curiosidade.

Votamos aqui uma medida provisória, criando uma tal de autoridade olímpica, que ia gerir aeroportos, dispensar licitações, construir o Brasil das Olimpíadas. Se

não me engano, se a memória não me falha, o indicado pela Senhora Presidenta da República seria objeto de uma sabatina nas Comissões do Senado Federal. Será que abandonaram a nomeação, ou a Presidenta vetou esse dispositivo que obrigava a sabatina pelo Senado Federal do indicado? O indicado nesse caso, se também não me falha a memória – e nesses casos a memória anda faltando-me algumas vezes –, é um tal de Sr. Meirelles, que já foi meio dono do Banco Central do Brasil. Estou perplexo com esse interregno fantástico entre a urgência da votação e a ausência da sabatina. Então, deixo esse questionamento, aproveitando o tempo que V. Ex^a me oferece, porque, na verdade, queria falar mesmo sobre a ausência da Receita Federal entre Capanema e Andresito na Argentina – Paraná e Estado de Misiones.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Agradeço a aparte de V. Ex^a, Senador Requião, ex-Governador do Paraná, “pontífice”. Eu não conhecia essa terminologia que V. Ex^a acabou de citar. Enfim, V. Ex^a usa de ironia para tratar de assuntos sérios, mas compartilhamos da mesma opinião sobre algo.

Sou daquelas que entendem que o Estado brasileiro tem de ser forte em todos os sentidos, muito forte. Assim como a ponte de V. Ex^a ainda não está regulamentada, depois de 17 anos – é inimaginável algo acontecer assim e algo que economia para o lado brasileiro, para o lado argentino.

Enfim, nós também temos um acordo não de dezenove anos, mas um acordo assinado entre o então Presidente da República do Brasil Lula, em seu primeiro mandato, com o Presidente da Colômbia que até hoje também não vigora. Se bem que a culpa nesta caso não é nossa. A culpa é do Parlamento colombiano. Nós fizemos a nossa parte, o Parlamento brasileiro, o Congresso, o Senado e a Câmara Federal.

Mas, enfim, acho que são essas questões que nós, Senadores e Senadoras da República, temos de trabalhar, no sentido de colaborar, porque eu vejo que, além da atribuição de legislar, de fiscalizar, nós somos o elo entre os nossos Estados e o poder central, o Governo Federal. Desses problemas temos de tratar.

A nossa Bancada, a Bancada do Amazonas, há alguns anos pega o problema da Receita Federal na mão e nós só vamos parar, nós só vamos nos dar por satisfeitos na hora em que a Receita Federal do Brasil criar uma nova superintendência, porque não dá continuar envolvendo tantos negócios, tantos empresários, tantas questões, tantos processos no Estado vizinho, que é o Estado do Pará, aonde, de avião *Boeing*, levamos 1 hora e 40 minutos para chegar. Quem vê, pensa que é vizinho próximo, mas demora mais de uma hora e meia de avião, tamanha é a distância entre o Estado

do Pará e o Estado do Amazonas, aliás os dois maiores Estados em dimensão territorial do Brasil. Então, continuaremos com essa luta.

Em relação ao TRF, repito: para o bem do próprio Poder Judiciário e para a economia do – Poder Judiciário, nós precisamos desmembrar o TRF-1. Eu tenho informações – e debati muito a matéria – de que há uma discordância quanto à criação dos quatro. Determinadas autoridades consideram que a criação imediata, a partir da divisão do TRF-1 em quatro, seria demais, exagerada, e que poderíamos ir mais devagar.

Mas vamos sentar à mesa e negociar. Não pode continuar do jeito que está. A justiça fica morosa e a justiça morosa é uma justiça mais cara. Encarece não só o Poder Judiciário, mas também o Estado brasileiro e traz prejuízos irreparáveis para a sociedade.

Quero concluir dizendo que nós vamos continuar essa luta. A Ajufe – Associação dos Juízes Federais –, todos os magistrados brasileiros apoiam a proposta da criação de novos tribunais regionais federais porque entendem que essa é uma forma de brecar, de puxar para baixo os indicadores do próprio Poder Judiciário brasileiro.

Por fim, nesse segundo que já se vai, nesse minuto que tenho ainda, eu gostaria de homenagear os índios brasileiros, Sr. Presidente, tendo em vista que não tive a oportunidade, nas proximidades da comemoração do Dia do Índio, de falar a respeito do assunto e de prestar-lhes minhas homenagens. Eu jamais poderia deixar de fazer isso, principalmente porque venho do Estado do Amazonas, que tem o maior contingente de população indígena. Nós temos duas cidades, com muita alegria, pela primeira vez, dirigidas por índio: a cidade de Barreirinha, dirigida pelo Prefeito Mecias Sateré, do povo Sateré-Mawé, aliás, muito bem dirigida por Mecias, e a cidade de São Gabriel da Cachoeira, dirigida pelo Prefeito Pedro Garcia.

São dois prefeitos competentes que tiveram a possibilidade de se formar e agora dirigem essas duas cidades do Estado do Amazonas, sendo que São Gabriel da Cachoeira é a cidade brasileira, Senador Suplicy, de maior população indígena do Brasil; em torno de 85% a 90% da população daquele Município, um belo Município, é povo indígena.

Então, eu entrego à Mesa meu pronunciamento, para que possa ser transscrito na sua íntegra...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a pode terminar o seu pronunciamento.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ah, muito obrigada, Presidente Sarney. Que meu pronunciamento possa constar dos *Anais* desta Casa.

E falando no Dia do Índio, muitas foram as atividades aqui no Senado. Um dos grandes debates travados em torno dos povos indígenas diz respeito à construção de Belo Monte, porque há entidades que dizem que mais de 34 etnias seriam prejudicadas, perderiam terra e tudo mais.

Eu estudei, trabalhei, estive na Funai e vi com muito carinho essa matéria. E tenho certeza de que a Funai deu a sua aprovação à construção de Belo Monte exatamente porque concluiu que nenhum prejuízo ela trará a esses povos, a essas comunidades indígenas localizadas no Estado do Pará.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigada e mais uma vez parabéns pelo aniversário, Presidente Sarney!

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as Senadoras e Srs. Senadores, este dia em que se comemora o Dia do Índio, e sendo o meu Estado aquele que tem a maior concentração de índios no País, não posso deixar passar em branco as discussões que permeiam a questão indígena no Brasil, com grandes desafios nas áreas da saúde, educação e até mesmo de terras.

Segundo informações da Secretaria de Estado de Povos Indígenas, há pelo menos 120 mil índios vivendo nas aldeias e outros 60 mil nas cidades do Amazonas. Além disso, cerca de 30% do território do meu Estado fica em terras indígenas.

Portanto, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, nós, do Amazonas, podemos falar do assunto com propriedade. E digo isto para chamar a atenção para as dificuldades vivenciadas por estes povos e a necessidade de avançar na implementação de políticas que não somente assegurem a geração de renda, mas que também lhes dêem qualidade de vida.

As informações que temos dizem que parte dos povos indígenas está sofrendo com malária e hepatite, senhor presidente. No Vale do Javari, por exemplo, segundo dados do Conselho Indigenista Missionário da Região Norte divulgados pela imprensa, um índio morre a cada 12 dias vítima de malária ou de hepatite.

Outro problema, e esta não é uma queixa recente das lideranças indígenas, diz respeito aos repasses de recursos públicos federais, senhor presidente. O problema, neste caso, é que somente uma pequena parte das verbas chega aos índios, uma vez que Organizações Não Governamentais (ONGs) estariam ‘retendo’ a maior parte dos recursos.

Quero, então, vossas excelências, propor que este Senado convoque audiência pública com a Funai, com ONGs que tratam da questão indígena e com outras lideranças para discutir e esclarecer como são feitos e empregados os recursos federais.

Não podemos, senhoras e senhores, fazer de conta que não existem problemas. É claro que há avanços. Mas precisamos ir ainda mais adiante, com maior celeridade. E que este Dia do Índio, em 2011, marque uma mudança na forma como vemos a questão indígena brasileira e também no tratamento que eles recebem de todos nós.

Era o que eu tinha a dizer, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Vanessa Grazziotin, a Sra. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

Durante o discurso da Sra. Vanessa Grazziotin, o Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Quero registrar a presença no plenário do Senado Federal dos alunos do quinto ano do ensino fundamental da Escola Classe nº 5 do Paranoá, Distrito Federal.

Sejam bem-vindos!

Com a palavra o Senador...

Como o próximo orador, Senador Eduardo Suplicy, permitiu com a Senador Vanessa Grazziotin, tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu esqueci de falar assim que cheguei, eu gostaria de pedir para falar pela Liderança. Então, com isso...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a não falará como orador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não quero falar como orador.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, aproveito para renovar ao nosso Presidente os cumprimentos um dia depois do seu aniversário: vida longa ao Presidente!

Srs. Telespectadores, Sr^{as} Telespectadoras da TV Senado, eu volto, no início desta tarde de segunda-feira, a abordar um tema extremamente grave que aconteceu no final de semana no meu Estado do Rio Grande do Sul, no Município de Igrejinha, na região do Vale do Paranhana, cerca de oitenta quilômetros de Porto Alegre, quando as comemorações de Páscoa deram lugar à comoção devido a uma combinação meteorológica trágica que apavorou os 31 mil habitantes desse próspero Município gaúcho.

A chuva ocorrida entre a noite de sexta-feira e a madrugada de sábado provocou a morte de sete pessoas da mesma família. Morreram o casal Fernando de Lima, de 50 anos, e Iraci Pereira, de 41, os filhos Leandro, de 22, Joselena, de 19, e Rafael, de 10, a cunhada Marli Jardim, de 42, e o sobrinho Joshuan de Lima, de 11 anos. Das vítimas, três trabalhavam no setor calçadista, que move a economia daquela região do meu Estado.

O Parque da Oktoberfest, que é utilizado anualmente para uma exemplar festa social promovida por voluntários e pelas entidades assistenciais para arrecadar fundos destinados a essas instituições, desta vez, tristemente, foi usado para o velório coletivo das vítimas dessa tragédia, semelhante ao que ocorreu no início deste ano na região serrana do Rio de Janeiro.

O Município decretou luto oficial de três dias. A minha assessoria entrou em contato com o Prefeito de Igrejinha, Jackson Fernando Schmitt, do PMDB, para prestar solidariedade e colocar o gabinete à disposição para auxiliar o Município no que estiver ao nosso alcance.

Acabei de apresentar, na manhã de hoje, um voto de pesar à comunidade. Fiz em meu nome e também no nome do Senador Pedro Simon. O Senador Paulo Paim já havia tomado igual iniciativa.

Outras cinco mortes ocorreram no Estado em função das chuvas. No final da noite de sexta-feira, em Novo Hamburgo, três irmãos, de nove, onze e treze anos, morreram soterrados. Em Sapucaia do Sul, na região metropolitana, um homem morreu eletrocutado ao tentar salvar outra pessoa vítima de choque provocado por um fio caído na rua. E no Vale do Taquari, em Nova Westfália, um agricultor de 67 anos morreu após ser atingido por um galpão que foi derrubado pela chuva.

Situações como essa, cada vez mais frequentes e que já provocaram inúmeras mortes no Brasil desde o começo do ano, dezenas delas no Rio Grande do Sul, reforçam, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Sr. Presidente, a necessidade de fortalecer a cultura da prevenção, fazer um debate amplo nesse sentido e definir estratégias e ações para que os desastres não

se repitam e principalmente não se tenha como saldo trágico tantas mortes.

Em artigo publicado na *Folha de S.Paulo*, ontem, o Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, escreveu que o objetivo do Governo é construir uma nova proposta de política para a Defesa Civil. Para isso, sessenta especialistas de diversos países estiveram reunidos em Brasília para trocar experiências sobre ações que salvaram vidas. É disso que nós precisamos com a máxima urgência, Sr. Presidente.

Nesse mesmo texto, o Ministro Fernando Bezerra garante que, a partir dessas discussões, será encontrada uma nova maneira de trabalhar, com investimentos em educação e levando à sociedade o conhecimento sobre a percepção do risco, além de prepará-la para lidar com situações adversas, tendo também conhecimento sobre seus direitos e sobre as suas obrigações.

Além disso, Sr. Presidente, são necessárias obras estruturantes e investimentos na capacitação dos agentes de defesa civil para que atuem na preparação das comunidades vulneráveis, com ações de conscientização, treinamentos e simulações.

São ações que realmente preocupam e que nós esperamos que ocorram para reduzir esse grave problema que afeta as populações de vários Estados de forma cada vez mais intensa e frequente.

Como afirmou o Ministro nesse artigo, esse é o desafio do Governo e, mais do que isso, um compromisso com o Brasil. E nós, aqui nesta Casa, que temos a responsabilidade em legislar e criar as condições de políticas eficazes, precisamos assumir esse compromisso o mais urgente possível.

É preciso, Sr. Presidente, Sr's Senadoras e Srs. Senadores, que realmente possamos mudar essa cultura de agir somente depois da tragédia, que possamos preveni-la, para que sejam evitados fatos como este de trocar as comemorações do que poderia ser uma celebração de Páscoa alegre em família por um triste velório coletivo de pai, mãe, filhos e sobrinhos e que deixa marcas em uma comunidade inteira.

É exatamente isto que nos move, Sr. Presidente, Sr's Senadoras e Srs. Senadores, nós precisamos trabalhar, prevenir para não remediar.

Além desse voto de pesar e do registro da necessidade de termos política de prevenção e não apenas de defesa civil em casos de tragédia, gostaria de voltar ao tema abordado no início desta sessão pela Senadora Vanessa Grazziotin e pelo Senador Paulo Paim, em relação à sessão especial que tivemos hoje pela manhã aqui, em que foram homenageados aposentados e pensionistas da Previdência Social.

V. Ex^a estava presente e também falou, Sr. Presidente.

Nós hoje ouvimos, com muita atenção, do Secretário Executivo do Ministério da Previdência, Carlos Eduardo Gabas, que a previdência social urbana é superavitária, e que, na previdência rural, a média de recebimentos dos aposentados é de R\$490,00 e alguns quebrados, e a média da previdência urbana é de R\$731,00 e alguns quebrados.

Se a política não for alterada em relação aos reajustes para aposentados e pensionistas, que ganham mais do que um salário mínimo, hoje já quase 70% dos aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social estão recebendo o piso mínimo; ou seja, o equivalente a um salário mínimo, Sr. Presidente.

E é exatamente por isso que quando uma autoridade do padrão do Secretário Carlos Eduardo Gabas reconhece que a previdência social urbana é superavitária, isso nos leva a acreditar que as anunciadas mudanças na Previdência, que podem afetar diretamente herdeiros e sucessores do aposentado e beneficiário do INSS, não devem ocorrer a não ser com o apoio e a palavra do Poder Legislativo.

O Congresso Nacional não pode omitir-se no momento em que se anunciam ou que se especulam mudanças na Previdência Social que podem, ao contrário do que exaltamos na manhã de hoje aqui, prejudicar aposentados e pensionistas ou seus herdeiros e não beneficiá-los.

Com muita alegria, concedo um aparte à Senadora Vanessa Grazziotin.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM)
– Muito obrigada. Quero – já o fiz mas repito – cumprimentar V. Ex^a pela participação na sessão hoje de manhã. Eu vinha do aeroporto, de carro, ouvindo o discurso de V. Ex^a. E V. Ex^a concluiu, falando exatamente dos aposentados da extinta Varig e da necessidade de haver uma tramitação do processo para que eles possam receber aquilo que contribuíram durante a vida inteira. Eu quero cumprimentá-la por isso. Nós sabemos que a Varig era uma empresa sediada, que nasceu no Rio Grande do Sul, o Estado que V. Ex^a aqui representa, mas era uma empresa brasileira. Eu era Deputada Federal à época da extinção da Varig e nós lutamos muito, um grupo grande de Senadores e Deputados, para salvar a Varig, que era muito mais que uma empresa de aviação, era um símbolo, e um dos mais fortes, que o Brasil tinha. Mas, infelizmente, aconteceu o que aconteceu e os trabalhadores são hoje os maiores penalizados, aqueles que sofrem muito. Então, eu quero, por este aparte, cumprimentar V. Ex^a pelas preocupações e dizer que conte comigo, porque estarei ao seu lado, ajudando-a nessa luta em prol dos

trabalhadores da extinta empresa Varig, que contribuíram, que têm direito e, infelizmente, por questões de tramitação, por questões burocráticas, não receberam. E todos sabemos, V. Ex^a principalmente, do sofrimento, da necessidade por que essas famílias passam. Parabéns, Senadora Ana Amélia!

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senadora Vanessa.

De fato, esse é um tema em que precisamos, aqui também, no Senado, ter uma atuação de protagonistas para tentar resolver.

Na verdade, foi a omissão do Poder Público com a então Secretaria de Previdência Complementar que levou à falência, à interdição desse fundo de pensão, o que acabou agravando um problema sério, muito sério, em que essas pessoas, disse-me um aposentado, estão recebendo R\$120,00. Não se pode considerar isso como aposentadoria! É um desrespeito às pessoas que acreditaram no sistema de previdência complementar, que é necessário, é fundamental para formar poupança no País, para o próprio desenvolvimento, Senadora Vanessa. No entanto, a autoridade responsável pela fiscalização da aplicação daqueles recursos, que o participante do fundo contribuiu religiosamente, pagou em dia, a mantenedora não o fez, e o prejuízo foi agora repartido não com a mantenedora, mas com os trabalhadores, aeroiários e aeronautas do Fundo Aerus.

Então, agradeço-lhe muito e tenho certeza de que a senhora, como outros Parlamentares desta Casa, Senador Paim, Senador Alvaro Dias, estaremos todos empenhados em acompanhar, junto com as ações políticas e legislativas, as iniciativas das autoridades, não só do Poder Judiciário – a ação de equivalência tarifária está no Supremo Tribunal Federal – mas também as ações do Poder Executivo, que tem que dar uma resposta a essas milhares de pessoas e famílias que aguardam a reparação e a indenização dos seus direitos.

O seu aparte agradeço muito, porque mostra que podemos construir um sistema que tenha credibilidade e que as pessoas que participam da aposentadoria complementar, e devem participar dela, precisam ter segurança jurídica e, sobretudo, credibilidade no funcionamento desse sistema na hora em que fazem a sua contribuição.

Muitas empresas privadas já estão adotando esse mecanismo, que é uma ajuda aos trabalhadores, e deveria ser norma para todas as empresas que tenham condições de formalizar essa aposentadoria complementar.

Sr. Presidente, Sr^as Senadoras, Srs. Senadores, eu também gostaria de fazer um registro aqui, hoje.

Nesse feriadão, mais uma vez, vimos que, desde o Carnaval, já estavam esgotados os pacotes turísticos para Buenos Aires. Meu amigo, Senador Roberto Requião, nem foi a Buenos Aires, de que ele gosta tanto; preferiu ir ao Pantanal, para conhecer as belezas naturais daquela região e para nos contar – a mim que não tive ainda o privilégio de conhecer o Pantanal – como desfrutar daquelas maravilhas. Pois, para a Argentina, desde o Carnaval, já havia se esgotado todos os pacotes do Brasil para aquele país, especialmente para a bela Buenos Aires. O mesmo com Montevidéu, Punta del Este, Santiago do Chile, Peru – grande novidade, pois atraiu milhares e milhares de brasileiros que foram àqueles países, claro que atraídos pela facilidade de um real valorizado e pelas condições que essas cidades oferecem em matéria de beleza, cultura, gastronomia e suas vantagens de lazer.

Nós, aqui no Brasil, temos de rever um pouco as questões do turismo. O Ministério do Turismo divulgou, no dia 15, estatísticas que demonstram o aumento do fluxo de turistas no Brasil, o que é altamente positivo. De acordo com os dados divulgados pelo Ministério, Senadores, o Brasil recebeu cinco milhões, cento e sessenta mil turistas estrangeiros no ano passado, um número 7,5% superior ao observado em 2009, quando 4,8 milhões de turistas estrangeiros visitaram nosso País.

Segundo o levantamento, mais de ¼ dos visitantes, em torno de 27%, são turistas de negócios.

E agora, vejam só, esses turistas de negócios estão concentrando as atenções não na meca econômica, que é São Paulo, mas no Rio de Janeiro, em função da conta do setor petroquímico, do setor siderúrgico e também dos outros setores tecnológicos.

O estudo aponta ainda que os países da América do Sul foram os que mais contribuíram para esse resultado, com destaque para a Argentina, cujos turistas passaram de 1 milhão e 200 mil em 2009, para 1 milhão e 400 mil em 2010. Os *porteños*, é claro, amam muito especialmente as nossas praias, do Rio Grande do Sul ao Nordeste, e também a Amazônia, da nossa querida Vanessa Grazziotin.

Por sua vez, Uruguai e Chile passaram a ocupar a 4^a e a 6^º posição no ranking de países emissores, respectivamente. Em 2009, eram o 6^º e o 11^º. O Paraguai aumentou, entre 2009 e 2010, 7,7%: passou de cerca de 180 mil para mais de 194 mil visitantes.

Sr^as e Srs. Senadores, em que pese a que tenhamos números a comemorar, Sr. Presidente, também temos números que nos fazem refletir e até nos preocupam. A Argentina, país que, comparado ao Brasil, possui 20% do nosso PIB e da nossa população,

recebeu no ano passado 5 milhões, 150 mil turistas estrangeiros, dos quais 20% brasileiros.

O Brasil, mesmo com a beleza de suas praias magníficas, a magia do seu Carnaval, a hospitalidade do seu povo, ainda possui um potencial turístico desenvolvido menor do que o argentino. Certamente, a supremacia do turismo argentino diante do turismo brasileiro está relacionado às condições e infraestrutura – logística, divulgação e políticas para o turismo. Mas, com certeza, Sr. Presidente, a influência do real supervalorizado é um desestímulo ao desembarque de turistas estrangeiros aqui, em nosso País.

Para discutir essas e outras questões, eu estive presente, recentemente, na reunião da Câmara do Turismo da CNC – Confederação Nacional do Comércio, na qual estavam reunidos os representantes dos principais setores turísticos do Brasil, como agências de viagem, empresas de eventos, convenções e feiras, empresas de ecoturismo e turismo de aventura, empresas de transporte aéreo regional, indústrias e hotéis, locadoras de automóveis, operadoras dos trens turísticos culturais, bares e restaurantes, cooperativas e clubes de turismo social, representantes de empresas marítimas – as que fazem os famosos cruzeiros –, parques temáticos, parques de diversão, operadoras de turismo e também empresas aéreas. Essas entidades, reunidas, elencaram prioridades na sua agenda legislativa e governamental que eu gostaria de relatar. Elas têm questões relacionadas: como demanda número um, redução da burocracia, qualificação da mão de obra e questões tributárias.

A desburocratização, Sr. Presidente, no que tange à regulamentação inerente ao Ministério do Turismo, como, por exemplo, discussão das deliberações normativas, que deverão ser examinadas proximamente, dada a regulamentação da Lei Geral do Turismo, recentemente promulgada.

No caso da infraestrutura saturada, a potencialidade do Brasil como destino turístico não vem sendo ampliada por conta da infraestrutura necessária para receber os turistas locais e também os internacionais.

As Parcerias Público-Privadas vêm dando certo ao longo dos anos. Contudo, precisamos de investimentos maciços em infraestrutura, principalmente no que tange a receber nossos clientes. Estradas, portos e aeroportos precisam receber investimentos com olhar de oportunidade ao turismo

e não somente para escoar produção e receber passageiros.

Aliás, hoje pela manhã, na sessão destinada a homenagear os aposentados, o Ministro Garibaldi Alves, da Previdência Social, afirmou aos participantes da sessão que havia chegado bastante atrasado na

cerimônia por conta do atraso do voo em que ele vinha do Rio de Janeiro.

Isso tem sido frequente, os atrasos...

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – ... dos voos.

Sr. Presidente, nós, que estamos aí à espera da realização de uma Copa do Mundo, temos que cuidar para evitar que o caos aéreo se instale em nosso País. A cada feriadão, vivemos o mesmo drama.

Além disso, Sr. Presidente, é preciso uma promoção nacional do turismo interno. Destacar nossos pontos turísticos é importante, mas precisa-se intensificar e demonstrar que o turismo pode e deve entrar na cesta de consumo dos brasileiros. Aliás, hoje, pela situação econômica, para quem mora em Porto Alegre, é mais barato ir a Buenos Aires do que a uma praia no Nordeste ou mesmo ao Rio de Janeiro.

Tem-se verificado também intensa discussão do tema, recentemente, em relação aos *hubs* aeroportuários. Entretanto, Sr. Presidente, em face do último ajuste orçamentário do Governo Federal, a opção pela concessão dos aeroportos seria a mais viável. Todavia, não se deve esquecer da aviação regional e também dos mecanismos para se desenvolver a cobertura da malha aérea em cidades com potencial para tanto.

Nota fiscal futura, bitributação, também temos outras grandes questões a serem resolvidas nessa agenda legislativa.

Mas eu gostaria apenas de dizer isto a todos os que estão prestando atenção nesta sessão:

cidadãos conferem que, a cada visita que fazem à serra do meu Estado, à serra gaúcha, é possível, sim, com condições mínimas, desenvolver um grande polo turístico. É o caso de Gramado, que imagino V. Ex^a já tenha visitado e já conheça. Se não, está convidado a conhecer Gramado, que é um exemplo de bom empreendedorismo. Cidades turísticas brasileiras precisam investir muito em infraestrutura e utilizar muita criatividade para manter aquecido também o turismo doméstico.

A cidade de Gramado é um bom exemplo do que é o núcleo de excelência em turismo, com uma rede hoteleira pronta para atender os hóspedes mais exigentes e com uma infraestrutura que lhe permite estar, digamos, em situação confortável de não haver alta ou baixa estação. Em Gramado, no Rio Grande do Sul, é sempre alta estação, Sr. Presidente. Agora, na Páscoa, pudemos constatar, de novo, essa realidade. Os milhares de turistas que vão para lá saem cada vez mais encantados, tanto que sempre voltam. Saem da Chocofest e voltam para o Natal Luz.

É assim que podemos construir um país melhor.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Pois não, Senador. É uma grande alegria, Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Eu gostaria apenas de dizer que, todos nós, que admiramos seu Estado, temos consciência de que, além da beleza, das características geográficas, das montanhas, do frio, de tudo isso que atrai o turismo, há um ponto do qual, muitas vezes, a gente se esquece: o fato de que o Rio Grande do Sul, mais do que quase todos os outros Estados, há décadas, vem – ou vinha, depende de como se pensa – investindo na educação. Dificilmente pode-se aproveitar o turismo de uma cidade se a população não tiver um mínimo grau de educação. Hoje em dia, inclusive, se o turismo não for nacional, é preciso que as pessoas falem outros idiomas.

O Rio Grande do Sul tem a sorte da natureza, mas tem também o resultado do esforço da sua população e de diversos governos. Obviamente, sendo do PDT, faço questão de colocar o nome de Leonel Brizola lá, há muito tempo, quando ele foi o primeiro político brasileiro de envergadura nacional a falar de educação. O Rio Grande do Sul tem sido um exemplo. Acho que parte do sucesso que vocês têm lá se deve a esse esforço educacional, que não só se deve a políticos como o Brizola; deve-se também às características de ocupação do Rio Grande do Sul. É um Estado que dividiu sua terra, em vez de ficar nos grandes latifúndios, por exemplo, da minha região nordestina, que trouxe uma população que desde o começo deu importância à educação nas casas. Não foram os governos que deram educação em primeiro lugar, mas as famílias que deram educação para seus filhos no Rio Grande do Sul. Quero apenas dizer isso, para que uma pessoa que olhe de fora, com a maior admiração pelo seu Estado, considere que, além das belezas naturais...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – ... das características que atraem a população em Gramado, há também esse nível cultural e educacional que o Rio Grande do Sul apresenta.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Cristovam Buarque.

Leonel de Moura Brizola faz muita falta nos dias de hoje, porque o senhor, que faz da defesa da educação um verdadeiro sacerdócio, sabe muito bem que, no nosso Brasil, atualmente, o apagão de mão de obra que o país está vivendo reside exatamente na falta de

investimentos em educação. E isso reforça exatamente a necessidade de atenção e de um olhar especial para esse setor.

O senhor tem razão. O Rio Grande do Sul investiu, mas precisa investir muito mais ainda, porque lá também estamos com escassez de mão de obra qualificada para atender demandas tão importantes não só na área de turismo, mas em vários outros setores, tanto que o Rio Grande do Sul, veja só, Senador Cristovam Buarque, está “importando” operários da região Nordeste do País, da Bahia, para trabalharem no polo naval, no Rio Grande.

Então, vejam...

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – ... isso é fruto, exatamente, da falta de investimentos na área do ensino profissionalizante, que agora, felizmente, está espalhado por todo o País.

Muito obrigada ao senhor pela lembrança desse Líder. Como bolsista de Leonel Brizola, mesmo sendo meu partido adversário das posições ideológicas de Leonel Brizola, tenho por ele sentimento de reconhecimento e gratidão. Esse é o sentimento mais importante que temos que ter. Devo a ele meu aprendizado no curso fundamental e no curso básico.

Muito obrigada, Senador Cristovam.

Presidente Wilson Santiago, muito obrigada pela sua generosidade em ter ampliado meu espaço nesta tribuna.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ana Amelia, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senadora Ana Amelia! V. Ex^a faz um excelente pronunciamento. Basta que ceda pelo menos Gramado, para diminuir a quentura, o calor do sertão da Paraíba.

Com a palavra, pela Liderança do PDT, o Senador Cristovam Buarque.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental de cinco minutos no dia de hoje.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para falar pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, está inscrito para falar pela Liderança do PSDB.

Pela Liderança do PDT, o Senador Cristovam Buarque.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}s Senadoras, quero apenas fazer aqui o registro de que, antes de ontem, Brasília, capital de todos os brasileiros, completou 51 anos. E esse é o momento de se fazer uma reflexão sobre o passado e sobre o futuro do Brasil e de Brasília.

Do Brasil, a gente pode começar, Senador, lembrando como seria este País, hoje, se não tivesse havido, há 51 anos, a transferência da capital para a região Centro-Oeste. Como seria o Brasil, se tivéssemos, até hoje, concentrado população, produção, tudo isso numa pequena faixa no litoral brasileiro, como ocorreu durante quase 500 anos? Por 450 anos, fomos um País litorâneo.

A vinda da capital para cá, permitiu, em primeiro lugar, atrair a população que para cá veio. Se não, teria toda ela ido para os grandes centros do litoral. Imaginem qual seria a população, hoje, de São Paulo, do Rio de Janeiro, se nós, brasileiros, não tivéssemos tido a ousadia de construir esta capital no Centro-Oeste?

Segundo, uma reflexão sobre o potencial do nosso País, que, em quatro anos, fez surgir, em um quase deserto, do ponto de vista populacional, uma metrópole, como é Brasília hoje. Em quatro anos, construímos uma cidade em condições de virar capital, de maneira irreversível, porque, depois de inaugurada, não se voltou atrás.

Se vocês querem imaginar, fazendo comparações, vejam que, hoje, para fazer a Copa do Mundo,

O Brasil está sofrendo de uma maneira incrível, e há dúvidas se os aeroportos estarão em condições, há dúvidas se teremos hotéis, há dúvidas se os estádios estarão prontos. E uma capital inteira foi feita em quatro anos.

Isso mostra que nós, brasileiros, podemos nos orgulhar de termos feito a epopeia, certamente a maior de todas deste País, do porte da ocupação do oeste, nos Estados Unidos, de transferir a capital do litoral para o interior, fazendo um desenvolvimento econômico no Centro-Oeste que dificilmente aconteceria se a capital ainda fosse no litoral.

Ao mesmo tempo, vale a pena fazer reflexões sobre o futuro, para o Brasil e para Brasília. Para o Brasil, é preciso lembrar que um país que foi capaz de construir uma capital em quatro anos, de transformar essa pequena capital do início em um monumento histórico mundial, em uma metrópole, colocando em torno de três milhões de habitantes, um país que foi capaz disso tem de ter outra Brasília adiante. Temos de ter outras Brasílias até, adiante, e a Brasília que o Brasil precisa chama-se educação de qualidade igual para todos.

Nós fizemos uma capital aqui, onde não nada havia. Como é que não somos capazes de fazer com que a escola de qualquer cidade deste País seja de igual qualidade, com uma carreira nacional do magistério, com um programa federal de qualidade escolar em horário integral, como propõe um projeto que corre nesta Casa?

A nossa Brasília de hoje é a educação.

Se nós nos orgulhamos, como brasileiros, mas lembrando aqueles que trabalharam para fazer esta cidade, hoje, somos nós, os que estamos vivos, que podemos construir esta nova capital do Brasil – obviamente, no sentido metafórico –, “esta nova capital”, esta nova epopeia: 50 milhões de crianças em escolas, todas elas com a mesma qualidade, com professores bem-remunerados, bem-dedicados, bem-preparados e, ao mesmo tempo, em escolas bonitas e bem-equipadas, tudo isso em horário integral.

Precisamos refletir, também, sobre Brasília. Eu, como Senador do Distrito Federal, vejo dois grandes problemas que nós temos adiante.

O primeiro é fazer com que Brasília seja mais do que a capital do Brasil. Durante os primeiros 50 anos, era possível ter Brasília como apenas capital da República, uma cidade onde viviam e trabalhavam aqueles que serviam para administrar o País a partir daqui.

Não é mais possível. Com a população que nós temos, temos de ser maiores que a capital e, para isso, é preciso desenvolver, aqui, atividades econômicas. Brasília tem tudo para ser o centro da produção da nova economia, a economia baseada no conhecimento e com respeito ecológico. Esse é um desafio nosso, dos moradores de Brasília. Brasília foi feita pelos brasileiros de fora. Chegou a hora de nós, aqui de dentro, fazermos a reinauguração da Brasília maior do que a capital, com um setor industrial potente na área de alta tecnologia, respeitando o meio ambiente.

O segundo problema é como incorporar a Brasília a população que vive em torno, que tem estado nos jornais e televisões desses últimos dias como a região mais violenta de todo o País, uma região das mais pobres de todo o País.

Não é possível que queiramos manter o Distrito Federal...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – ... como um ilha isolada da realidade ao redor. Nossa desafio, além de fazer Brasília maior do que capital, é fazer com que essa população que vive aqui, ao redor de nós, tão pertinho, como uma só cidade, seja incorporada aos benefícios de que Brasília, hoje, já dispõe, nos seus 51 anos.

Nós todos, os brasileiros, estamos de parabéns, e nós, os que moramos aqui, estamos orgulhosos da nossa cidade, apesar de alguns erros que aconteceram num passado recente, sobretudo na política. Nós temos um grande desafio à frente: reinaugurar Brasília e fazê-la incorporar, aos nossos benefícios, a população que mora ao nosso redor.

Parabéns, Brasília.

Parabéns, Brasil, por ter Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a reconhece, e entendo como justo, o desenvolvimento e a importância de Brasília para o Brasil. Por essa razão, V. Ex^a, mais uma vez, parabeniza esta grandiosa cidade, tão importante para o Brasil de hoje. O argumento de V. Ex^a, que antes foi criticado por muitos, hoje, com certeza, é reconhecido pela totalidade da população brasileira.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Rodrigo Rollemberg. (Pausa.)

Com a palavra, por permuta com o Senador Rodrigo Rollemberg, o Senador Eduardo Suplicy.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Wilson Santiago, Sr^{as}s Senadoras e Srs. Senadores, eu gostaria, hoje, de trazer a minha preocupação com respeito à situação de conflitos no mundo, especialmente no mundo árabe. Quero manifestar o meu apoio à manifestação hoje publicada pelo Governo brasileiro, de responsabilidade da Presidenta Dilma Rousseff e do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota:

O Governo brasileiro manifesta preocupação com a escalada de violência na Síria, que ocasionou, nos últimos dias, elevado número de mortos, principalmente em Deraa, Homs e nos arredores de Damasco. O Governo brasileiro reitera o repúdio ao uso da força contra manifestantes desarmados e expressa a expectativa de que a crise seja equacionada pela via do diálogo.

O Governo brasileiro sublinha que as aspirações legítimas das populações do mundo árabe devem ser equacionadas por processos políticos inclusivos e não pela via militar.

O Governo brasileiro reafirma o entendimento de que a responsabilidade pelo tratamento dos impactos das crises no mundo árabe

sobre a paz e a segurança internacionais recai sobre o Conselho de Segurança das Nações Unidas e ressalta a importância do papel dos organismos regionais – em particular a Liga dos Estados Árabes e a União Africana – nos esforços de mediação diplomática.

Quero ressaltar que essa manifestação do Governo brasileiro, Presidenta Senadora Ana Amélia, tem muito a ver com a manifestação tão importante do Papa Bento XVI, por ocasião da sua mensagem de Páscoa, pois o Papa Bento XVI pediu por mais diplomacia como forma de se chegar à paz na Líbia, durante a missa de Páscoa, neste domingo, dia 24. Ele também fez um apelo para que a ajuda humanitária necessária chegue ao país. Pediu mais solidariedade para com os que fogem dos conflitos africanos e tentam uma vida nova na Europa. O Pontífice mandou, ainda, mensagem para a Costa do Marfim e o Japão.

Quero ressaltar:

Liberdade, justiça e paz. O apelo do Papa Bento XVI repete-se todos os anos, uma vez no Natal, outra na Páscoa. Ontem, domingo, perante uma multidão de 100 mil fiéis, Bento XVI leu a tradicional mensagem pascal na Praça São Pedro, no Vaticano. O Sumo Pontífice lembrou os recentes acontecimentos na Líbia, “encorajando a troca das armas pela diplomacia e pelo diálogo”, e defendeu também o acesso da ajuda humanitária “aos que sofrem as consequências da luta”.

No final da missa, realizada ao fim da manhã de domingo, Bento XVI leu a tradicional mensagem pascal, exprimindo o desejo de uma boa Páscoa em 65 idiomas, entre os quais chinês, árabe, hebraico, etíópico-eritreu e japonês, e terminou com a bênção urbi e orbi. Trata-se da celebração mais importante do calendário litúrgico cristão por ser a primeira depois da ressurreição de Cristo, decorrida entre o pôr do Sol de sábado santo e o amanhecer de domingo de Páscoa.

O papa deixou ainda um apelo à Europa, para não deixar de acolher os imigrantes que tentam escapar ao conflito no norte de África.

Que as pessoas de boa vontade abram os seus corações e os recebam, para que as necessidades prementes de tantos irmãos e irmãs tenham resposta, num espírito de solidariedade, disse o Papa, evocando a alegria do espírito pascal como contraste para o choro de tantas situações dolorosas, das privações,

fome, doenças, guerra e violência". Referindo-se aos conflitos armados, o Papa quis ainda deixar uma mensagem aos líderes da Costa do Marfim para que renunciem à violência e procurem a paz, sublinhando que o país precisa urgentemente de trabalhar no caminho da reconciliação e do perdão.

Quero, aqui, ressaltar que o apelo do Papa "para que as pessoas de boa vontade abram seus corações e os recebam na Europa, para que as necessidades prementes de tantos irmãos e irmãs" tem resposta no espírito de solidariedade e está de acordo com aquilo que foi um dos maiores passos, uma das maiores conquistas da União Européia, o fato de ter permitido aos cidadãos de todos os países que a compõe, hoje, diferentemente do que ocorria há 20, 30, 40 anos, de poderem escolher, cada ser humano ali, onde trabalhar, onde estudar, onde viver. Claro que fica um tanto difícil, de uma hora para a outra, solicitar aos países europeus que abram inteiramente as suas fronteiras para os cinco Continentes do mundo, para todas as populações. Mas é muito interessante, inclusive, um exemplo para nós, Sr^a Presidente, Senadora Ana Amélia, aqui, na América do Sul, já que, na Europa, existe a livre circulação dos seres humanos. Aqui, nas três Américas, por vezes ouvimos o presidente dos Estados Unidos, como aconteceu no caso de presidentes anteriores, ter dito que iríamos ter, aqui, a Área de Livre Comércio das Américas para que houvesse a livre circulação do capital, dos bens de serviços, sem ter especificado que integração pra valer ocorre quando há a livre circulação, do que é mais importante: seres humanos.

Ora, nesse momento em que, por causa dos movimentos pela liberdade, pela democracia no mundo árabe e diante da reação de alguns dos chefes de governo, como aconteceu na Tunísia, no Egito, na Líbia, às vezes provocando mortes de civis, tendo esses se vendo na necessidade de saírem de seus respectivos países para, então, chegarem ao sul da Itália, ou à França, ou a diversos países europeus, que possa o Papa Bento XVI, então, expressar estas palavras: "Vamos ser solidários e olhar para as necessidades prementes de tantos irmãos e irmãs", quero aqui registrar que considero isso muito positivo, inclusive de acordo com os anseios que, acredito, nós, especialmente na América do Sul, os que compomos o Mercosul, mas, também, nas três Américas, quem sabe, um dia, do Alasca à Patagônia, não tenhamos mais muros que nos separem, não tenhamos mais quaisquer dificuldades que possam, inclusive, evitar muitos controles de nossas fronteiras por causa das armas e por causa das drogas. Mas, quem sabe, se houver esse sentimento

de solidariedade maior entre todos nós, poderemos ter muito maior liberdade de movimento entre nossas fronteiras. Que seja esse um objetivo abraçado por todos nós.

Mas, quero ressaltar que Bento XVI não deixou também de dirigir uma palavra às vítimas do terremoto que afetou o Japão no início do mês passado, depois de ter decidido enviar para aquele país as ofertas doadas pelos fiéis na missa de quinta-feira Santa. Tal como o tinha feito dias antes, num programa de televisão em que respondeu à questão de Helena – uma criança japonesa de sete anos, que diz que já não pode brincar no parque, e perguntava ao Papa: "Fala com Deus por que razão as crianças têm de sentir tanta tristeza? O Papa desejou que as vítimas possam encontrar consolação e esperança.

Crise e fé. Também o Cardeal Patriarca se dirigiu ao povo português para deixar palavras de esperança numa altura em que se vive "um momento muito duro". Aludindo à crise econômica que afeta o país, Dom José Policarpo apelou à fé como forma de superar as dificuldades. "Se acreditarmos que Cristo está vivo teremos forças para tudo superar; as dificuldades não nos impedem de desejar, e o Espírito Santo dar-nos-á força para lutar e a coragem para esperar".

Sr^a Presidente, eu gostaria de relacionar essas notícias com a excelente boa nova, qual seja: a designação, pela revista *Time*, da Presidenta Dilma Rousseff eleita como uma das 100 pessoas mais influentes do ano pela revista norte-americana, ao lado de personalidades, como artistas, políticos, pesquisadores e ativistas.

O texto de apresentação sobre a Presidenta Dilma foi escrito pela ex-presidenta do Chile, hoje Diretora-Executiva das Nações Unidas da Mulher, Michelle Bachelet, que tanto honrou o povo chileno e a mulher, como ser humano e como presidente do Chile.

Disse Michelle Bachelet, a propósito de Dilma Rousseff:

"Não é fácil ser a primeira mulher a governar o seu país. Além da honra que ela significa, ainda existem preconceitos e estereótipos a enfrentar.

A Diretora-Executiva das Nações Unidas disse que esse desafio de governar aumenta a partir do momento em que Dilma Rousseff tem a responsabilidade pela condução política e econômica de um país emergente.

Destacou Michelle Bachelet que "quando as sociedades começam a ver a luz do desenvolvimento no final do túnel, cria-se uma onda de otimismo e entusiasmo nos cidadãos. Mas os desafios se tornam mais complexos e os cidadãos mais exigentes. É ainda mais difícil governar um país tão grande e globalmente relevante

como o Brasil", disse Michelle Bachelet, a respeito da escolha da Presidenta Dilma Rousseff como uma entre as 100 personalidades mais influentes, lista da qual também fazem parte a Chanceler da Alemanha, Angela Merkel; o fundador do site WikiLeaks, Julian Assange; o Presidente e a Primeira-Dama dos Estados Unidos, Barack e Michelle Obama; o cantor adolescente Justin Bieber, este com apenas 17 anos, e, ainda, o último vencedor do Oscar de melhor ator, Colin Firth, além do fundador do Facebook, Mark Zuckerberg.

Gostaria de ressaltar que o fato de nossa Presidenta Dilma Rousseff ter se tornado uma das 100 personalidades mais influentes do mundo indica a sua extraordinária força para poder também influenciar nessas questões de paz. Portanto, a nota do Governo brasileiro, do Ministério de Relações Exteriores hoje, conclamando que haja a utilização dos instrumentos do diálogo para que haja a paz na Síria, para que haja a paz na Líbia, constitui algo de grande importância. E gostaria aqui de ainda fazer uma observação. Eu acho tão bom e, certamente, todos nós ficamos muito contentes que a nossa Presidenta Dilma Rousseff esteja dentre as 100 personalidades mais influentes do mundo.

Gostaria de ressaltar que será importante que com esta qualificação agora ela possa até exercer uma influência ainda maior, inclusive na questão pela qual ela tem se destacado, de defesa dos direitos humanos no mundo, dos direitos de liberdade de expressão. Acho que, inclusive, por exemplo, no que diz respeito às relações do Brasil com a República Popular da China, as relações do Brasil com a própria Líbia, a Síria, o Egito e todos os países árabes, com os quais o Presidente Lula desenvolveu uma extraordinária aproximação, tanto do ponto de vista da interação cultural como das relações de comércio, de investimento.

Sabemos que o Presidente Lula fez questão de promover encontros de grande relevância entre os chefes de Estado dos países árabes, dos países africanos, dos países do Oriente Médio, e todos os chefes de Estado dos países da América Latina. Ao longo dos últimos oito, nove anos, houve um crescimento muito significativo das nossas relações comerciais, de investimento, com todos os países árabes.

Então, a autoridade moral com que a palavra do Ministério das Relações Exteriores do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, do Ministro Antônio Patriota, na hora de fazerem um apelo como esse, renovado hoje e tão consistente com as palavras do Papa Bento XVI, ganham ainda mais força.

Tenho certeza de que quando a Presidenta Dilma Rousseff, ali, na República Popular da China, junto ao presidente e ao chefe de governo daquele país, men-

cionou, em alguns momentos, a questão dos direitos humanos, da maior liberdade de expressão, isso ali teve um peso muito considerável, dado esse maior respeito que hoje ela tem em todo o mundo. E é muito possível que proximamente a nossa Presidenta Dilma Rousseff possa também fazer uma visita à Cuba, que vem realizando modificações muito importantes.

Ainda por ocasião do Congresso do Partido Comunista de Cuba, quando se anunciou que Fidel Castro foi substituído como Secretário-Geral do Partido e como uma das suas principais expressões, mas sendo liberado de funções de organização de comando ali no Congresso do Partido Comunista, estando ainda Raúl Castro à frente, diversas medidas passaram a ser tomadas, inclusive nos últimos meses, tais como a liberdade de dissidentes. Inclusive alguns deles foram para a Espanha e para outros países.

Houve também uma modificação no que diz respeito a maior liberdade de instituição de pequenas e médias empresas, inclusive restaurantes, que passaram a ser abertos em maior quantidade.

Há indicações de que também em Cuba começa a haver maior tolerância para com a liberdade de expressão. E fico pensando que quem sabe possa haver uma modificação no que diz respeito a uma outra pessoa que, ainda em anos recentes, foi eleita também pela revista *Time* uma das personalidades mais influentes. Refiro-me à senhora Yoani Sánchez, responsável pelo blog *Generación Y*, que chegou inclusive a ser convidada a vir ao Brasil nos últimos dois anos, mas não teve a licença para sair de Cuba.

Quem sabe agora, com essas modificações e ventos de mudança, em Cuba, isso venha a ocorrer? E quem sabe possa até a Presidenta Dilma Rousseff, no seu diálogo com as autoridades cubanas, contribuir para isso, uma vez que ela, a Presidenta, tem se caracterizado pela assertividade no respeito aos direitos humanos, com respeito à liberdade de expressão, sobretudo tendo em conta tudo o que aconteceu aqui no Brasil?

No seu encontro recente, no Dia do Exército, com os comandantes das Forças Armadas, de uma maneira muito generosa, a Presidenta dialogou com eles a respeito da importância da liberdade de expressão em nosso País.

Muito obrigado, Srª Presidenta.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Amelia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Dilma Rousseff e Michelle Bachelet têm histórias muito parecidas, não só por terem sido as primeiras mulheres a assumirem a Presidência nesses dois países, Brasil e Chile, mas pela própria história de vida na luta pela democracia.

E também ao pautar direitos humanos como prioridade nas relações internacionais a Presidenta Dilma Rousseff está dando um *upgrade* à diplomacia brasileira. Hoje, a nossa Comissão de Relações Exteriores debate essas questões também, às 18 horas, na reunião marcada para esse horário.

Obrigada, Senador Eduardo Suplicy, que falou como orador inscrito na sessão de hoje.

Agora, usará a palavra, no horário da Liderança, pelo PSDB, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador) – Srª Presidente Senadora Ana Amelia, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, a inflação, infelizmente, volta a ser assunto inevitável na pauta dos debates e, certamente, na pauta da administração da União.

O mercado elevou, pela sétima vez consecutiva, a previsão para a inflação oficial neste ano, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), passando de 6,29%, na semana passada, para 6,34% hoje, segundo o boletim Focus, divulgado pelo Banco Central nesta segunda-feira.

Hoje mesmo a Presidente Dilma Rousseff, após participar da campanha da vacinação contra a gripe, declarou que o Governo tem uma imensa preocupação com a inflação e que não haverá hipótese alguma de desmobilização para o controle da meta. É bom que a Presidente assuma realmente essa postura, priorizando o combate à inflação.

A Presidente foi taxativa, ao afirmar: "Todas as nossas atenções estão voltadas para o combate acirrado da inflação". A imensa preocupação manifestada pela Presidente é justificada. O aumento da inflação nos últimos meses inspira cuidados. Os mecanismos informais de indexação de preços, notadamente no campo dos serviços, foram ressuscitados.

O que é questionável é se o efetivo engajamento do Governo em cortar gastos e assumir o combate acirrado da inflação é real. Os exemplos que temos demonstram uma postura claudicante do Governo no combate à inflação. Vejam, no primeiro trimestre, os gastos com pessoal e custeio cresceram R\$10 bilhões em comparação ao mesmo período do ano passado. Se forem computados os gastos com juros, o aumento chega a R\$13,2 bilhões (montante suficiente para custear um ano do Programa Bolsa Família), e nós estamos falando em um trimestre. Os investimentos diminuíram R\$317,2 milhões.

Nós estamos, evidentemente, acompanhando sem os critérios técnicos a evolução da inflação no País. Quem acompanha melhor é o cidadão comum. Especialmente aqueles que recebem até cinco salários mínimos estão sendo já alvos da inflação com certa contundência. Os que ganham até cinco salários mínimos já sofrem consequências inevitáveis do retorno da inflação; todos sofremos evidentemente, mas, notadamente, aqueles que ganham menos. Quem vai ao supermercado, quem vai à farmácia, quem vai ao posto de gasolina, todos estão sentindo que há rerudescimento inflacionário, e nós não podemos, de forma alguma, descuidar do combate à inflação, para não colocarmos em risco um patrimônio extraordinário que o povo brasileiro adquiriu.

É possível até que tente esse ou aquele, na atividade pública, trazer para si mérito sobre essa conquista, mas é uma conquista coletiva. Obviamente, os Governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso foram fundamentais, mas a sociedade brasileira é que conquistou esse patrimônio da estabilidade econômica. A estabilidade econômica, a responsabilidade fiscal, a sustentabilidade financeira, a competitividade da economia são conquistas da sociedade brasileira: tiveram artifícies exponenciais na vida pública, mas sem dúvida são patrimônio que deve ser creditado ao povo brasileiro.

É por essa razão, Srª Presidente, que nós voltaremos a esse assunto inúmeras vezes. Nesta segunda-feira, quisemos fazer referência a um dado novo, a este número apresentado pelo boletim Focus, divulgado pelo Banco Central, para destacar também a afirmação da própria Presidente da República, de que há uma imensa preocupação com o retorno da inflação. E nós teremos de voltar a esse assunto inúmeras vezes, lastimavelmente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Alvaro Dias, que falou pela Liderança.

A inflação, de fato, Senador, é uma preocupação do Senado. É uma preocupação não apenas da Presidenta Dilma Rousseff, mas de todos os brasileiros.

O orador inscrito, por permuta com o Senador Eduardo Suplicy, é o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezada Presidenta, Senadora Ana Amélia, prezadas Senadoras, prezados Senadores, assumo à tribuna, na tarde de hoje, para fazer alguns comentários a respeito da reforma política – do tema "reforma política" – e de algumas iniciativas que estou propondo ao Plenário de Senado.

Quero registrar que sou meio céítico, quando se fala em reforma política, porque entendo que todos os Deputados e Senadores que estão no exercício dos seus mandatos se elegeram por esse sistema político-eleitoral. Entendo que só teremos reformas profundas no sistema político-eleitoral brasileiro, se tivermos uma ampla mobilização popular.

Foi o que me levou, no início desta legislatura, a somar-me a outros Senadores e Deputados em prol da criação da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular.

Quero também registrar que não sou daqueles que acham que todos os problemas, que todas as mazelas políticas do nosso País são ocasionadas pelo nosso sistema político eleitoral. Não existe nenhum sistema eleitoral perfeito no mundo. Entendo que estamos vivendo o maior período de democracia da história brasileira; precisamos aprofundá-la, aperfeiçoá-la, mas o nosso sistema político eleitoral não é dos piores existentes no mundo. Entendo que devemos aperfeiçoá-lo, no sentido de ampliar os instrumentos de participação popular.

Houve uma grande conquista na Constituição de 1988, quando se incorporou o princípio da iniciativa popular à Constituição brasileira. De fato, houve, ao longo dos anos, duas grandes contribuições para o sistema político-eleitoral brasileiro por meio de projetos de iniciativa popular. Refiro-me ao projeto que torna crime a captação ilícita de sufrágio, a compra de voto, e, mais recentemente, à Lei da Ficha Limpa, que foi amplamente debatida, em todo o País, sobre se entraria em vigor ainda em 2010 ou em 2012.

Entendo que se prestaram serviços relevantes, ao se permitir esse debate e tenho convicção de que o Supremo Tribunal Federal entenderá que a lei valerá para as eleições de 2012, melhorando o nosso sistema político eleitoral.

Mas entendo que devemos ir além, que devemos facilitar os instrumentos da participação popular. E percebo uma contradição. Vejam que hoje, pela Lei dos Partidos Políticos, para se criar um partido político no Brasil, que tem o monopólio da representação – qualquer pessoa só pode ser candidata a qualquer cargo, se estiver filiada a um partido político –, são necessárias assinaturas equivalentes a meio por cento dos votos válidos dados na última eleição para Deputado Federal, excluídos, na contagem dos votos válidos, os brancos e os nulos. Ou seja, para se criar um partido político no Brasil, que hoje, repito, detém o monopólio da representação popular, são necessárias aproximadamente 490 mil assinaturas.

No entanto, segundo a Constituição, para se apresentar um projeto de iniciativa popular, é necessário

um número de assinaturas equivalente a 1% do total do eleitorado brasileiro inscrito nas últimas eleições, o que daria, em função do nosso eleitorado, que está em aproximadamente 135 milhões de brasileiros e brasileiras, algo em torno de 1.350.000 assinaturas para apresentação de um projeto de iniciativa popular, quando, para a criação de um partido político, são necessárias apenas 490 mil assinaturas.

A nossa Proposta de Emenda à Constituição vai no sentido de garantir o mesmo número de assinaturas necessário para a criação de um partido político para os projetos de iniciativa popular, o que, na prática, vai reduzir de algo em torno de 1.350 milhão de assinaturas para algo em torno de 490 mil assinaturas.

Mas, vai além. Hoje, as propostas, as proposições de iniciativa popular se referem apenas a matérias de projeto de lei e, no nosso entendimento, a população deve ter o direito também de apresentar propostas de emenda à Constituição, ampliando os instrumentos da democracia direta e da democracia participativa. Por que não? Vamos exigir aqui, no plenário, o mesmo número de votos de Senadores e de Deputados para aprovar a emenda à Constituição, mas entendemos que a população brasileira, os eleitores brasileiros devem ter a prerrogativa também, depois de recolher 490 mil assinaturas, de apresentar, além de projetos de lei, projetos de emenda à Constituição.

Mas, ainda buscamos uma outra inovação, a de que os projetos de iniciativa popular passarão a tramitar sob regime de urgência, ou seja, terão preferência em relação aos demais projetos, salvo se o Plenário de uma das Casas entender diferente, apreciar e entender que aquele projeto não deve tramitar em regime de urgência.

Fazemos isso com o objetivo de ampliar os instrumentos de participação popular, de aprofundar e aperfeiçoar a democracia no nosso País.

E tenho a convicção de que, além de ser bom para nosso sistema político eleitoral, há um caráter pedagógico, no sentido de que estimulará uma participação, um debate maior das questões de interesse do País por parte de nossa população.

Mas quero dizer, também, Srª Presidenta, Srªs Senadoras, Srs. Senadores que apresentei uma segunda proposta, também com o mesmo objetivo no sentido de ampliar os instrumentos de participação popular, no sentido de, dispondo de toda matéria referente à reforma do sistema político eleitoral, somente entrará em vigor se for aprovada em referendo. Essa ideia já foi aprovada pela Comissão do Senado que tratou da Reforma Política, apenas em relação ao sistema eleitoral – se proporcional, se majoritário. Nossa proposta vai além: queremos que financiamento

público de campanha, ou não – se aprovado por este Plenário – seja referendado pela população; sistema proporcional ou majoritário seja aprovado; voto distrital misto ou não, seja aprovado; fim das coligações... Enfim, as modificações do sistema político eleitoral em nosso País – antes de entrarem em vigor – deveriam passar por um referendo.

Essas contribuições, Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, vão ao encontro ao que, já há alguns anos, defendem todas as entidades e instituições e Parlamentares que participam da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular.

E gostaria muito que tanto a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que está neste momento incumbida de analisar as propostas de reforma política, como este Plenário se debruçassem sobre essas proposições.

Tenho consciência, tenho plena convicção de que seria uma grande contribuição que o Senado Federal daria para aprofundar o debate sobre reforma política e eleitoral no nosso País.

Era esse o registro, Senadora Ana Amélia, que gostaria de fazer na tarde de hoje, ouvindo, com muito prazer, o parte do Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Rodrigo Rollemberg, quero dizer que apoio as duas sugestões. A do plebiscito em relação à reforma política é inclusive uma posição tomada pelo meu Partido, PDT. Em reunião da Executiva, decidiu-se, por proposta do Deputado Miro Teixeira, que a reforma política passe por plebiscito, item por item, para ver se a população está de acordo. No segundo ponto, estou totalmente de acordo de que a gente tem que incentivar ao máximo as medianas e as mudanças de legislação, com base na participação popular. Acho que está corretíssima a redução do número de assinaturas necessárias, mas avançaria em dois pontos mais: um, no processo aqui dentro, que é muito lento; o outro, que, embora mereça um certo estudo, é a possibilidade da assinatura digital para a aceitação na Casa de projetos de iniciativa popular.

Com a modernização que temos aí, fica desnecessária a assinatura, fisicamente falando, da pessoa ao documento de proposta de projeto de lei. Creio que a gente deveria refletir um pouco se não é hora de podemos aceitar as assinaturas digitais, coletadas por internet, para que uma ideia entre no Congresso e siga o seu procedimento para virar um projeto de lei.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque. É muito importante para mim a manifestação de V. Ex^a de apoio a essa proposição e a manifestação de seu partido de apoio a essa proposição.

Em relação às duas sugestões, quero dizer que, relativamente à tramitação, a proposta já prevê a tramitação em regime de urgência do projeto de iniciativa popular, salvo decisão em contrário do Plenário da Casa.

No que se refere à proposta de assinaturas digitais, já existem projetos, proposições na Casa com esse objetivo. Entendo que devam ser também analisados com profundidade. Tudo que vier, no meu entendimento, com o objetivo de ampliar os instrumentos de participação popular será benéfico para a democracia. Tudo que vier para ampliar os instrumentos de participação popular e a transparência.

Quero registrar que o Congresso Nacional, a partir de um projeto de lei de iniciativa do Senador João Capiberibe, que voltará ao plenário do Senado muito em breve, aprovou, transformando em lei da maior importância, a Lei da Transparência, que obriga os governos, tanto no âmbito federal como estaduais e municipais, e os três Poderes, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, a colocarem, em tempo real, na Internet, todos os seus gastos, todos os seus contratos, todos os seus convênios, todos os seus pagamentos, com isso ampliando a transparência do gasto público e ampliando os instrumentos de controle social.

E entendo que nós devamos caminhar nessa direção, na direção de ampliar os instrumentos da participação popular e ampliar os instrumentos de transparência e de controle social.

Portanto, fico muito feliz e acolho como parte do meu pronunciamento as sugestões apresentadas pelo Senador Cristovam Buarque.

Agradeço mais uma vez à Presidenta, Senadora Ana Amélia, e a todas as Senadoras e Senadores que me prestigiam neste momento.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Rodrigo Rollemberg.

A primeira cidade no Rio Grande do Sul a adotar a transparência nas contas, a primeira instituição foi a Câmara de Vereadores de Santa Maria. Com isso, deu a demonstração de cumprir uma exigência da representação popular no sentido do controle dos gastos. Então, aconteceu isso.

Concordo com V. Ex^a em relação à importância dessa reforma política. A sociedade precisa que nós, parlamentares, Câmara e Senado, assumamos a responsabilidade com esta que é chamada a mãe das reformas.

Como explicou muito bem V. Ex^a, a Comissão Especial, presidida pelo meu Líder Francisco Dornelles, no Senado, adotou o referendo apenas para o sistema

eleitoral. Então, de fato isso será feito – se aprovado pelas duas Casas – nas eleições municipais de 2012.

Obrigada, Senador Rodrigo Rollemberg.

Como orador inscrito, Senador Walter Pinheiro.

(Pausa.)

Senador Wellington Dias. (Pausa.)

Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, Sr^ss Senadoras, antes de começar aqui a discorrer sobre o assunto que me traz a esta tribuna, quero lembrar que hoje é o Dia do Contabilista. Então, quero externar aqui os parabéns aos contabilistas pelo trabalho que fazem, especialmente aos contabilistas do meu Estado, com quem a gente tem um relacionamento de grande respeito e trabalho conjunto. Então, queria fazer essa manifestação.

O que me traz aqui a esta tribuna hoje, Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, é um tema que julgo de muita importância e que tem tomado discussões na imprensa e também nesta Casa, em debates neste plenário e em comissões, que é o Código Florestal.

O Código Florestal, particularmente no meu caso, que represento o Estado do Paraná, um Estado que tem na agricultura uma grande base da sua economia, na pequena agricultura, é um tema muito caro, muito importante. Por isso, eu queria me manifestar aqui em relação a essa matéria que, com certeza, logo virá para debate no Senado da República. Já está na Câmara dos Deputados e deve vir logo para cá – assim esperamos.

Quero me juntar àqueles que defendem que nós tenhamos uma definição rápida e uma aprovação mais rápida do Código Florestal, antes mesmo do mês de julho, para que não tenhamos uma reedição do Decreto nº 7.029, de 2009.

Tenho certeza de que, se o Congresso Nacional não conseguir fazer essa deliberação, nós teremos, por parte do Governo, por parte da nossa Presidenta Dilma, a sensibilidade de reedição desse decreto, que é voltado a estabelecer as regras de regularização da reserva legal e das áreas de preservação permanente.

Mas não acho que essa seja a solução que estamos pretendendo, não é mesmo Senadora Ana Amélia? Nós queremos ter regras mais perenes, que deem segurança jurídica, segurança legal, aos agricultores e aos ambientalistas. Isso é importante para o País.

Por isso, gostaria de somar-me àqueles que defendem uma aprovação pela Câmara dos Deputados agora, ainda no mês de maio, já que não pode ser em abril, para que possamos discutir a matéria no Senado até o mês de julho e possamos, de fato, ter um Cód

digo Florestal buscado no equilíbrio e na mediação; um código que possa satisfazer, ao mesmo tempo, o cuidado com o nosso Planeta, com a nossa casa, porque dependemos dela, e também ter um equilíbrio na produção e garantir a produção de alimentos no nosso País, de que tanto dependemos, não só para alimentação do nosso povo, mas também em razão da nossa matriz econômica.

Penso que, se tivermos condições de ter uma decisão sem perdedores ou vencedores, mas um jogo de ganha-ganha, considerando que temos um processo a ser cumprido, tenho certeza de que vai ser muito bom para o Brasil.

Então, espero que a gente possa fazer essa discussão. Essa matéria não pode servir de palanque de oradores inflamados, de ataques de um lado ou de outro. Achei muito importante o que a nossa Ministra do Meio Ambiente nos falou, numa reunião que tivemos.

Nós temos de tirar os fundamentalistas de ambos os lados e trazer para a centralidade o debate, para que a gente possa avançar. Isso é importante. E nós sabemos que a questão ambiental foi recentemente colocada na pauta da política e dos debates do nosso País e da sociedade. É uma questão nova.

Se nós pegarmos a nossa história, há 100 anos, a nossa avaliação era de que a natureza não era finita, de que ela não era escassa. Portanto, seus recursos poderiam ser utilizados da forma como se pretendesse, não é mesmo Senador Cristovam? Poder-se-ia retirar tudo da natureza que ela não nos cobraria, tanto que estamos em uma sociedade com base capitalista, e os bens naturais não são precificados. Pelo menos não eram até bem pouco tempo; não tinham valoração econômica justamente porque nós tínhamos a visão de que eles não se tornariam escassos. E é óbvio que isso foi introjetado na nossa cultura, nos nossos costumes, na nossa forma de nos relacionar com a natureza.

No Paraná, só para ter um exemplo, principalmente na região do oeste paranaense e em um pedaço do norte do Paraná, temos áreas com pouquíssimas reservas legais. Não podemos dizer que é culpa do agricultor. Não é culpa do agricultor. Acho que o agricultor tem sua responsabilidade, até porque, quando começou a discussão, talvez não tenha conseguido vencer alguns aspectos da cultura, mas não podemos deixar de reconhecer que esses agricultores foram motivados a fazer isso.

Na década de 50, 60 no Paraná, no auge da colonização daquela região, os agricultores eram incentivados a desmatar. Os órgãos oficiais do governo aumentavam o crédito agrícola e reduziam os juros, conforme a capacidade de desmatamento que o agricultor tinha. Havia até uma frase que dizia: "Plante que

o João garante". E lá no Estado do Paraná, nessa região, o desmatamento foi muito grande, inclusive em beirada de rio que agora está sendo recomposta.

Mas era a cultura, era a visão da época. Assim eram orientados os nossos agricultores. Nós precisamos ter claro que isso fez parte da nossa história, e agora nós estamos tentando recuperar. E a tentativa de recuperação não é tão rápida como nós desejamos que fosse, nem conseguimos dar essa resposta.

Portanto, minha fala hoje é no sentido de que tenhamos muita consciência, sabendo que nós não temos vilões e não temos bandidos. É óbvio que nós temos, sim, pessoas que foram mal intencionadas, como em qualquer setor da sociedade e também na agricultura, pessoas que investiram contra o Erário inclusive nas questões de crédito agrícola, pessoas que desmataram, sim, mas isso não é regra geral. Portanto, precisamos ter esse cuidado.

Da mesma forma, eu também sei que há organizações ambientais que têm outros interesses que não só defender o meio ambiente, que trabalham também para outros países. Mas nós não podemos dizer que todos os ambientalistas têm esses interesses. Há pessoas sérias, pessoas que realmente dedicam suas vidas para mostrar que nós precisamos de equilíbrio neste Planeta.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senadora Gleisi, fui provocado positivamente sobre-tudo pela sua consideração de que devemos isolar os fundamentalistas de ambos os lados. Creio que essa seria uma grande contribuição que daríamos ao debate deste tema e de todos os outros. Mas quero chamar a atenção para o fato de que existe um fundamentalismo invisível, escondido, disfarçado, porque aceito por todo mundo. É o fundamentalismo de que a gente não pode mudar a busca de aumentar de uma maneira às vezes irracional o Produto Interno Bruto. E que nós não podemos dar um desvio no tipo de características dos bens que a economia produz para nos dar bem-estar, por exemplo no que se refere à energia. A França hoje tem 80% da energia com base nuclear. Não tem como não ser energia nuclear, mas é possível pensar como viver com menos energia *per capita*. Basta a gente poder mudar a arquitetura. Esse prédio aqui não precisava ter esse ar condicionado; não precisava ter tanta luz artificial. Se mudarmos a arquitetura, se formos capazes de dizer que podemos viver bem em uma estrutura arquitetônica ou em um desenho arquitetônico em que aproveitemos os ventos que houver para refrescar o ambiente e a luz natural... O mesmo que vale para a arquitetura vale para a economia. Não podemos, de repente, transformarmo-nos todos em conservacionis-

tas exacerbados da natureza. Mas nós temos de pensar o que vai ser produzido em troca da natureza. Nós vamos produzir alimentos para nós, seres humanos? Ou nós vamos produzir para exportar e obter dólares que nem sempre são para comprar comida? Às vezes são para comprar bens que, se tivéssemos investido em educação há 15, 20 anos atrás, hoje estaríamos produzindo aqui dentro, como são todos esses equipamentos modernos que importamos porque não temos um preparo científico e tecnológico. Então, é preciso isolar os fundamentalistas, mas é preciso tentar desvendar, descobrir um fundamentalismo invisível que faz parte da cabeça de todo mundo, que é a ideia de que não podemos tocar nesse número mágico do Produto Interno Bruto como objetivo central de sermos seres humanos e que o Produto Interno Bruto tem de ser sempre de bens privados, grandes consumidores de energia e às vezes depredadores das florestas. Vamos mais longe, então! Além de isolar os fundamentalistas, vamos tentar também quebrar essa lógica que nos domina a tantos anos. Como se ela não pudesse ser modificada! Como se aquele produto tivesse ser feito de qualquer maneira! Como se a gente não pudesse comer outras coisas! Como se a gente não pudesse usar outras coisas diferentes! Como se a gente não pudesse viver em espaços diferentes!

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Muito obrigada, Senador Cristovam.

Aliás, essa é a mesma lógica, é a mesma cultura que nos fez explorar a natureza por tanto tempo, achando que ela não tinha finitude, que ela poderia não ser escassa. E hoje nós temos exatamente os resultados de que nós estamos falando aqui.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco/PR – MT) – Senadora Gleisi!

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pois não, Senador Blairo Maggi.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco/PR – MT) – Quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento e dizer que realmente, nessa questão do Código Florestal, temos de nos encaminhar para um marco que seja bom para todos os lados agora. No tempo que a senhora citou, da ocupação do Paraná, a minha família lá estava: saiu do Rio Grande do Sul, no final da década de 50, para o Paraná na década de 60, 70. E, de fato, as oportunidades que o governo nos oferecia e que a sociedade nos pedia naquela época eram para que a gente limpasse o terreno, tirasse a floresta e colocasse alguma coisa que rendesse algo mais do que vender madeira, como marfim e cedro, para a Argentina, que nos explorava ali, naquela região. Era a única atividade econômica. Com a abertura daquelas áreas do oeste, do norte do Paraná, o Estado do Paraná transformou-se em um

dos Estados mais ricos da Federação, assim como o Rio Grande do Sul também, de onde boa parte das pessoas vieram, e de Santa Catarina, para colonizar aquela região. Então, não é justo que hoje, passados mais de cinquenta ou sessenta anos, aqueles que para lá foram, por vontade, por chamamento de governo, por programas de governo, sejam considerados como vilões do meio ambiente, como pessoas que cometem um mal à natureza. Na verdade, fez-se o que é necessário e o que todas as nações do mundo fizeram para poder desenvolver-se: usar seus recursos naturais a ponto de usufruir deles, colocando um ponto para que também nós não passemos ou exageremos em determinadas explorações da natureza que temos. Graças a Deus, o Brasil conseguiu transformar-se num grande produtor de alimentos, está se transformando num grande país industrial e tem espaço para as duas coisas. Portanto, nós, nesta Casa e na nossa Câmara Federal, vamos ter de ter a grande sensibilidade de não condenar aqueles que, no passado, tiveram a obrigação de fazer este País crescer e aqueles que têm a obrigação hoje de fazer este País também se preservar para o futuro, para as futuras gerações e até para o próprio equilíbrio ambiental e ecológico do mundo. Sabemos que temos esse papel tanto no clima como na biodiversidade. Então, a senhora tem toda a razão. A Ministra Izabella está coberta de razão quando nos diz: "Vamos deixar os dois lados mais exaltados fora dessa canoa, fora desse barco, e vamos negociar uma coisa que seja boa para o País". E que seja boa para o seu Estado do Paraná, que seja boa para o meu Estado de Mato Grosso, que seja boa para a Amazônia, enfim, que seja boa para o País e para o mundo. O bom e o importante é que nós temos como fazer isso sem grandes penalidades, observando a legislação em cada época em que foi feito, dando a oportunidade para que aqueles que estão fora dos padrões possam reconsiderar e voltar aos padrões. Então, quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento e dizer que esse vai ser um dos grandes assuntos desta Casa durante este ano. Lá fora, a grande maioria vive em função da agricultura, da pecuária. Quando a gente fala agronegócio, muitas vezes, as pessoas acham que tem que ser só a agricultura da soja, do algodão. Não; "agro", para mim, é toda a agricultura e "negócios" são todos os negócios. Portanto, a agricultura familiar é dos assentados, daqueles que vivem das feiras que se fazem dos produtos agrícolas, daqueles que transportam as riquezas produzidas. A cerveja que se toma no final de semana, por exemplo, é um produto da agricultura, do agronegócio também. Então, todos nós temos responsabilidades sobre isso e não podemos, de forma nenhuma, fazer com que isso seja esquecido, que

isso seja algo que vá penalizar, por exemplo, os produtores gaúchos da nossa Presidente neste momento, Ana Amélia. Pois, se olharmos ao pé da letra o Código que estavam querendo fazer, nós teremos de tirar todo mundo que produz arroz nas várzeas do Rio Grande do Sul. Quer dizer, beira a insanidade esse tipo de coisa! Então, bom senso, prudência e caldo de galinha não fazem mal a ninguém. Parabéns!

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Senador. Agradeço o seu aparte.

A nossa luta é justamente esta, de não haver essa discussão maniqueísta. Nós não estamos aqui entre os bons e os maus, os salvadores e os não salvadores. Em ambos os lados, nós temos pessoas que se exaltam. Além daquilo que deve ser, nós precisamos trazer a centralidade.

Acho que V. Ex^a tem uma contribuição importante a dar. No seu governo em Mato Grosso, V. Ex^a teve iniciativas muito importantes na área de conservação e preservação ambiental.

Tenho certeza de que o testemunho de V. Ex^a a esta Casa, inclusive para os agricultores que estão aqui, para as pessoas ligadas à área do agronegócio, vai ser muito importante, assim como para os ambientalistas.

Concedo um aparte ao Senador Wellington.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Senadora Gleisi, eu também quero parabenizá-la pelo tema e pela forma como o aborda. Além do Dia do Contabilista e do Contador hoje, que V. Ex^a registrou no começo, quero registrar que hoje também iniciam-se no Brasil – será no dia 28 – as comemorações pelo Dia da Caatinga, que é um biossistema, um ecossistema próprio do Brasil, já que não há em outros lugares do mundo. Eu tive o privilégio de nascer numa região do meu Estado que é de semiárido e de caatinga, e temos, hoje, o maior parque de caatinga do Brasil. Tive o privilégio de trabalhar lá ainda no meu mandato. Mas, eu quero aqui, referindo-me à forma como V. Ex^a aborda o assunto, dizer da preocupação que tenho com a discussão desse tema. Esse é um modelo que o mundo desenhou para o desenvolvimento. Se examinarmos, por tudo que aconteceu, desde a origem até agora, principalmente quando temos a chamada revolução industrial, perceberemos um grande paradigma: de um lado, os que tiveram grande desenvolvimento econômico – basta olhar os vinte mais desenvolvidos economicamente do mundo –, e, de outro, os mais desenvolvidos economicamente do Brasil. É um modelo em que necessariamente houve uma troca de produção por natureza, pegando aqui as palavras do Senador Cristovam. Então, qual é o grande desafio que a gente tem agora, a nossa geração? É que o

mundo está avançando no sentido de ampliar renda e poder de consumo para as pessoas. Como é um modelo de consumo ilimitado e de incentivo ao consumo ilimitado – ou seja, quantas televisões na casa, quantos sapatos, quantas roupas, quantos carros, quantas coisas! –, à medida que países com uma população gigantesca como o Brasil, a China, a Índia e tantos outros da África, da América do Sul e da América Central têm desenvolvimento no sentido de haver uma renda mais adequada, amplia-se o consumo a tal patamar que a natureza não suporta. Então, chamo a atenção: a gente não está discutindo Código Florestal, mas a pressão sobre o Código Florestal estará sempre no olho do furacão enquanto perdurar esse modelo. Por isso, tenho levantado, desde a preparação para Copenhague em todas as áreas, a necessidade de a gente trabalhar esse tema. Eu queria apenas que V. Ex^a e o Brasil, que nos acompanham, pudessem refletir sobre isto: termos a coragem – nossa geração ou a próxima – de repensar o modelo de desenvolvimento, porque os mais atrasados... O meu Estado é um dos menos desenvolvidos economicamente, mas é bem desenvolvido ambientalmente. E, assim, outros Estados do Brasil. Muito obrigado.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu que agradeço, Senador Wellington.

Acho que temos a grande oportunidade de fazer essa discussão com o debate do Código Florestal e começar a mudar o paradigma de produção. O Brasil pode ser uma grande referência no mundo em relação a isso, até pelas reservas que temos, pelas características e pela oportunidade do debate.

Queria pedir à Presidente que fosse um pouco generosa comigo no tempo para que eu possa terminar o raciocínio e abordar alguns pontos que considero importantes e que corroboram o que estamos discutindo.

Portanto, acho que essa é uma grande oportunidade. E penso que esta oportunidade não é para fazer uns contra os outros, agricultura contra meio ambiente, meio ambiente contra agricultura. Precisamos chegar a esse equilíbrio.

Estive na cidade de Antonina, litoral do meu Estado, que foi devastada por um temporal, tivemos chuvas. O solo, inclusive de agricultores, ficou arrasado, casas, enfim. E fizemos um seminário sobre essa questão ambiental. Estavam lá os estudantes da Universidade Federal com os professores, muitos questionando sobre essa discussão e a mudança no Código Florestal, se devíamos fazê-la ou não. Diria exatamente isto: acho que é a oportunidade de fazermos esse grande debate, porque temos uma legislação de 1934, depois de 1965, um monte de remendos, decretos, portarias,

medida provisória. E, de fato, isso não está conseguindo proteger, dar guarda ao nosso meio ambiente, nem segurança ao nosso agricultor, principalmente ao pequeno agricultor. E temos que trazer o agricultor, o pequeno agricultor para fazer parte desse processo, porque quem cuida das florestas, quem cuida dos rios, quem cuida das matas não sou eu que estou aqui, não é quem mora nas cidades, muitas vezes não é nem o ambientalista da ONG ou a pessoa que milita no meio ambiente. É a pessoa que está produzindo na terra, é quem decide aonde vai fazer o arado, quem decide o que vai cortar, é quem está no dia a dia tendo que tirar a produção e o sustento da sua família e está-se contrapondo a uma situação com que muitas vezes não sabe lidar.

Então, esse agricultor é quem verdadeiramente pode nos ajudar a preservar nossas florestas, e ele precisa compreender a importância que isso tem. Quando nós falamos em preservação e conservação, nós estamos falando em equilíbrio do planeta e na segurança da produção.

Portanto, eu quero aqui, primeiro, dizer o seguinte: parabenizar o Deputado Aldo Rebelo pelo trabalho que fez, pela vontade que teve de andar por este País, de conversar com agricultores. Quero dizer que concordo com muitos pontos que ele colocou no relatório. Eu diria, assim, que, com 96%, 97% do que está lá, eu tenho concordância. E também dizer que tenho muito respeito e concordância absoluta como a Ministra Izabella está conduzindo o tema, de puxar para a mediação e puxar para o debate. Porque nós precisamos, sim, de uma sustentabilidade ambiental que não é prerrogativa de alguns setores, mas é um dever de todos os setores da sociedade, para cuidar do planeta em que vivemos.

E a lei que nós produzirmos – portanto, o Código Florestal – tem que ter critérios objetivos, tem que ter critérios claros, não podemos deixar que ambientalistas e agricultores fiquem reféns de consultores e assessorias, para saber o que podem fazer, o que é certo e o que não é. A lei tem que ser clara, as regulamentações têm que ser as menores possíveis, tem que ser uma lei autoexplicada e tem que ser resultado do diálogo e da mediação. Porque está aqui a nossa capacidade de resolver problemas no curíssimo prazo, no médio e no longo prazo. Nós não vamos, no curto prazo, resolver todos os problemas ambientais que nós queremos, e nós queremos resolver, mas nós podemos criar condições a partir de agora de resolvê-los no médio e no longo prazo. E temos que ter clareza para o futuro, sem esquecer o passado. O passado é importante para nós.

Portanto, quando falamos em áreas consolidadas, nós temos que reconhecer essas áreas.

O exemplo que deu aqui o Senador Blairo, das várzeas onde se planta arroz, é um problema que nós temos no Paraná também. A medição foi feita errada, isso prejudica os agricultores e não dá garantia de você fazer a preservação ambiental como ela deve ser feita. Assim também é com o café, em Minas Gerais, com a uva, no Rio Grande do Sul, e outras plantas que nós precisamos encarar como consolidadas.

Agora, isso não quer dizer que nós tenhamos que dar anistia total e irrestrita a tudo o que foi feito de 2008 para trás sem nós termos condições de tentar reestruturar, readequar e recuperar a natureza.

E aí eu concordo com a Ministra Izabella. Nós não temos que sair por aí multando, porque não é nossa intenção penalizar e multar ninguém. Mas nós temos que dar condições para que a pessoa que tenha possibilidade de recuperar área degradada o faça. Se ela tem uma área degradada, tem condições de recuperá-la, ela tem que ter o prazo e tem que ter as condições para fazê-lo. Inclusive na agricultura familiar. Talvez ter uma linha de crédito no Pronaf para que possamos ajudar esses agricultores a realmente recuperar. Porque isso é que é importante.

E o agricultor não precisa ser compungido a ir lá e mostrar o que ele está fazendo. Gostei da proposta da Ministra Izabella, que nós temos que usar um sistema parecido com o do Imposto de Renda. Nós temos que ter lá até quatro módulos rurais, ir lá e declarar o que temos de mata no ambiente, o que temos de vegetação. Dizer: eu tenho reserva de mata legal, eu tenho APP, está declarado.

Portanto, aí cabe à fiscalização, através de geoprocessamento, de um sistema bem feito, dizer que não tem. Mas nós não podemos colocar principalmente para o pequeno agricultor o peso de contratar gente para fazer georeferenciamento, para fazer documentação. Isso sai caro, as pessoas não têm dinheiro.

Nós temos que ter uma relação com os pequenos agricultores, principalmente com aqueles que têm até quatro módulos rurais, para que ele possa realmente, tendo condições, recuperar a sua área, fazer a declaração das reservas que ele tem. Tenho certeza de que ele vai cuidar muito bem.

A outra questão é a área de preservação permanente e reserva legal. Eu sei que temos uma discussão sobre isso, que não é fácil fazer, mas tenho que externar a minha posição.

No Paraná, temos 20 milhões de hectares de terra. Seis milhões são de lavoura. Dos 372 mil estabelecimentos rurais, Senador Jucá, 320 mil são agricultores familiares, ou seja, áreas com até quatro módulos rurais,

que, no meu Estado, são 18 hectares. Eu sei que, na região amazônica, são 100 hectares. É diferente, mas lá são 18 hectares. A maioria dessas propriedades não está enquadrada no que a lei diz hoje.

Aliás, um estudo da Embrapa, recentemente publicado pelo jornal *Valor Econômico*, muito interessante, mostra que a maioria das propriedades, se forem colocadas para recuperar até quatro hectares, como está no Relatório do Deputado Aldo, vão ter que plantar e readequar suas propriedades, vão ter que aumentar o número de hectares de reserva.

Então, isso vai ser um benefício para as pequenas propriedades. É aí que o Paraná se enquadra, porque é a maioria. Precisamos ter esse senso, para que não prejudiquemos. No Paraná, 86% das propriedades dos estabelecimentos rurais são de pequenos. Eles são responsáveis por 48% do valor bruto de produção, com apenas 30% das terras.

Então, temos que pensar diferente. E, se nós queremos um rural com gente, ou seja, que as pessoas fiquem no campo, elas têm que ter condições, elas têm que ter uma forma de assegurar.

Eu sei que, para a Região Amazônica, não é igual. Está aqui o Senador Aníbal, que tem sido um defensor. Acho que temos que pensar. Li também, recentemente, uma matéria que dizia que, se isso acontecer, para a Região Amazônica, vai ser um incentivo ao desmatamento.

Então, temos que pedir à Embrapa para fazer um levantamento do que temos de consolidado na vegetação amazônica, o que significa e mediar isso com o Deputado Aldo. Temos que mediar isso com a Ministra, com posição de Governo. Agora, não podemos, talvez, ter uma regra que generalize para todos, sob pena de termos dificuldade com o pequeno.

Então, quero terminar, o meu tempo foi concedido, aumentado por várias concessões da Presidente – eu agradeço –, mas temos experiências muito boas, como a de Itaipu, de onde fui diretora financeira. Fizemos um trabalho de recuperação – e está sendo feito ainda –, por meio do Cultivando Água Boa, de recuperação de nascentes de rios, com os pequenos produtores. Temos lá, em Mato Grosso, também, vários Municípios.

Acho que temos de ter essa consciência de como vamos discutir o Código. O que não podemos é ficar protelando essa discussão, porque isso não vai ser bom para a agricultura e não vai ser bom para o meio ambiente. Nós queremos uma solução que nos dê, realmente, condições e segurança jurídica e segurança legal.

Então, quero fazer um apelo à Câmara dos Deputados, no sentido de colocar em pauta essa matéria, agora, no mês de maio, que possamos debater, à

minha Bancada, à Bancada do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, ao Deputado Aldo, que possa não patrocinar o jogo de vencidos e vencedores, mas o jogo do ganha-ganha, e que, com algumas alterações em seu relatório, poder contemplar as preocupações que temos e, tenho certeza, vão ao encontro também das necessidades da agricultura, principalmente da agricultura familiar, e da Ministra Izabella, que já tem-se mostrado uma grande mediadora, uma pessoa com muita sensibilidade para que a gente possa avançar.

Tenho certeza de que o Senado da República vai dar sua resposta à altura, e vamos conseguir ter um belíssimo instrumento que vai ser referência para o mundo e, com certeza, uma forma inovadora de preservação e conservação ambiental, com, também, garantia da produção e quiçá um novo modelo de desenvolvimento da economia deste Planeta.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senadora Gleisi Hoffmann.

O tema realmente é um dos mais importantes. Aliás, para tirar o estigma de um contencioso entre ambientalistas e produtores rurais, é que, por sorte, foi aprovado, e por meu requerimento, que o debate do Código Florestal na Casa se juntasse às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária com a Comissão de Meio Ambiente. Tem sido extremamente produtivo esse debate, de maneira construtiva. E a Ministra Izabella Teixeira teve a felicidade de ter, como disse V. Ex^a, nessa lei, nesse novo Código, um código estimulador à sustentabilidade, à preservação do meio ambiente e não punitivo a quem ajudou a construir um Brasil que é hoje referência mundial na produção de alimentos para o mundo.

Obrigada, Senadora Gleisi.

Agora, como inscrito pela Liderança do Governo, fala, por cinco minutos, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer um registro de um encontro que será feito amanhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, que considero extremamente importante. Gostaria de convidar todos Senadores e Senadoras, mesmo aqueles que não são membros da Comissão de Assuntos Econômicos, porque teremos uma audiência, amanhã, sobre o Projeto de Resolução do Senado, de minha autoria, PRS nº 72, que vai discutir a questão dos incentivos a importações que estão sendo feitas, hoje, no Brasil. Hoje vários Estados brasileiros, tentando resolver os seus problemas, estão

criando um problema grave para o País como um todo; estão dando incentivo fiscal para as importações; essas importações estão chegando mais baratas do que os produtos brasileiros concorrentes e similares, e estamos tendo já um processo de desindustrialização.

Portanto, apresentei um Projeto de Resolução que procura criar uma fórmula de não gerar créditos para esses produtos importados que estão criando essa concorrência desleal para a indústria nacional.

Amanhã, nós teremos uma audiência pública com o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Nelson Barbosa; o Secretário de Fazenda da Bahia, que é o coordenador do Confaz; do Estado do Espírito Santo; do Estado de São Paulo, e o Presidente da CNI – Confederação Nacional da Indústria, para abrir essa debate. Nós temos que construir uma saída. A gente sabe que a guerra fiscal, hoje, é um problema e que não se pode acabar essa guerra fiscal do dia para a noite. É preciso haver um planejamento e um prazo de adaptação, mas temos que fazer alguma coisa.

Apresentei esse Projeto de Resolução exatamente para gerar esse debate. Temos que encontrar um caminho de manter os empregos no Brasil e não dar incentivos para criar emprego fora do nosso País.

Então, quero registrar a importância do debate de amanhã na Comissão de Assuntos Econômicos e convidar todas as Senadoras e os Senadores para essa audiência pública.

Quero tranquilizar alguns Estados, porque não iremos aprovar amanhã o Projeto de Resolução. Amanhã vamos debater, provavelmente vamos convidar alguns Governadores também para uma segunda rodada de debate, mas a nossa proposta é que ainda, neste semestre, nós tenhamos condição de aprovar esse Projeto de Resolução.

Por conta disso, inclusive, o Jornal *O Estado de S. Paulo*, no sábado, dia 23 de abril, apresentou o editorial “O Senado e a guerra dos portos”, exatamente levantando esse tema e apoiando esse debate que o Senado vai fazer agora, nesta legislatura.

Então, eu quero fazer o convite a todos os Senadores e pedir a transcrição do editorial do Jornal *O Estado de S. Paulo*, do sábado, dia 23, que mencionei.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

O Senado e a guerra dos portos



A guerra fiscal das importações custou ao Brasil 771 mil empregos entre 2001 e 2010, segundo estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Custará muitos mais, se os 10 Estados envolvidos nessa campanha contra a economia nacional continuarem concedendo incentivos tributários à importação de bens industriais. A boa notícia é a disposição de um grupo de senadores de dar um basta a esse absurdo, por meio de mudanças na legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O próximo passo será uma audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, com participação do secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, de secretários estaduais de Fazenda e

representantes da indústria.

Enquanto empresários industriais batiam para defender seu espaço no mercado nacional, acassados por produtores estrangeiros favorecidos pelo câmbio e por vários outros fatores de competitividade, nem todos legítimos, governos estaduais conspiraram contra a empresa nacional, oferecendo isenções ou reduções de impostos a firmas importadoras. O objetivo desses governos é atrair alguns negócios para seus Estados e assim favorecer a geração de renda e de emprego e, indiretamente, maior arrecadação de impostos.

Mas o saldo geral dessa política é negativo para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Não se promove o desenvolvimento desfrutando a indústria e comprometendo a geração de empregos nos setores mais dinâmicos da economia, mas esse tem sido o efeito dessa política inadmissível.

A guerra fiscal entre Estados e até entre municípios é uma velha praga no Brasil. Há décadas, alguns governos estaduais e municipais tentam atrair investimentos oferecendo benefícios tributários a empresas. Esse expediente foi usado não só para atrair capitais nacionais, mas também como chamariz para empresas estrangeiras. Embora ilegal, essa guerra foi mantida com êxito por algumas décadas. Alguns Estados colheram benefícios dessa política durante algum tempo. Mas o número de envolvidos nessa guerra aumentou. Passou a haver feilões de atração de capitais e isso distorceu os critérios de investimento das empresas.

A guerra se tornou mais danosa quando os governos passaram a conceder incentivos à importação. O problema deixou de ser a transferência de capitais e de empregos entre Estados, porque os empregos e lu-

cos industriais passaram a ser transferidos do Brasil para o exterior. Produtores e governos estrangeiros devem agradecimentos às administrações estaduais brasileiras comprometidas com essa aberração. Em outros países, alguns governos estaduais criam por sua conta barreiras contra produtos importados, ampliando as barreiras protecionistas criadas pelo governo central, normalmente o responsável principal, quando não o único, pela política de comércio exterior. Atua em favor do competidor estrangeiro e em prejuízo do nacional é uma perversa desconhecida nos países onde vigora alguma racionalidade administrativa.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) reconheceu o "grave problema de desindustrialização" e propôs um projeto de resolução para reduzir a zero a alíquota do ICMS para transações interestaduais. Com essa medida, seriam eliminados os principais

ganhos fiscais dos Estados envolvidos na guerra dos portos. A maior parte dos bens importados com incentivos é remetida a outros Estados. Sem essa circulação, seria menor o prejuízo causado à indústria nacional, mas, sem ela, os governos estaduais não teriam interesse em promover a guerra das importações.

É função do Senado cuidar dos assuntos de interesse da Federação e os senadores deveriam ter-se envolvido há mais tempo nesse debate. Neste caso, nem sequer se trata de conciliar interesses de diferentes Estados ou regiões. Nenhum governo estadual pode ter interesse legítimo em beneficiar a indústria de qualquer outro país em detrimento da empresa nacional e dos trabalhadores brasileiros. Se os senadores forem capazes de entender e de levar em conta os interesses mais amplos do País, essa guerra absurda será encerrada.

Para onde vão os migrantes

Embara o Estado de São Paulo continua a registrar um fluxo migratório positivo, a Grande São Paulo, que durante muitas décadas foi o principal destino dos que deixavam sua terra em busca de trabalho, tornou-se um exportador líquido de migrantes. Na década passada, mais migrantes deixaram a região metropolitana do Estado para a perder mais de 30 mil imigrantes por ano.

Quando se examinam os nú-
mero cada vez menor.
O dado mais notável do estudo da Fundação Seade é o que mostra que o antigo polo de吸收ção de migrantes perdeu seu papel. Entre 1990 e 2000, a Grande São Paulo era a região mais atraente para os migrantes, tendo seus 39 municípios recebido, em média, 24.399 pessoas por ano. Na década seguinte, a principal região metropolitana do Estado passou a perder mais de 30 mil imigrantes por ano.

A redução continua do fluxo

da Santista e de Campinas, sobretudo esta última, continua a registrar fluxo migratório positivo. O estudo indica que, das grandes metrópoles, a preferência dos migrantes se desloca para cidades médias, como Jundiaí, Americana, Limeira, São Carlos e Araçatuba, que têm uma economia dinâmica e ainda não enfrentam os problemas típicos das metrópoles, como alto custo de vida, trânsito congestionado e falta de segurança.

Não é de hoje que as autoridades têm tratado com um misto de condescendência e baitrizado as críticas à lentidão das obras necessárias para a realização da Copa do Mundo em 2014. Quando o assunto é tratado pela mídia, com base em levantamentos sérios, como o divulgado há dias pelo Ipea, munícipios e altos funcionários falam como se tivessem trunfos escondidos na manga da canhota. E, pouco a

bumal de Contas da União, se surgiram fundadas suspeitas de irregularidades.

Pode ser até que o País não passe vexame perante os estrangeiros por não ter daqui a três anos a infraestrutura necessária para a realização do megaevento esportivo. Mas a forma como os preparativos vêm sendo feitos já são, em si, uma vergonha para os brasileiros. E vai certamente doer nos seus bolos. Mesmo com o regime especial de tributação, as obras tenderão a ser muito

assim for, para produzir um superávit primário de 3% do PIB o governo não conseguiria resistir à tentação de onerar ainda mais os contribuintes.

Além disso, em uma fase de contenção do crédito, o BNDES criou uma linha de crédito de R\$ 3,6 bilhões, destinada a projetos de construção e reforma de estádios. São exigidas garantias, sendo aceita a associação entre clubes de futebol e governos estaduais e concessionárias privadas. Mas, com a permanência de tempo, já há pressões

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Regimentalmente, seu pedido será atendido, Senador Romero Jucá. E, claro, como estão aqui vários ex-Governadores, interessadíssimos na matéria, nós, como representantes dos Estados nesta Casa, temos a obrigação de compartilhar esse debate, que é extremamente urgente, não diria inadiável, porque tem a ver com guerra fiscal, inclusive com guerra tributária.

Obrigada, Senador Romero Jucá, que falou pela Liderança do Governo.

Como orador inscrito, Senador Randolfe Rodrigues. (Pausa.)

Senador Cícero Lucena. (Pausa.)

Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Romero Jucá, permita-me dirigir a V. Ex^a antes que o excesso de atividades e responsabilidades de um Líder de Governo possa tirá-lo deste plenário, por justa causa.

Senadora Ana Amélia, minha queridíssima Presidenta, Senador Jucá, eu vi a sua participação como Líder e, regimentalmente, não me permitiria interrom-

Dinheiro vai rolar mais que a bola

pê-lo com um aparte para, de forma solene, me associar à iniciativa de V. Ex^a, cuja preocupação sai do seu gabinete e já toma contornos nacionais, quando menciona artigo do *O Estado de S.Paulo*.

Sobre esse assunto, Senador Jucá, o Senado terá uma responsabilidade enorme de acabar com esta luta fraterna, irresponsável, que se denominou de guerra fiscal, o excesso para uns e falta para tantos – e, agora, uma preocupação adicional da CNI e da indústria brasileira. Li, durante o feriado da Páscoa, que uma das fábricas de calçados, referência no Brasil, a Vulcabras, está nos deixando para abrir uma filial sua na Índia. E aí nós vamos estar perdendo mão de obra, Presidenta, não apenas na luta interna da guerra dos Estados, mas com uma guerra internacional que extrapola muitas vezes os próprios tratados, as próprias convenções, porque nós disputamos com Índia, com China, com flutuações de câmbio e com tratamento cambial diferenciado dos países emergentes.

Então, a preocupação de V. Ex^a é por demais oportuna, e o PMDB se associa tanto na condição de um colega partidário quanto do Líder do Governo.

Sra Presidenta, o assunto que me traz à tribuna, sem dúvida alguma, incomoda o Governo, porque, muitas vezes, quando nós somos tratados com a responsabilidade que temos, falta humildade para entender equívocos ou falta oportunidade para apresentar esses equívocos no sentido de resolvê-los rapidamente.

Eu quero falar sobre a realização das Olimpíadas, em 2016, no Rio de Janeiro, quero falar sobre a realização da Copa do Mundo, em 2014, quero falar de atraso, quero falar de uma pauta que o Brasil teve a responsabilidade pública de pactuar quando da oficialização das suas candidaturas, tanto das Olimpíadas quanto da Copa do Mundo, mas lamentavelmente já não é mais... O Presidente Blatter, da Fifa, já não é mais o Presidente da CBF, já não é mais o Comitê Olímpico Internacional, mas todos estão dizendo a mesma coisa: nós estamos atrasados, e esse atraso custará muito caro ao País.

Durante a dissecação desse pronunciamento, as Sras Senadoras e os Srs. Senadores vão ver a preocupação que trago no sentido de estar sendo urdida, meu caríssimo Presidente Blairo Maggi, V. Ex^a que é responsável por um desses assuntos comigo, como Presidente da Subcomissão na Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização do Senado Federal, sobre as obras da Copa do Mundo – amanhã temos inclusive uma reunião. Todas as semanas V. Ex^a está convidando um dos doze Estados para expor as suas iniciativas da infraestrutura para a Copa do Mundo. Posso acompanhá-lo nessa condição funcional de ser seu Relator, o Relator da Subcomissão –; todo mundo está falando, Senador Aníbal, sobre o mesmo assunto.

É necessário que o Senado avoque uma grande negociação, um grande entendimento, uma grande audiência no sentido de nos despirmos de quaisquer vaidades ou confrontos políticos e partirmos, de forma clara, para não pagarmos um vexame ou um mico maior quando os tempos chegarem e estivermos despreparados.

O Comitê Olímpico Internacional já mandou avisar que não tolerará atrasos no cronograma previsto de obras para a realização das Olimpíadas de 2016 no Brasil.

A advertência ganha importância na medida em que se tomam certas disparidades entre o itinerário de planejamento e andamento das obras de infraestrutura no País e aquele já percorrido por Londres para a Olimpíada de 2012. Aqui, vou fazer um paralelo entre o que Londres já pôde deixar pronto e acabado, antevendo as Olimpíadas de 2012, e as nossas responsabilidades tardias com relação a 2016.

Não por acaso, os ingleses e sua pontualidade, com um ano de antecedência – e mesmo envolvidos

nesse suntuoso e planetário casamento real –, concluíram praticamente todo o serviço prometido.

A cobrança é pertinente e merece atenção das autoridades locais, o Governador Sérgio Cabral e o Prefeito Eduardo Paes, e, também, do Comitê Olímpico Brasileiro e do Comitê Organizador do Rio 2016.

Ora, as Olimpíadas se aproximam e o Brasil se prepara lentamente para hospedar a maior festa dos esportes do Planeta, em dissonância com a expectativa lançada por ocasião do anúncio da conquista da sede em 2009. De 2009 para cá, meses já perdemos.

Como era de se esperar, de início, nossas autoridades empenharam a palavra da Nação na execução das obras necessárias, no tempo previsto, para acomodar um evento de tamanho porte.

Acontece que, pelo cronograma definido no protocolo de acertos com os dirigentes, nosso País já está em atraso considerável. E isso nos preocupa.

Sra Presidente, em 2016, o Rio de Janeiro, que também será palco da final da Copa do Mundo em 2014, vai receber a 1^a Olimpíada da História da América do Sul.

Especialistas no assunto recomendam que parcerias público-privadas devem ser urgentemente alavancadas, de modo a fazer face às demandas colossais por infraestrutura apropriada ao bom funcionamento dos jogos.

A impressão que se tem é de que os governos, em suas três esferas administrativas, ainda não despertaram para a impossibilidade de realizar, isoladamente, obras imprescindíveis na reforma de estradas, aeroportos e portos do País.

Por exemplo, no âmbito do transporte aéreo – o nosso maior calo, talvez –, o leque de ações da ANAC tem sido insuficiente para evitar problemas que são decorrentes, basicamente, de falhas de gestão e da ausência de planejamento.

Para os especialistas, o maior problema é que o movimento de passageiros tem crescido sem a contrapartida de investimento em infraestrutura e planejamento de longo prazo.

Sem dúvida, será preciso investir em um novo modelo de administração de aeroportos, com maior privatização do setor.

Nós estamos esperando, com muita ansiedade, uma reforma através da Agência de Aviação Civil. E, quando se fala nos nossos aeroportos, nos nossos gargalos de infraestrutura – nós, que temos sob a administração da Infraero quase cem aeroportos, alguns superavitários, mas, na sua imensa maioria, outros tantos deficitários –, e se fala em aporte do setor privado, me preocupa, Sra Presidente, Srs. Senadores, porque, muitas vezes, na busca do lucro, numa Parceria Público-

Privada, o investimento privado vem, numa linguagem popular, para o filé e não para dividir o osso. A minha preocupação é que o arranjo econômico dessas PPPs ou da presença do capital privado traga, efetivamente, responsabilidades tanto nos poucos superavitários aeroportos quanto naqueles que são deficitários.

Sem dúvida, será preciso investir em um novo modelo. Tal problema deverá agravar-se em progressão geométrica devido ao crescente acesso da população ao transporte aéreo, bem como aos eventos como a Copa e as Olimpíadas. Fica evidente que os aeroportos brasileiros estão próximos – e muitos deles já passaram – do limite da necessidade do País.

Resumindo o problema, quando pensamos na dimensão do Brasil, percebemos que é nos aeroportos que está o risco principal para as Olimpíadas e para a Copa do Mundo. Para se ter uma ligeira projeção, só em 2011, a demanda brasileira de voos vai crescer em torno de 30%. Sr^a Presidente, ainda está na linha das projeções.

Os estudos feitos pelo Píer Mauá indicam que a inclusão da Cidade Maravilhosa no roteiro de cruzeiros nacionais e internacionais e a proximidade de eventos como a Copa e as Olimpíadas fará com que, nos próximos anos, o crescimento do movimento no terminal de passageiros do porto do Rio fique entre 5% e 10% aumentado, nos próximos anos, o crescimento no terminal de passageiros do porto do Rio fiquem entre 5% a 10%.

Com o aumento da demanda, foram necessários investimentos de R\$35 milhões no ano passado e mais R\$15 milhões este ano. No entanto, novos projetos de infraestrutura também estão definidos para 2016 ou até 2016. Segundo o calendário oficial, em até três nos, a intenção é investir R\$50 milhões no terminal de passageiros do aeroporto, mas não se sabe exatamente de qual fonte se extrairão tais recursos.

No mundo das promessas, está ainda em fase de estudos a construção de um píer em formato de Y para facilitar a atracação simultânea e o deslocamento de passageiros com possibilidades da construção de um segundo piso.

Como se não bastasse, para 2016, a previsão é de concluir a construção de um novo centro empresarial com investimentos na ordem de R\$350 milhões. A atuação conjunta, ou o repasse de tarefas para o setor privado, pode ser uma estratégia inteligente e ágil de fortalecer a ação do Governo.

Aliás, a noção de gestão estratégica deve nortear o eixo dos debates e das ações em torno das Olimpíadas e da Copa do Mundo, pressupondo uma série de encontros entre as principais lideranças do setor público e privado do País. Se tal fórmula tivesse sido,

de fato, operacionalizada em 2007, certamente o Brasil teria sido poupado de tantas críticas.

Com pelo menos três anos de atraso, a Prefeitura do Rio inaugurou, finalmente, uma obra de saneamento que já deveria estar pronta desde os Jogos Pan-Americanos de 2007.

Trata-se da unidade de tratamento do rio Arroio Fundo, em Jacarepaguá, cujo custo de investimentos foi orçado em cerca de R\$27 milhões e vai beneficiar trezentas mil pessoas.

Segundo o Ministério das Cidades, aquela obra recebeu mais de R\$11 milhões do Governo Federal para a sua realização. Na avaliação do Ministro, trata-se de uma obra que deveria ter sido feita já em 1997, mas que, por motivos vários e “incompreensíveis”, não foi adiante.

Em resumo, embora fosse uma obra relativamente barata para garantir a “balneabilidade” das praias cariocas, sua execução foi suspensa, à época, por incompetência dos políticos, dos administradores e dos técnicos responsáveis pelas obras.

Agora, na visão do Prefeito do Rio, esse tipo de problema não vai se repetir com as obras das Olimpíadas de 2016. Afiançando sua palavra, o Prefeito carioca anunciou a liberação das obras de implantação de estações de tratamento de efluentes em mais quatro rios que formam o complexo lagunar da Baixada de Jacarepaguá.

Aguardamos para ver, com certeza, obras de extrema necessidade.

Por outro lado, Sr^a Presidente, o senso comum indica que a melhora nos índices de coleta e tratamento de esgotos traria benefícios às cidades e, consequentemente, mais turistas e mais renda.

Um País que receberá milhares de turistas durante a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 deveria priorizar os investimentos nessa área, fundamental para o desenvolvimento e para a melhoria da qualidade de vida.

Deveria, sim, ser o legado que a cidade-sede das Olimpíadas de 2016 deixará à sua população como uma solução definitiva para os seus esgotos.

Seria, talvez, motivo de orgulho aos seus governantes e moradores do que outras obras vultosas, mas de aproveitamento questionável para a sociedade.

Aliás, um dos principais temores do Comitê Nacional de Coordenação do projeto Jogos Limpos Dentro e Fora dos Estádios é o prazo curto para a realização das obras de infraestrutura necessárias para os Jogos Olímpicos de 2016. O medo é que, em caso de urgência para a conclusão das obras, as regras para licitações sejam ignoradas, o que abriria espaço para a corrupção.

É um dos meus maiores temores, Srª Presidenta: a proximidade e o atraso. Na Paraíba, a gente diz “fazer alinhavado” – não sei se no Rio Grande tem essa mesma expressão, ou na sola de sapato, ou fazer uma meia sola.

Essa meia sola não cabe neste Brasil que queremos. As regras para as licitações têm que ser obedecidas. E vai chegar o momento em que, se o atraso perdurar ou continuar, vai se alinhavar, vai se fazer uma meia sola. Então, esse palco, esse templo da democracia, que é o Senado, vai ferver. Vamos estar instados para defender algo em que não acreditamos e que não aceitamos, que é eticamente e moralmente questionável. Por quê? Porque não fizemos o dever de casa.

O tempo urge, o tempo passa. A urgência dos procedimentos licitatórios tem que acontecer para evitar a meia sola no futuro. E estamos tratando dessa forma neste pronunciamento, com muita transparência e acreditamos que a Presidenta Dilma tem essa mesma preocupação.

Isso, pelos depoimentos de S. Exª, eu já senti. Ela vai, esta semana já, convocar o setor aéreo para uma conduta mais radical no enfrentamento desses problemas.

Continuando, isso tem lógica, uma vez que, com o investimento mais claro, tem-se menos urgência, e é nas urgências que os orçamentos duplicam, triplicam, quintuplicam.

O próprio ex-jogador Raí, que representa uma ONG chamada Atletas pela Cidadania, declarou que a manutenção do cronograma original estabelecido é peça relevante e fundamental ao combate eficiente à corrupção. Em outras palavras, todas as forças que apóiam a fiscalização dos investimentos das Olimpíadas de 2016 convergem para o entendimento de que o atraso generalizado nas obras planejadas enseja oportunidades inevitáveis para a corrupção.

A cultura política brasileira de privilegiar articulação de objetivos mais amplos em detrimento dos detalhes negligenciados para o último minuto pode ser o jeito tipicamente brasileiro de gerar problemas mediante a malversação do dinheiro público.

Contudo, para os mais otimistas, o caos que assolou o Pan de 2007 não se repetirá em 2016, uma vez que, naquela oportunidade, não houve uma cobrança da população em seus canais de participação.

Hoje, sintonizada em um nível de amadurecimento cívico mais alto, a população brasileira e a carioca podem exercer um poder de fiscalização muito mais eficiente.

Para encerrar, Presidenta Ana Amélia, reiteramos a nossa legítima preocupação com o lento andamento

das obras de infraestrutura carioca face ao iminente Jogos Olímpicos de 2016.

Nesse contexto, nada mais justo do que chamar a atenção das autoridades locais e nacionais para a necessidade de honrar prazos, com custos e orçamentos adequados ao bom desempenho das variadas competições esportivas desse planetário evento.

Trouxe, nesta tarde, as Olimpíadas como foco, porque vejo que, pela proximidade de 2014, toda a mídia está tratando da Copa do Mundo e está tratando com a urgência necessária, porque os atrasos, como falei agora há pouco, são vistos na Copa do Mundo. Esta Casa tem se posicionado. As Olimpíadas de 2016 estão secundarizadas no processo midiático da comunicação por força da proximidade da Copa do Mundo, mas as Olimpíadas representam um foco de investimento muito maior e localizado no Estado do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro.

Tenho absoluta confiança no Governador do Estado, Sérgio Cabral, no Prefeito carioca, Eduardo Paes; são homens de responsabilidade, mas é sempre bom calçar as sandálias da humildade, vestir o manto franciscano da humildade e enfrentar esses desafios.

Estamos atrasados e precisamos urgência nas nossas responsabilidades, nos nossos posicionamentos.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Vital do Rêgo.

Diz o ditado que quem avisa amigo é. Esse alerta é necessário e é uma responsabilidade desta Casa, não só da oposição, mas de um aliado do Governo como V. Exª, cujo partido faz parte da base de sustentação político-parlamentar do Governo Dilma Rousseff nesta Casa. E esta é uma preocupação.

A cada feriadão, como aconteceu agora, pode-se ver a situação complicada que o sistema aeroportuário brasileiro está enfrentando. A Copa do Mundo é apenas um detalhe, poderíamos dizer, em função do que vai representar, porque os brasileiros é que vão ter que receber a resposta adequada das ações de Governo.

Obrigada, Senador Vital do Rêgo. A sua Paraíba também agradece.

Como orador inscrito, o Senador Blairo Maggi.

Quero também agradecer a visita de tantos turistas que estão aqui hoje no plenário, assistindo a esta sessão, nesta segunda-feira, sessão não deliberativa, em que os Senadores aproveitam para colocar foco nos temas importantes e relevantes para o País.

Esperamos que vocês aproveitem bem e, sobre tudo, que valorizem a importância de uma instituição da democracia, que é o Congresso Nacional.

Obrigada pela visita.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, subo à tribuna desta Casa para agradecer os mais de um milhão e setenta e três mil eleitores mato-grossenses que acreditaram nas nossas propostas e validaram nosso trabalho frente ao Governo do Estado de Mato Grosso, ao me delegarem mais essa responsabilidade como um dos representantes, no Senado da República Federativa do Brasil, do Estado de Mato Grosso, meu Estado de coração.

Essa confiança que o povo de Mato Grosso a mim concedeu vou honrar até o último dia de meu mandato. Governar um Estado como Mato Grosso exige trabalho e dedicação constantes, já que, ao mesmo tempo em que somos o maior produtor de grãos do Brasil, gerando divisas e riquezas, somos também carentes em outras áreas, sobretudo em infraestrutura, tanto no campo quanto nas nossas cidades.

Mas, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago a esta Casa um tema que há muito me aflige e me incomoda e que, na maioria das vezes, está fora da compreensão do cidadão comum em virtude de sua complexidade e particularidade.

Esse tema, ao mesmo tempo em que é espinhoso, é apaixonante. Ele discorre sobre o nosso sistema jurídico, no que diz respeito às sobreposições das leis que regem as mesmas matérias, de forma e entendimentos diferentes pelos gestores públicos e pelo Judiciário.

Há uma máxima no Direito que diz que ninguém pode deixar de cumprir a lei alegando seu desconhecimento. E isso é uma verdade. Por outro lado, é um desafio enorme para qualquer brasileiro acompanhar as centenas e centenas de leis, de todos os tipos – decretos, portarias, resoluções, regimentos, regulamentos –, que são aprovadas e sancionadas mensalmente, em todo o País, arrisco a dizer que semanalmente, diariamente.

A maioria dessas aprovações é para regulamentar temas iguais mas com diferentes entendimentos, dificultando, e muito, a vida do cidadão comum, que tem o direito e quer a proteção jurisdicional do Estado.

Sr^a Presidente, infelizmente esse número enorme de leis não dá a ninguém, nem a nós mesmos, a segurança jurídica de que as normas aprovadas devem reger não só o comportamento das pessoas, mas também dos órgãos públicos em todos os níveis: federal, estadual e municipal.

Muitas vezes o cidadão comum se depara com dificuldades de todas as partes, quer como trabalhador, quer como empreendedor, já que se vê cerca-

do por um cipoal de regras confusas, contraditórias, acompanhadas de um aumento assustador, que cria um vácuo jurídico.

Nesse diapasão, sofre também o sistema jurídico, onde lides são discutidas. Talvez esteja aí um dos motivos do entupimento do nosso sistema judiciário, uma vez que resta ao cidadão recorrer ao juízo para se proteger dessa anomalia administrativo-jurídica.

Sr^{as} e Srs. Senadores, considero um problema sério o acerto das normas entre as três esferas da Administração Pública: a União, os Estados e os Municípios.

Mesmo existindo uma hierarquia que garanta superioridade de normas federais sobre as estaduais e dessa sobre as municipais, é useiro e vezeiro o Governo Federal invadir a competência do legislador estadual, que também usurpa funções municipais e vice-versa.

E nós, como legisladores, temos obrigação de encontrar uma solução jurídica definitiva para fechar as torneiras da sobreposição de leis que estão abertas, e não é de hoje.

Sr^a Presidente, o que mais me chama a atenção é que o produto final dessa aberração jurídica, o cidadão, fica refém das inúmeras invasões, atribuições e competências nos mais diversos níveis, configuradas pela sobreposição dessas leis.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a emissão de normas conflitantes não faz bem à democracia. A impressão que passa ao cidadão é a de que nós, legisladores, estamos batendo cabeça. Precisamos, juntos, não só mudar essa impressão, mas fazermos um mutirão legislativo, criando, suprimindo, anulando o excesso de legislação existente em nosso País. Isso sem falar no custo orçamentário e financeiro que representa aprovar uma lei, para, em seguida, essa mesma lei ser revogada por haver invadido a competência de uma outra parte.

Como cidadão, especialmente com a minha experiência da área empresarial, por várias vezes, deparei com essas situações de regras conflitantes, que acabaram resultando em atrasos nos empreendimentos importantes e aumentos desnecessários nos custos com os mesmos entraves burocráticos, às vezes insuperáveis.

Nossa legislação fiscal é muito confusa, especialmente para o pequeno empreendedor individual, peça fundamental na geração de emprego e renda no nosso País. Mesmo com o esforço feito pelo Governo Federal e pelos governos estaduais em incentivar a micro e pequena empresa, no que lhes diz respeito, não há legislação no Estado e no Município que tornem efetivas as linhas maiores traçadas em nível nacional.

Minha experiência no Legislativo ainda é muito pequena, principalmente se comparada com grandes figuras cívicas que se encontram nesta Casa. Em razão disso, tenho dedicado boa parte do meu tempo a aprender o funcionamento desta Casa. Ofereço, entretanto, toda a minha experiência executiva, tanto no trato dos empreendimentos particulares, quanto do cargo de Governador do Estado de Mato Grosso, para o qual fui eleito por dois mandatos pela vontade popular.

Observei, por exemplo, que o Legislativo descuida um pouco do impacto da legislação que produz ou que aprova por demanda do Executivo.

Gostaria de ver, em cada projeto que tive a oportunidade de lançar os olhos, uma análise de custos financeiros, sociais, ambientais, políticos ou administrativos, conforme o caso, que ajudasse a esclarecer se aquela forma proposta, de fato, é a mais interessante para a solução de um determinado problema. No máximo temos acesso a custos orçamentários, que, às vezes, nos parece obra de pura ficção.

Também não acompanhamos se os resultados esperados de se aplicar determinada legislação foi alcançado ou não, depois de aprovarmos a lei.

Depois que votamos determinado texto, até parece que o problema deixa de ser nosso. Uma avaliação que contraste projeto com resultado real é um dos subsídios que nos faltam para o aperfeiçoamento da atividade de criação de leis.

Cabe ao Legislativo, como se sabe, o acompanhamento da execução não apenas no sentido punitivo, de encontrar deficiências no grupo que governa, mas no sentido de aprimoramento da legislação, do orçamento, das políticas públicas voltadas essencialmente ao bem-estar do cidadão. O cidadão é o que sente na pele o resultado da legislação confusa, do orçamento não executado, da deficiência de gestão.

Nas nossas audiências públicas, raramente é ouvido quem está na outra ponta da cadeia de comando ou de produção, quem está com o pé no barro, o mestre de obras. Quando há problemas na execução das obras do PAC, por exemplo, num primeiro momento convidamos o Ministro da área a apresentar suas explicações. E essa não é a melhor prática, pelo que me parece.

Com o viés executivo que tenho, acharia muito mais útil e esclarecedora uma entrevista com quem toca a obra, com quem está envolvido no dia a dia do empreendimento. Seria uma oportunidade ímpar para que nós pudéssemos ouvir e medir a qualidade do projeto recebido para executar conhecer a mecânica de controle da obra, o fluxo do recurso real e previsto e as condições de infraestrutura pública das quais depende.

É necessário um pouco de conhecimento e de informação vinda do chão de fábrica, como se diz – pé no barro –, para podermos buscar solução que não se choque com a realidade a ponto de levar uma lei a “não pegar”, como se diz no meio legislativo.

Tenho como princípio de trabalho ser propositivo. Acho positivas discussões quando trazem informações novas, necessárias à tomada de decisão. Compreendendo que o tempo do Legislativo é diferente do tempo do Executivo.

O tempo do Legislativo está ligado à oportunidade de manifestação de todos os interesses envolvidos na solução de um problema qualquer, buscando de preferência consenso ou solução desse compromisso.

Mas, Srª Presidente, isso não justifica o não decidir. O pior dos mundos é não decidir. Isso demonstra fraqueza, falta de confiança e inércia.

Todo dia temos notícia, por parte de colegas Senadores, de leis que estão aguardando em gavetas, às vezes aqui, às vezes na Câmara, por anos e anos a fio. Não estão no tempo do Legislativo, recebendo as suas contribuições.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, muito trabalho ainda tem de ser feito. Enfrentar o cipoal de leis contraditórias envolve priorizar esforços de sinalização das leis existentes preferencialmente na forma dos códigos básicos que guardam coerência interna mínima passando a evitar ao máximo as leis isoladas. Aperfeiçoar o nosso trabalho do ponto de vista de ganhar mais qualidade e aplicabilidade na lei implica uma atividade mais intensa no sentido do que poderíamos chamar de observatório de leis. De um lado observando o resultado prático do que produzimos, de outro prospectando temas que necessitam de intervenção legislativa, esse observatório tornaria o Legislativo mais proativo, desejo que compartilham os cidadãos e os próprios parlamentares.

Da mesma forma, percebo a necessidade de preparar nossa Casa, o Senado Federal, para fazer frente a seus desafios futuros.

Dessa forma, espero poder contribuir na discussão da reforma administrativa que se discute nesta Casa, emprestando um pouco de minha experiência gerencial não para mim, mas para as gerações futuras, nosso filhos e nossos netos.

Acredito ser possível estabelecer uma estrutura mais enxuta, priorizando a atividade legislativa, que é razão de ser nesta Casa, com os serviços de apoio essenciais.

Aumento da eficiência e redução de custos são a chave de qualquer instituição que se pretende ver respeitada pelo cidadão brasileiro.

Sra Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, terminei hoje o meu primeiro pronunciamento nesta Casa, dizendo que tenho esperança de ver transformadas em ações as minhas palavras, e isso só será possível com o somatório das nossas forças. Instrumentos não nos faltam e vontade, muito menos.

Pois não, Senador.

O Sr. Jorge Viana (Bloco/PT – AC) – Caro colega e ilustre Senador Blairo Maggi, eu queria, até por conta de todos os desafios que V. Ex^a já venceu na vida, aproveitar esta oportunidade e, como Senador da República, representante do Acre nesta Casa, dizer que já conhecia V. Ex^a de sua primeira passagem aqui, quando assumiu temporariamente o mandato de Senador. Depois, pude acompanhar, mesmo do Acre, os embates e os desafios que V. Ex^a enfrentou como Governador do Mato Grosso. V. Ex^a é uma pessoa que tem uma origem muito humilde no sul do País que foi ajudar a promover o desenvolvimento no Centro-Oeste e também tinha vencido – e chamava a atenção de todo o Brasil a sua história – desafios e se transformado num grande empreendedor, num grande empresário. O nome de V. Ex^a faz parte hoje do agronegócio do País, mas sei que talvez o maior desafio da vida de V. Ex^a foi ser Governador do Mato Grosso. Logo no começo, vi estampado nos jornais notícias que faziam confronto direto com a ação de V. Ex^a relativa ao meio ambiente. Eu, como Governador do Acre, engenheiro florestal que já havia trabalhado com a temática ambiental, pude ver que V. Ex^a deu um grande exemplo para o Brasil: alguém que, sendo um pioneiro e uma referência como produtor, como empresário, passou também a ser uma referência como Governador por tudo o que enfrentou, por tudo o que venceu e também pelas marcas que deixou no Governo de V. Ex^a, com o compromisso com as questões social e ambiental do Estado do Mato Grosso. Faço aqui um registro do quanto o meu ex-vice-Governador e nosso ex-Governador do Acre Binho Marques falava comigo do que ele via, do que ele acompanhava no Governo de V. Ex^a, na segunda metade do Governo de V. Ex^a no Mato Grosso. Para mim, é uma honra, uma alegria, uma satisfação poder estar sendo seu colega no Senado. Tenho certeza de que aprendi nas conversas em que estivemos trocando informações, mas sei que quem mais ganha é o Senado Federal com a chegada de um homem que traz essa experiência de vida. Mesmo tendo ainda muita vida pela frente, V. Ex^a traz uma soma de vitórias em sua vida e na de sua família, e talvez seja isso que fará com que esta legislatura possa ser diferente. A partir de agora, com a experiência de ex-Governadores, mas especialmente a sua, o Senado fica num contato mais direto com a realidade do povo brasileiro. Então

este aparte é apenas para parabenizá-lo e dizer que me sinto muito feliz e orgulhoso de ser seu colega aqui e de saber que a presença de V. Ex^a nesta Casa é a garantia de que o nosso povo, o nosso País, aqueles que querem produzir de forma sustentável no Brasil têm, no Senador Blairo Maggi, um defensor com a sua história de vida. Então, parabéns por esse pronunciamento. Eu gostaria só de cumprimentá-lo nesta tarde aqui no Senado Federal. Muito obrigado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Agradeço suas palavras, eminente Senador Jorge Viana. Nós fomos colegas quando Governadores por um período, e tive a oportunidade também de visitar o Acre e conhecer as políticas lá desenvolvidas. Aliás, quem conheceu o Acre nos últimos anos e conhece o Estado agora tem uma sensação bem diferente de como as coisas transcorreram no seu mandato e também no mandato do Binho, que foi meu grande companheiro, e agora no mandato de seu irmão, Tião Viana, que está no governo.

Para finalizar, Sra Presidente, eu estava dizendo que instrumentos não nos faltam e também não nos falta vontade de fazer mudanças necessárias para que o Brasil e a sociedade brasileira possam avançar.

Para mim, o grande primeiro teste que todos nós Senadores e Senadoras teremos neste semestre é exatamente a aprovação ou a mudança da política para o novo Código Florestal Brasileiro, que muitos podem pensar que se refere só a floresta. Não! Nós estamos falando de uma coisa que se refere a todos aqueles que vivem, moram, trabalham na floresta e dependem da agricultura e da pecuária brasileiras.

Como não conheço ninguém no mundo que consiga viver sem se alimentar e sem se vestir todos os dias – porque precisamos da agricultura, do agronegócio, da agricultura familiar –, vamos, portanto, debater nesta Casa o futuro deste País. Defendemos o futuro e aqueles que fizeram no passado também sua honra e seus objetivos. Jamais aceitarei, aqui ou em qualquer lugar, que alguém chame meu bisavô, meu avô, meu pai, que foram agricultores como eu, de caloteiros ou de alguém que não respeita o ambiente.

Muito obrigado, Sra Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Blairo Maggi. Se o senhor diz que chega aqui sem experiência parlamentar, ex-Governador por dois mandatos, imagine o que sobra para uma repórter apenas? Eu é que estou aprendendo aqui.

Eu queria dizer ao senhor que, como cidadã, antes de ter o mandato parlamentar, também tenho enorme preocupação com esse cipoal de leis, a cada dia gerando insegurança jurídica a toda atividade. Como

V. Ex^a bem frisou, o tempo do Executivo é diferente do tempo do Legislativo. Mas, hoje, lamentavelmente, parece que o tempo do Executivo está muito próximo do tempo do Legislativo.

Imagino o que espera nosso empreendedor em relação a esta condição difícil de empreender em nosso País. Parece até que a cultura do criar dificuldades para vender facilidades está se consolidando. Não é uma coisa boa para um País sério, como o nosso querer ser, jovem e com tantos desafios pela frente.

Obrigada, Senador Blairo Maggi. A questão do código é nacional, mais do que uma questão de ambientalistas e produtores. Obrigada, Senador

Com a palavra o Senador Wilson Santiago. (Pausa.)

Pela ordem de inscrição, Senador Aníbal Diniz

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente desta sessão, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, pessoas que nos acompanham aqui na galeria, sejam todos muito bem-vindos, sintam-se saudados, e todos que nos acompanham pela TV Senado e Rádio Senado, o que me traz à sessão de hoje é um assunto da máxima importância para a economia do Acre no atual momento. É algo que está acontecendo e causando uma grande preocupação a todo o setor produtivo, agropecuário e também a toda a rede de frigoríficos do Acre, que está bastante apreensiva com uma ação civil pública impetrada por uma ação conjunta do Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Ministério Público do Trabalho.

Essa ação civil pública traz uma preocupação muito grande pela desproporcionalidade da ação, ou seja, uma força excessiva para uma solução que pode acontecer de uma maneira negociada.

E, aliás, acontecer isso no Estado do Acre é algo que nos causa certa estranheza porque o Estado do Acre nos últimos doze anos tem trabalhado constantemente no sentido de construir um pacto social, um pacto social dos setores produtivos, dos setores ambientais, das comunidades indígenas, dos funcionários públicos, da sociedade civil urbana, das organizações da sociedade civil.

Esse grande pacto que tem sido construído ao longo desses doze anos permitiu ao Acre dar passos muito importante com o Governo de Jorge Viana, que hoje é Senador nesta Casa e está presente a esta sessão, seguido do Governador Binho Marques. Todos os passos foram dados no sentido de construir um grande pacto, primeiro com o zoneamento ecológico/ecnômico, um trabalho que foi essencial para definir as potencialidades de cada uma das regiões do Estado e também as peculiaridades, as deficiências. Dessa

forma, com o zoneamento, foram definidas quais áreas eram mais aptas para determinado cultivo, quais áreas eram mais aptas para um processo de industrialização e quais áreas eram mais apropriadas para a preservação ambiental, para as comunidades indígenas, para as reservas florestais e também as áreas mais propícias à pecuária.

Vale a pena reforçar neste momento, para que as pessoas se sintam minimamente situadas sobre o assunto de que estamos falando, que o Acre tem quase 88% da sua floresta ainda preservada. Nós temos 12% de áreas convertidas, e nesses 12% é que acontecem todas as atividades econômicas, inclusive a pecuária, inclusive a agricultura familiar, inclusive a agrofloresta, as atividades agroflorestais de cultivo de árvores e de plantas frutíferas. Então, nesses 12% do território do Acre é que acontecem todas as atividades econômicas.

E vejam só. Há algum tempo, principalmente depois de instituído o Decreto 6.514, esse decreto estabelece as multas e tipifica as multas para as agressões ambientais. E vejam só que muitas atividades, muitas áreas, muitas propriedades tiveram a sua conversão de floresta anterior a esse decreto.

E o que acontece? O Governo do Estado, sentindo a necessidade de proceder à recuperação de áreas previamente degradadas, criou uma série de políticas. Na medida em que essas medidas vão recebendo a adesão dos produtores, vamos conseguindo converter qualquer tipo de passivo ambiental em prática ambiental, de tal maneira que saímos sempre pelo positivo, e de tal maneira que não deixamos estagnar a economia.

E, agora, com essa ação civil pública, o que está acontecendo? Primeiro, se aplicou um índice absolutamente fora da realidade, que é o preço de R\$500,00 por quilo de carne produzida nas áreas tidas como embargadas.

Identificaram 1.291 áreas tidas como embargadas e entraram com uma ação civil pública contra todos os frigoríficos que compraram animais engordados nessas áreas.

Detalhe importante: não foram apenas tidos, para efeito dessa ação, os espaços embargados, mas a propriedade como um todo. Então, veja, se há uma propriedade de 500 hectares, mas 50 hectares estão embargados, isso atingiu a produção de toda a propriedade, de tal maneira que hoje se está falando de uma multa para todos os frigoríficos do Acre superior a R\$2 bilhões.

Isso é completamente impraticável. Então, qual é a nossa preocupação neste momento? Não estamos defendendo aqui a permissividade; não estamos de-

fendendo que práticas ilegais subsistam sem a devida fiscalização. O que estamos propondo é o caminho da conversação sempre, porque mesmo as pessoas que cultivam em áreas convertidas ilegalmente têm possibilidade de virem a se tornar legais, se elas aderirem aos programas todos do Governo – o Programa do Ativo Ambiental, o Programa, recentemente inaugurado pelo Governo, que é o Programa de Valorização das Práticas Sustentáveis, que tem uma preocupação toda especial no sentido de reconstituir as áreas degradadas.

Então, o que estamos querendo propor neste momento? Hoje mesmo vamos ter uma reunião com a Bancada Federal do Acre, que deve se desdobrar em outras reuniões ao longo dessa semana. Queremos fazer uma mediação, porque o Ministério Público pode, sim, construir um termo de ajustamento de conduta, e os produtores serem chamados, os frigoríficos serem chamados. Nós podemos contribuir no sentido de buscar uma mediação.

O que não podemos aceitar, assim de maneira pronta e acabada, é que simplesmente se estabeleçam multas para esses produtores. Por exemplo, um número que vale a pena ser refletido aqui: 85% da produção pecuária do Acre é de produtores com menos de cem cabeças, ou seja, é de pequenos. Não se toma uma atitude dessas sem atingir diretamente os pequenos produtores. Atinge no coração da economia dos pequenos produtores.

Há um discurso posto que diz que estão atacando os grandes, estão pegando os grandes proprietários. Mas da produção agropecuária do Acre, apenas 4% é acima de mil cabeças de gado, ou seja, quando se fala de uma multa, de uma penalidade dessas, está atingindo a grande massa de pequenos produtores.

Então, o caminho que queremos sugerir nesse momento, para deixar bem claro que não estamos aqui simplesmente nos somando com as pessoas que agredem o meio ambiente. Estamos buscando uma saída negociada, como foram todos os passos dados até aqui nos últimos doze anos. Nós buscamos saída negociada, e os resultados foram muito interessantes, porque o Acre se tornou um exemplo de produção sustentável, considerando e respeitando cada uma das vocações.

Então, a gente convive com o pecuarista, a gente convive com o agricultor familiar, a gente convive com o seringueiro e está buscando, sim, mecanismos de fortalecer uma economia cada vez mais sustentável e que se viabilize economicamente.

A nossa economia, do Acre... E a gente tem entendido que esse é o caminho de a gente se inserir no mundo, porque o Acre é um Estado muito pequeno, um Estado cuja contribuição no plano nacional é

muito pequena em termos numéricos. A gente tem defendido muito que a maior contribuição que o Acre pode dar no plano nacional é no sentido de apresentar um projeto que seja diferencial, que seja paradigmático, neste momento em que o Planeta clama tanto por sustentabilidade.

Então, se existe uma atitude mais rígida a tomar, o Acre não pode ser o primeiro alvo, porque o Acre está dando o seu exemplo de convivência de todos os setores da economia e de todas as culturas, com absoluto respeito às especificidades de cada uma das culturas e das comunidades, que são tantas. Imaginem que nós temos quatorze povos indígenas ainda no Acre, algumas comunidades isoladas de índios que não foram sequer contatadas. Então, a gente tem que levar em conta esses aspectos todos.

Uma rápida nota técnica, para deixar todos situados, diz que a ação civil pública do Ministério Federal, Ministério Público Estadual e Ministério Público do Trabalho se baseou na lista de 1.291 propriedades embargadas pelo Ibama, num total de 37.826 hectares. Grande parte das áreas embargadas é pequena, embora possa ocorrer em médias e grandes propriedades.

A informação da área total das propriedades está disponível no *site* do Ibama. Algumas áreas embargadas, inclusive, possuem dimensão abaixo de seis hectares, que é a área mínima de detecção pelo Prodes do Inpe.

O entendimento é de que o Ibama embargou apenas as áreas desmatadas ilegalmente e não toda a propriedade. O Ibama embargou apenas as áreas que foram convertidas ilegalmente, pelas quais as pessoas já estão respondendo.

Assim, o proprietário estaria impedido de utilizar a área ilegalmente desmatada para qualquer atividade produtiva agropecuária, além de ter de arcar com o pagamento da multa, assegurada a regeneração, a recuperação da área ilegalmente desmatada.

Dessa forma, a produção nas demais áreas da propriedade não estaria embargada e poderia ser comercializada normalmente. Ou seja, se tem uma área que está embargada dentro de uma propriedade, o proprietário tem de responder por aquela área especificamente e não por toda a propriedade.

Os proponentes da ação civil pública parecem não ter ciência de que grande parte das propriedades que desenvolvem atividade de pecuária e do rebanho bovino na Amazônia e no Acre é de pequenos empreendimentos familiares, que sobrevivem, basicamente, dessa produção, porque a criação de gado também no pequeno é uma forma de poupança. É a maneira que ele tem de ter assegurada a criação de um bezerro

para, a cada ano, fazer uma comercialização e poder fazer algum investimento em benefício da família.

Então, nesse sentido, está sendo proposta uma discussão que a gente vai ter de aprofundar com a bancada federal do Acre. Também já estamos informados de que o Governador Tião Viana, muito preocupado com essa situação, por estar diretamente interessado que esse problema se resolva, acionou diretamente o seu órgão da produção no Estado e o seu órgão destinado ao meio ambiente, à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e o Imac para tratarem diretamente desse problema.

Então, os órgãos ambientais do Estado já estão se dirigindo ao Ministério Público para mitigar essa situação, porque, das dezoito propriedades que estão sendo multadas diretamente, propostas pela ação, cinco delas já estão em avançado processo de negociação para assinar o Termo de Ajustamento de Conduta e para assumirem todas as responsabilidades no que diz respeito à conversão das áreas e à recuperação das áreas degradadas, ou seja, para prestar os serviços de mitigação dos danos ambientais causados. As outras também estão inteiramente dispostas a terem essa conversa no sentido de fazerem essa regularização.

Outro aspecto que vale a pena ressaltar é que o próprio Presidente da Federação da Agricultura do Estado, o Sr. Assuero Veronez, fez um artigo na imprensa acreana e reconheceu de público que não cabe esse tipo de procedimento no Acre principalmente porque o Governo do Acre tem adotado uma prática constante no sentido de fazer com que a economia se estabeleça, se fortaleça, mas com bases ambientais, porque a defesa do meio ambiente está no centro das preocupações do Governo do Acre, e não pode porque, com uma ação civil pública nesses termos, até parece que estamos falando de um Estado sem lei, onde as pessoas desrespeitam a lei, passam por cima da lei, sem que nenhuma autoridade tome nenhuma providência.

Pelo contrário, quem está dizendo isso é o próprio Presidente da Federação da Agricultura, reconhecendo que o Governo, que tudo que foi alcançado no Estado do Acre nos últimos doze anos é fruto da decisão do Governo do Acre, que é um estado vanguardista na preservação do meio ambiente, adotando clara postura política nesse sentido. Nesse objetivo, construiu-se a pactuação com os diversos segmentos sociais e econômicos no âmbito do Projeto do Zoneamento Ecológico-Econômico e outras leis como a da Valorização do Ativo Florestal e a do Sistema de Serviços Ambientais. Todas as ações foram desenvolvidas tendo como propulsor maior o Governo do Estado do Acre, que quer o desenvolvimento, o fortalecimento da economia, mas com preservação ambiental.

Ele conclui dizendo que, não obstante todo esse esforço, estamos assistindo, nos últimos dias, a uma ação do Ministério Público que, se vitoriosa, vai banir a atividade pecuária do Estado. Por quê? Porque já há frigoríficos que não estão mais se dispondo a fazer abates, porque, se forem abater para ser multados, preferem ficar paralisados. Na cidade de Cruzeiro do Sul, hoje, já temos notícia de que está faltando carne porque os únicos dois frigoríficos da cidade se negaram a abater porque estão com medo das multas.

Então, nesse sentido, o que a gente está propondo não é ensinar o Ministério Público a desenvolver suas ações, mas dizer que a sociedade do Acre tem maturidade suficiente para resolver os seus problemas com diálogo, com termos de ajustamento de conduta e até com punição, se for o caso, mas não punições que inviabilizem completamente a economia do Estado, uma economia que é fundamental, que gera empregos, que contribui imensamente para a alimentação de todos os acreanos e que também tem uma contribuição importante na balança de exportações do nosso Estado.

Era isto o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Espero que, nas reuniões que iremos fazer com a bancada federal, com as autoridades políticas do Estado e com o próprio Governador, encontremos um caminho para fazer essa mediação, respeitando o papel e as atribuições de cada um, do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual, do Ministério Público do Trabalho, mas procurando encontrar os termos adequados. Onde houver transgressão de uma lei, tem de haver, sim, uma ação firme, rígida, no sentido de as pessoas se adequarem à vocação desse Estado, que trabalha em absoluta sintonia com a política ambiental, com a preocupação com o meio ambiente.

Não podemos simplesmente assistir de camarote a uma situação como essa sem intervirmos para mostrar a nossa preocupação. Qualquer assunto que crie alguma dificuldade para a economia do Estado e para as pessoas que vivem dessa economia é algo que nos causa preocupação e chama a nossa responsabilidade no sentido de trazer a nossa solidariedade, a nossa preocupação e a nossa disposição de ajudar para que encontremos uma mediação possível para essa situação, para que a economia do Acre não venha a ser prejudicada.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Aníbal Diniz, quem acompanha V. Ex^a aqui no Senado sabe do seu compromisso com as questões ambientais do seu Estado, o Acre, e também da região amazônica. Portanto, V. Ex^a tem autoridade no que está falando.

As consequências, não só econômicas, mas também sociais, para o seu Estado diante desta ação podem ter um reflexo também prejudicial.

O senhor fala logo após o manifesto do Senador Blairo Maggi que praticamente é um fato concreto o que ele havia dito antes a respeito exatamente dessa situação às vezes de insegurança que o setor produtivo gera. Produzir com respeitabilidade respeitando o meio ambiente e a lei é muito importante. Agora, quanto à forma mais correta no caso que o senhor apresenta, de fato não há outra saída a não ser uma negociação e um pacto social, como o senhor muito bem lembrou. E isso vai contribuir para melhorar as próprias relações entre os poderes no nosso País.

Muito obrigada, Senador Aníbal Diniz.

Pela liderança do Partido dos Trabalhadores, usará neste momento a palavra o Senador Jorge Viana, também do Acre.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, o que me traz a esta tribuna nesta tarde-noite de hoje é o mesmo assunto abordado pelo ilustre Senador Aníbal Diniz, que diz respeito a uma ação civil pública movida conjuntamente pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público do Estado e pela Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Acre. O assunto é grave, daí a presença nesta tribuna do Senador Aníbal; e também me traz a esta tribuna a preocupação com o momento em que o Acre vive.

A Sr^a Presidente, que preside os trabalhos nesta Casa, sabe que, já há alguns anos, o Acre conseguiu sair de um mau exemplo para o Brasil para um exemplo positivo, quando resolveu sair da ilegalidade, quando resolveu enfrentar as suas dificuldades se somando – povo e instituições – e também buscando, aqui em Brasília, junto ao Governo Federal e às instituições públicas, parceria para trazer o Acre para legalidade.

É óbvio que o assunto é específico. Eu me refiro a essa ação civil pública impetrada pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público do Estado e pela própria Superintendência Regional do Trabalho no Acre.

Primeiro, eu queria fazer uma ressalva. O Acre só saiu da ilegalidade e só enfrentou suas dificuldades porque contou com a participação ativa e efetiva do Ministério Público Federal. Houve um envolvimento direto do Ministério Público do Estado, e, obviamente, a Superintendência Regional do Trabalho no Acre também sempre nos ajudou a resgatar o respeito para com o Acre e para com o seu povo.

Mas hoje eu tenho que registrar não a minha deceção, mas devo dizer a maneira como estamos

estranhando o posicionamento no mínimo infeliz do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Estado. A causa, a intenção, certamente os propósitos são nobres: ora, defender o Estado de direito! É isso que nós todos nesta Casa nos propomos a fazer. Aliás, estamos aqui legislando para que possa haver a segurança jurídica de que V. Ex^a, ainda há pouco, falava.

Mas é um assunto que mexe com a vida do povo acreano, das pessoas simples, do pequeno produtor, daquele que tem na sua criação a sua poupança para uma emergência no caso de saúde. São exatamente essas pessoas; não são – e não estou fazendo nenhum juízo – os grandes proprietários, os grandes criadores. O Senador Aníbal já falou ainda há pouco. Mais de 80% da atividade produtiva no Acre vem das pequenas propriedades; mais de 80% da criação de gado no Acre vem das pequenas propriedades. São pequenos produtores. A grande maioria deles se tornou produtor a partir de políticas públicas do Governo, estimulados, incentivados com crédito, com financiamento e com terra. Óbvio que isso tudo ocorreu num período em que nós não tínhamos, em nosso País, institucionalizada, como estamos buscando fazer hoje, a necessidade do desenvolvimento sustentável.

Falava-se que o Brasil tinha que viver o progresso. Então, nessa época, tinha-se um conceito equivocado sobre a Amazônia, achava-se que a Amazônia deveria ser ocupada e que a floresta era um problema. O Acre viveu essa fase, mas superou essa fase.

A partir dos anos 80, tivemos muitos conflitos, mortes, perdas, mas, depois, conseguimos superar com diálogo, com entendimento. E, nos últimos 12 anos, estamos construindo um Acre diferente, um Acre de acordo com a lei e com a ordem, no Estado de direito, e graças a essas instituições que agora tomam essa medida precipitada – para dizer o mínimo –, precipitada e no momento inadequado. O Senado está concluindo discussões. O Congresso votará, nas próximas semanas, uma atualização do Código Florestal. Não custava nada encontrar o caminho do diálogo, não custava nada buscar o recurso de estabelecer um entendimento, para que a situação do Acre pudesse tomar outro caminho. Mas não. Adotou-se uma medida extrema, uma medida que tenta trazer de novo o medo para o Acre, o medo e a insegurança que o Acre, há muitos anos, superou.

O Governador Tião Viana e os órgãos federais com sede no Acre estão agindo de maneira equilibrada. Não era necessária e não é necessária essa medida extrema da ação civil pública. Estou certo de que ela vai cair logo ali na frente na Justiça Federal. Estou seguro, mas a insegurança e o medo estão postos.

E venho protestar nesta tribuna, porque nós não merecemos, não temos o direito de impor o medo a pequenos produtores. Nós não temos como aceitar que instituições sérias como o Ministério Público Federal e o Estadual possam adotar medidas que se somam às daqueles do discurso fácil, que, em período de eleição, fazem este tipo de ameaça de tomar a propriedade das pessoas, de pôr a mão no bolso das pessoas.

De certa forma e de maneira torta, essa medida permite analogia: multa de R\$500,00 por quilo de carne apreendida; R\$2 bilhões de multa em 1.200 propriedades do Acre. Estamos falando de 1.200 propriedades. É um número elevado? É. Mas, na sua maioria, são pequenas propriedades que têm notificação do Ibama. Apenas porque se encontrou nessas propriedades algo que precisa de justificativa, imediatamente, em vez de se fazer a devida identificação e o embargo daquilo que está ilegal, como a lei prevê, fez-se o embargo de toda a propriedade e se estendeu isso. Escolheram 18 propriedades e, depois, estenderam para 1.200 propriedades essa insegurança, esse medo, esse terror, que o Acre não vai aceitar viver.

O Acre é um Estado que se encontrou, fez o zoneamento ecológico e econômico. O Acre avançou muito mais ainda quando nós conseguimos, já com o Governador Binho, além de concluir o zoneamento, trazer ao Estado a discussão sobre o passivo ambiental das propriedades, que contempla a regularização prevista no Código Florestal, a recomposição, a regeneração natural, a compensação de áreas de valor equivalente no mesmo bioma.

Tudo isso está ocorrendo no Acre. Está ajustado do ponto de vista legal. Daí eu reafirmar que não havia nenhuma necessidade dessa medida, muito menos de uma ação contra a não assinatura de um TAC – Termo de Ajuste de Conduta. Ora, os proprietários não necessitavam e o Acre não necessita de um TAC, porque é um dos poucos Estados do Brasil que já está fazendo tudo aquilo que poderia ser previsto no TAC. Então, não há razão, não há sentido em estarmos vivendo uma situação de insegurança como esta.

Queria concluir as minhas palavras pedindo à direção desta Casa que possamos todos nos manifestar aos responsáveis pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público do Estado do Acre e também pela Superintendência do Trabalho no Acre para que revejam sua posição.

Estou aqui pedindo que seja revista essa posição, porque o Acre é um Estado que está na legalidade, defende o meio ambiente. O que me trouxe a esta Casa, Srª Presidente, foi a defesa do meio ambiente. O que trouxe o Acre a ser uma referência para o Brasil foi ele fazer o seu dever de casa, fazer o seu zoneamento,

estabelecer um diálogo, cuidar das populações indígenas, cuidar dos seringueiros, respeitar os produtores e, mais, fazer uma opção pela economia florestal. Tudo isso está ocorrendo no Acre.

Então, não faz sentido, nesse estágio de desenvolvimento sustentável que o Acre está vivendo, termos de passar por uma situação dessa. Acho que o certo é que o Ministério Público Federal possa rever a sua posição, o Ministério Público do Estado também possa rever, assim como a Superintendência do Trabalho, e que, imediatamente, possamos ter uma ação positiva, pró-ativa, reunindo essas instituições, o Governo do Estado do Acre, Parlamentares e o setor produtivo para pôr em prática imediatamente.

Se o Ministério Público Federal e Estadual querem acelerar esse processo de legalização, que é justo, já que defendem os interesses da sociedade, que coloquemos para o Governo, para os produtores um prazo limite para que essa regularização possa acontecer, mesmo sem levar em conta a aprovação das mudanças e atualizações do Código Florestal.

Então, são essas as palavras que trago aqui, sendo solidário com o setor produtivo do Acre. Espero que, ainda esta semana, possamos encontrar o meio termo; que o Ministério Público Federal possa seguir um caminho que fez com que ele registrasse seu nome na história do Acre, que é nos ajudar a sair da ilegalidade, que é nos ajudar a promover o desenvolvimento, promover a justiça social e a defesa do meio ambiente, mas fazendo isso como sempre fizemos: com firmeza, mas com diálogo sempre, compartilhando com as instituições a busca da situação ótima.

O Brasil não pode ver uma situação dessas se repetindo em um Estado que é uma referência tão positiva do desenvolvimento sustentável. No Acre, o desmatamento está controlado e tem seus dias contados, graças a uma política implementada há 12 anos; no Acre, o setor produtivo é respeitado porque está fazendo uma opção pela sustentabilidade de suas atividades; no Acre, o meio ambiente é protegido porque passou a ser um conceito do nosso povo e das nossas instituições.

Penso que foi uma opção infeliz. Tomara que instituições tão importantes e tão sérias para o nosso País, para o Estado de direito, possam rever sua posição e, por meio do diálogo, a segurança jurídica possa voltar ao Estado do Acre, e ponhamos fim a esse ambiente de medo e de injustiça com o setor produtivo do nosso Estado.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Jorge Viana, pela manifestação.

Essa questão da segurança jurídica é o ponto-chave desse processo. Como disse bem V. Ex^a, a multa aplicada equivale praticamente à metade de um animal, porque R\$500,00 por quilo de carne é o preço de meio animal.

Então, de fato, a argumentação de V. Ex^a pelo diálogo, como fez o Senador Aníbal Diniz, é o melhor caminho, porque as instituições envolvidas nessa ação civil pública são instituições que devemos respeitar, desde que elas entendam a importância social desse processo em que envolveram um Estado tão importante quanto o Acre, comandado por um ex-senador da República, Tião Viana.

Muito obrigada, Senador Jorge Viana.

Como orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, é um prazer muito grande, neste final de sessão, poder aqui externar posições, nesse caso, na área da educação, para os que fazem esta Casa, para o povo brasileiro e, de modo especial, para o meu Piauí.

No fim do mês passado, a *Folha de S. Paulo* trouxe uma matéria mostrando a história da piauiense Ruth Cristina Trindade de Souza, 22 anos. Ela começou a trabalhar aos 10 anos, como doméstica, em troca de comida, roupa e estudo. Veio para Brasília com os pais em 2009, viu um cartaz na rua de curso de segurança de trabalho e se inscreveu. Diz ela: “Pensei que era para trabalhar armada”. E ela conta: “Só quando estava na aula é que entendi que era para tratar de todos os equipamentos de segurança usados numa obra. Resolvi ficar”. Conseguiu o estágio e logo foi contratada como técnica de segurança. Hoje, é uma das mulheres que controla os trabalhos dos homens numa obra nos arredores de Brasília. Ganha R\$1.600,00 e cursa a faculdade de engenharia.

Esse exemplo, Sr^a Presidente Senadora Ana Amélia, mostra a superação da pobreza com a ajuda da educação técnica. O mais grave problema do meu Estado, o Piauí, e do Brasil ainda é a educação; ou melhor, a falta dela. É não ter mão de obra com qualificação de curta, média e longa duração, com a qualidade adequada para os que precisam.

Devido à política de sucateamento da educação, de um lado, e à falta de crescimento econômico contínuo, de outro, que perdurou em nosso País durante alguns anos – e que, graças a Deus, estamos conseguindo mudar –, em muitos lugares já faltam profissionais para trabalhar na área de construção, enfermagem, soldagens, serviços como turismo, gastronomia, enfim, nos mais diversos setores.

Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria, divulgada recentemente, mostra que está faltando mão de obra qualificada em 69% das companhias brasileiras.

Sr^a Presidente, esse gargalo tem-se afunilado ano a ano, justamente em um período de forte crescimento econômico no País, em que é preciso elevar a produção e a eficiência nas empresas. Infelizmente, a desvalorização da educação técnica causou esse problema.

Até recentemente os institutos técnicos públicos brasileiros estavam praticamente proibidos de nova expansão, sem estrutura adequada para oferecer seus cursos. Destaco o esforço feito pelo ex-Presidente Lula lançando o ambicioso Plano de Valorização e Expansão do Ensino Técnico no Brasil e iniciando o resgate dessa área.

O Plano de Expansão do Governo Federal para o Ensino Técnico tem trazido crescimento e desenvolvimento da educação profissional como um todo. Foi assim que, como governador, ajudei na implantação de 28 escolas técnicas e apoiei as escolas famílias, tanto agrícolas como urbanas, com o nosso querido Padre Humberto, o Padre João de Deus e outros parceiros no meu Estado.

Dando prosseguimento a essa primeira etapa, em breve, teremos o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico, o Pronatec, que dará continuidade a esse resgate da educação técnica de qualidade. Esse foi um dos primeiros anúncios feitos pela Presidenta Dilma Rousseff para a educação em seu Governo. O Pronatec 2011 terá vinculação ao Fundo de Financiamento do Ensino Superior (Fies) e participação das entidades do Sistema S – Sesi, Sesc, Senai, Senac.

Ao lançar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico, a Presidenta Dilma estará resgatando um compromisso da campanha. Ela vai envolver os Ministérios da Educação, Fazenda e Trabalho, criando mecanismos para que os cursos técnicos possam ganhar autonomia em todo o território nacional, atendendo a crescente demanda que o mercado de trabalho tem de mão de obra qualificada.

O Brasil deseja, ao mesmo tempo, do Governo da Presidente Dilma, integrado com os Estados, Municípios e o setor privado, continuar fazendo a expansão do ensino superior e pós-graduação, a expansão do ensino médio profissionalizante e, agora, a nova rede para profissionalização de curta duração, o Pronatec.

O Pronatec pretende capacitar 3,5 milhões de trabalhadores até 2014. O público-alvo inclui alunos do ensino médio, trabalhadores que recorrem com frequência ao seguro-desemprego e beneficiários do

programa Bolsa Família. É importante destacar que o Pronatec vai priorizar os setores nos quais a carência de mão de obra qualificada e capacitada é maior, com ênfase para a construção civil, tecnologia da informação e serviços, sobretudo nas áreas de hotelaria e gastronomia, e também nas obras do PAC. Também teremos cursos de curta duração para qualificar pessoas para ofícios como os de pedreiro, carpinteiro e eletricista.

A Presidente Dilma deve apresentar projeto de lei que trata do programa e, esperamos, ainda no mês de maio. Nós Parlamentares teremos a missão de debater e aprovar esse programa com a maior urgência possível, para que possam ser criados mecanismos capazes de qualificar quem está fora do mercado de trabalho.

No meu Estado, Sr^a Presidente, temos um Instituto Federal de Ensino com onze *campi*: Teresina Central, Teresina Zona Sul, Angical, Corrente, Paulistana, Piripiri, Uruçuí, São Raimundo Nonato, Floriano, Parnaíba e Picos.

No último dia 15 de abril, participei com o reitor do Instituto Federal do Piauí, Francisco das Chagas Santana, e o Governador do Estado. Ele assinou a ordem de serviço para a construção do *campus* da instituição em Oeiras, minha cidade natal. Hoje, em Pedro II, da mesma forma. E, no início de maio, serão assinadas as ordens de serviço para os *campi* de São João do Piauí e Esperantina. Ou seja, em breve, teremos quinze *campi*.

O Instituto Federal, espalhado pelo Estado do Piauí, tem conseguido levar o ensino técnico superior a um número cada vez maior de jovens na capital e em cidades longínquas. Da última vez que estivemos no Ministério da Educação, neste mês de abril, eu e o reitor Francisco das Chagas Santana recebemos a garantia de verbas para novos *campi* em quantidade indeterminada, o que vai viabilizar inicialmente a expansão de três novos *campi* no nosso Estado. Mas o nosso pleito é para mais quinze *campi*.

Os atuais onze *campi* atendem atualmente cerca de 10 mil e 500 alunos em 90 cursos, entre superior e técnico, como bacharelado, licenciatura, educação a distância e pós-graduação.

No caso dos cursos técnicos, existem três modalidades: integrado ao ensino médio; concomitante, para quem cursa o ensino médio em outra instituição, e subsequente, para quem já concluiu o ensino médio. Ou seja, a meta é que alguém que faz ensino médio possa ter, ao final, uma profissão e condições de prosseguir os estudos com a aprovação em vestibular.

O Instituto Federal do Piauí tem criado novos cursos de acordo com as necessidades de cada região do Piauí. Fizemos ali um planejamento para o desen-

volvimento em onze territórios, o que permite delinear quais cursos são demandados naquelas regiões. Em princípio, o objetivo maior é melhorar a qualidade dos que já são ofertados. Para isso, a instituição vem investindo na qualificação dos docentes e na aquisição dos equipamentos para os laboratórios, entre outras ações.

Tendo em vista a necessidade do mercado, foram criados este ano dois novos cursos superiores: o de Gastronomia, especialmente em Teresina – e agora esperamos seja implantado também em Campo Maior –, e o de Gestão Ambiental, na região de Corrente, na região Sul do Piauí, onde temos o Parque Nacional das Nascentes, e ali no Sul, onde estão o Parque da Serra da Capivara e o Parque da Serra das Confusões.

Sr^a Presidente, nem podemos mensurar a importância do Instituto Federal para o desenvolvimento do Piauí. Se fizermos uma relação com o *slogan* do Governo Federal “País rico é País sem pobreza”, podemos destacar a educação como forma de contemplar a essência dessa frase. Priorizando a educação como forma de crescimento profissional, com certeza, a situação econômica, social e cultural do nosso povo melhora.

Nessa perspectiva, todos saem ganhando. E o Instituto Federal entra nesse cenário como força motriz para dar impulso a esse sonho, em parceria, é claro, com a universidade federal, com a universidade estadual, com as faculdades e também com as escolas técnicas do nosso Estado.

Com 224 Municípios para atender as demandas, são necessários mais quinze *campi*, número ideal para completarmos todas as regiões de desenvolvimento com qualificação técnica superior, e, eu espero, também com o Pronatec. Com mais essas unidades, conseguiremos que os jovens e adultos do interior do nosso Estado tenham acesso garantido a uma educação de melhor qualidade.

A maioria dos alunos do Instituto Federal do Piauí consegue colocação no mercado de trabalho logo após a conclusão do curso, o que confirma a tese de que o Brasil precisa, e muito, de profissionais de nível técnico.

Sempre questionei o fato de que no Brasil tínhamos mais vagas de ensino superior do que de ensino profissionalizante, uma linha completamente inadequada. É verdade que quem faz ensino técnico pode perfeitamente, em seguida, fazer ensino superior.

Pois bem, para que isso continue acontecendo, o Sistema de Integração Empresa Escola do Instituto Federal do Piauí faz o contato entre empresas locais e seus alunos para a realização de estágios, dando

ao estudante a oportunidade de se familiarizar com o mercado e conquistar espaço por seu desempenho.

Muitas empresas procuram o Instituto Federal em busca de profissionais, alunos já formados ou em período de estágio, que, com isso, garantem a condição da experiência prática necessária para o ingresso no mercado de trabalho. Acreditamos que isso é resultado do trabalho que a instituição vem desempenhando na educação profissional e tecnológica.

Em 2009, o curso de Tecnologia de Alimentos do campus Teresina Central foi eleito o melhor do País, entre as escolas públicas. Já em 2010, outro curso que recebeu reconhecimento foi o de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, que conquistou nota 5 no ENADE – Exame Nacional de Desempenho do Estudante, realizado em 2009. Essa nota deu ao curso a classificação de melhor do País entre as instituições públicas de ensino.

A quantidade de inscritos no SISU que escolheram o Instituto Federal do Piauí também demonstra a importância da instituição. SISU é o sistema de classificação, de seleção para as vagas existentes em cada ano. Foram inscritos 22.907 para um total de 1.070 vagas, número que coloca o Instituto Federal como o sétimo Instituto Federal mais procurado pelos participantes do SISU.

Vejam, isso demonstra a necessidade de abertura de novas escolas, como acabo de explicar aqui e expliquei ao Ministro Fernando Haddad, também ao Secretário Henrique Paim e a toda a equipe da Secretaria Nacional de Ensino Profissionalizante.

O Instituto Federal obteve ainda nota 3 no Índice Geral de Curso – IGC, divulgado em janeiro pelo Ministério da Educação. Esse resultado coloca o Instituto Federal do Piauí, entre as instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, como o quarto colocado do Nordeste e o 17º do Brasil.

Como ex-aluno da Escola Técnica Federal do Piauí, onde me formei como técnico em contabilidade – a partir daí, consegui o meu primeiro emprego, ainda com o estagiário, com 14 anos, no Banco do Nordeste. Logo em seguida, fui trabalhar em uma rádio, veja só a senhora, que é da área de comunicação: entrei ali como chefe do setor de pessoal na área de contabilidade. Em seguida, transformei-me naquilo que chamávamos à época de “cuspidor de microfone”, que eram os radialistas que não tinham formação adequada. Bastava ter a inscrição na Delegacia do Trabalho para poder ter uma carteira e trabalhar na radiodifusora.

Foi uma experiência formidável, devo dizer-lhe. Tenho muita honra! Nós desenhamos um programa de rádio que ganhou um prêmio, como novidade no

Brasil, “A Literatura é Viva”, um programa em que o cidadão, em vez de pedir músicas, pedia poesia. Havia ali uma equipe que recitava. As pessoas enviam poemas, poemas belíssimos – alguns não podíamos ler porque eram eróticos demais! –, que eram colocados em pleno ar.

Então, como ex-aluno da antiga Escola Técnica Federal e do Instituto Federal, quero aqui parabenizar alguém que foi meu professor – o Prof. Santana, que hoje é reitor –, todos os professores, alunos e alunas, porque sei que estão trabalhando e se dedicando para que o Brasil possa melhorar ainda mais a nossa educação e o nosso futuro e, de um modo especial, o Estado do Piauí.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Wellington Dias.

Bom, em primeiro lugar, parabéns pelo seu dia. Hoje é o Dia do Contabilista. V. Ex^a, que começou como contabilista e chegou ao Governo do seu Estado. E, de fato, esse tema do ensino profissionalizante para o Brasil é uma prioridade urgente e inadiável. Quando fiz uso da tribuna hoje, falei da importância disso para uma área que, para o seu Estado, como para todo o Nordeste e para todo o Brasil, é fundamental, que é o turismo, a chamada indústria sem chaminé. Há uma demanda na agenda legislativa do setor de turismo exatamente na área de qualificação de mão de obra. Então, V. Ex^a foi duplamente feliz.

Parabéns pelo pronunciamento, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me, só para dizer que essa experiência ou esse modelo chamado ensino da alternância tem algo fantástico no nosso Estado.

O Padre Humberto é um italiano que entrou no Brasil vindo pelo Espírito Santo e, por um problema de saúde, foi parar em Teresina. Ele trouxe uma modelagem da Itália, que é o modelo da alternância, que foi implantado por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Praticamente as comunidades rurais foram dizimadas, a população ficou envelhecida e não tinham como segurar a população da Itália na zona rural. E eles criaram essa modelagem. E, em Teresina, e hoje já são 28 escolas técnicas em todo o Estado, em que o aluno – e uma delas é nessa área do turismo – aprende praticando. Ou seja, durante o curso, ele tem uma noção da área do turismo. Num curso técnico em turismo, ele faz uma escolha por uma área, como, por exemplo, a área relacionada à gastronomia ou à gerência de hotel, e, durante o curso, ele pratica aquilo numa rede credenciada de hotéis e de restaurantes. Enfim, quando ele sai, ele não é apenas um formado

teórico ou em laboratórios artificiais, ele é formado num laboratório real.

Então, queria parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento e destacar a importância disso para o Brasil. No plano que vamos votar agora de desenvolvimento da educação, devemos colocar o modelo da alternância como uma alternativa importante a ser abraçada também pelas escolas do Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Wellington, que preside a subcomissão temporária que está examinando a questão da *crack*, da qual tenho a honra de participar. O ensino profissionalizante também é o caminho para preencher o tempo desses jovens, que, às vezes, com a falta de uma vocação ou de uma oportunidade, acabam desviando sua vida para um descaminho. Obrigado, Senador, mais uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs.

Congressistas que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 11 de maio do corrente, quarta-feira, às doze horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos presidenciais.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs. Congressistas que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 3 de maio do corrente, terça-feira, às dezenove horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do projeto de resolução do Congresso Nacional, que “Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências”.

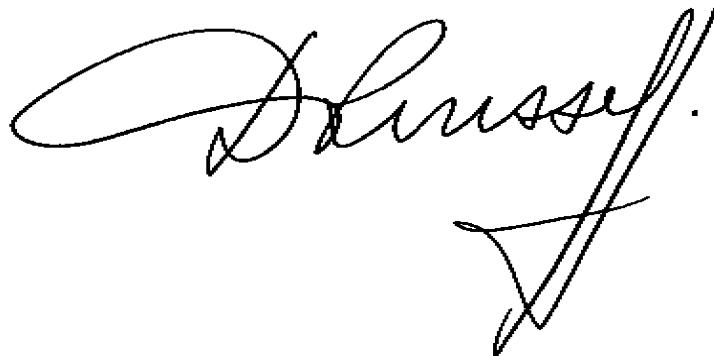
A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – A Presidência recebeu, da Senhora Presidente da República, as seguintes Mensagens:

MENSAGEM Nº 62, DE 2011 (nº 99/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do parágrafo único do art. 104 da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Doutor RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Nilson Vital Naves.

Brasília, 18 de abril de 2011.



CURRICULUM VITAE

1. DADOS PESSOAIS

- 1.1 Nome:** Ricardo Villas Bôas Cueva
- 1.2 Data de Nascimento:** 28 de maio de 1962
- 1.3 Filiação:** Jayme José Martos Cueva e Maria Helena Villas Bôas Cueva
- 1.4 Estado Civil:** casado
- 1.5 R.G.:** 11.220.746/SSP-SP
- 1.6 CPF:** 088.240.318-46
- 1.7 Inscrições na OAB:** 77.664-SP e 30.159-DF
- 1.8 E-mail:** rcueva@uol.com.br
- 1.9 Telefones:** Celular: (61) 9124-0042
Residencial: (61) 3447-1817
Escritório: (61) 3045-4342
- 1.10 Endereço residencial:** SQN 314, bloco H, Ap. 601, CEP 70.767-080, Brasília-DF
- 1.11 Escritório:** SCN, Quadra 2, Bloco D, Ed. Liberty Mall, Torre A, salas 415/419, CEP 70.712-903, Brasília-DF

2. EDUCAÇÃO

2.1 Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

- 2.1.1 **Grau:** Bacharel em Direito
- 2.1.2 **Duração:** 1980-1985
- 2.1.3 **Área de especialização:** Direito Empresarial

2.2 Harvard Law School, Cambridge, Massachusetts, USA

- 2.2.1 **Titulos:** Master of Laws (LL.M.) e International Tax Program
- 2.2.2 **Duração:** 1989-1990
- 2.2.3 **Área de especialização:** Direito Tributário
- 2.2.4 **Tese:** "Environmental Taxation: a Review of the Experience with Economic Incentives for Environmental Protection".
- 2.2.5 **Outros:** Bolsista da CAPES. Recebeu „Oliver Oldman Award“ pela tese.

2.3 Johann Wolfgang Goethe Universität, Frankfurt am Main, Alemanha

- 2.3.1 **Título:** Doutor em Direito
- 2.3.2 **Duração:** 1994-1998
- 2.3.3 **Área de especialização:** Direito Tributário Ambiental
- 2.3.4 **Tese:** „Wirtschaftliche Anreize für den Umweltschutz: eine vergleichende Untersuchung vom System und Recht der Wasserbewirtschaftung in Deutschland und Brasilien.“ (Incentivos econômicos para a proteção ambiental: um estudo jurídico comparativo dos sistemas de gerenciamento de recursos hídricos na Alemanha e no Brasil).
- 2.3.5 **Outros:** Bolsista do DAAD (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico)

3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

3.1 Procuradoria do Estado de São Paulo, São Paulo

- 3.1.1 **Cargo:** Procurador do Estado (concursado)
- 3.1.2 **Período:** 1985-1987
- 3.1.3 **Atuação:** Atuou na Procuradoria Judicial, representando o Estado em ações de responsabilidade civil

3.2 Advocacia Aldo Raia, São Paulo

- 3.2.1 **Função:** Advogado
- 3.2.2 **Período:** 1987-1988
- 3.2.3 **Principais atividades:** consultoria em direito empresarial, elaboração e negociação de contratos de financiamento e de investimento estrangeiro.

3.3 Procuradoria da Fazenda Nacional, São Paulo

- 3.3.1 **Cargo:** Procurador da Fazenda Nacional (concursado)
- 3.3.2 **Período:** 1987-1991
- 3.3.3 **Principais atividades:** elaboração de pareceres em matéria tributária; representação judicial da União em matéria tributária

- 3.4 Procuradoria Regional da Fazenda Nacional, Brasília**
- 3.4.1 **Cargo em comissão:** Procurador-Regional da Fazenda Nacional na 1ª Região
- 3.4.2 **Período:** 1991-1994
- 3.4.3 **Principais atividades:** supervisão da representação judicial da União em matéria tributária nos treze Estados sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; representação judicial da União junto ao TRF da 1ª Região; coordenação da participação do Tesouro Nacional em empresas do setor público; consultoria em tema de reforma constitucional, reforma tributária, privatização e acordos da dívida externa; substituição, em suas ausências, do Procurador-Geral da Fazenda Nacional.
- 3.5 Procuradoria da Fazenda Nacional, São Paulo**
- 3.5.1 **Cargo:** Procurador da Fazenda Nacional
- 3.5.2 **Período:** 1998-2004
- 3.5.3 **Principais atividades:** descritas em 3.3.3 e, a partir de julho de 2001, representou a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional como "custos legis" junto ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.
- 3.6 Ibmec Educacional S/A, São Paulo**
- 3.6.1 **Cargo:** Professor
- 3.6.2 **Período:** 2002-2004
- 3.6.3 **Principais atividades:** ministrou curso de Direito Empresarial para alunos de graduação em Administração de Empresas e sobre o tema "Tributação nos Mercados Financeiro e de Capitais" no curso de pós-graduação em Direito (LL.M.) promovido pela instituição (IbmecLaw)
- 3.7 Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE**
- 3.7.1 **Cargos:** Conselheiro; Presidente-substituto, nas ausências e impedimentos da Presidente, desde outubro de 2005.
- 3.7.2 **Mandato de dois anos iniciado em julho de 2004. Reconduzido para novo mandato, iniciado em agosto de 2006 e concluído em agosto de 2008.**
- 3.8 Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD)**
- 3.8.1 **Cargo:** Vice-Presidente, de outubro de 2005 a agosto de 2008.
- 3.9 Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Brasília**
- 3.9.1 **Cargo:** Procurador da Fazenda Nacional
- 3.9.2 **Período:** desde agosto de 2008
- 3.9.3 **Principais atividades:** Assessoria do Procurador- Geral
- 3.9.4 **Em licença para trato de assuntos particulares desde 1/4/2009**
- 3.10 Rodrigues Alves & Villas Bôas Cueva Advogados**
- 3.10.1 **Sócio**
- 3.10.2 **Período:** desde julho de 2009
- 3.10.3 **Principais atividades:** consultoria e assessoramento jurídicos

4. PUBLICAÇÕES

- 4.1 *Wirtschaftliche Anreize für den Umweltschutz: eine vergleichende Untersuchung vom System und Recht der Wasserbewirtschaftung in Deutschland und Brasilien*, ed. Peter Lang, Frankfurt, 2001.
- 4.2 "Aplicação do direito administrativo sancionador nos julgados do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional" in *Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais*, vol. 30, ed. Revista dos Tribunais, São Paulo, 2006.
- 4.3 "Termo de compromisso no processo administrativo sancionador do Banco Central: possibilidades e limites", in Fábio Medina Osório (coordenador), *Direito Sancionador: Sistema Financeiro Nacional*, Belo Horizonte, Fórum, 2007.
- 4.4 "Concorrência e sistema financeiro: a construção de um modelo de política de defesa da concorrência no setor bancário brasileiro", com Luiz Carlos Delorme Prado, in Daniel Goldberg (organizador), *Sistema Financeiro: o Desafio da Concorrência*, São Paulo, ed. Singular, 2008.
- 4.5 "Cooperativas médicas e concorrência na jurisprudência do CADE", in Guilherme Krueger (coordenador), *Cooperativas na ordem constitucional: cooperativas, concorrência e consumidor*, tomo II, Belo Horizonte, Mandamentos, 2008.
- 4.6 "A proteção da propriedade intelectual e a defesa da concorrência nas decisões do CADE", in *Revista do IBRAC* (Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional), vol. 16, número 1, São Paulo, 2009.
- 4.7 "Objetivos do direito da concorrência no Brasil" in Marcelo Neves (coordenador), *Transnacionalidade do Direito: novas perspectivas dos conflitos entre ordens jurídicas*, São Paulo, ed. Quartier Latin, 2010.

Brasília, 20 de abril de 2011



Aviso nº 159 - C. Civil.

Em 18 de abril de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.
Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Doutor RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Nilson Vital Naves.

Atenciosamente,



ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

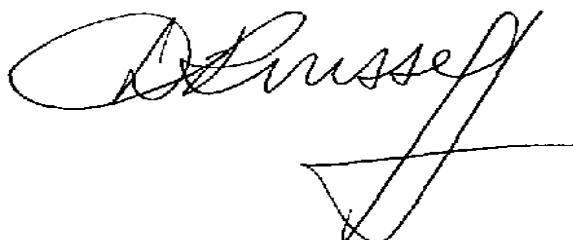
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

**MENSAGEM
Nº 63, DE 2011
(nº 100/2011, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do parágrafo único do art. 104 da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor ANTONIO CARLOS FERREIRA para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Antônio de Pádua Ribeiro.

Brasília, 18 de abril de 2011.



CURRICULUM VITAE

Dados Pessoais

*Nome: Antonio Carlos Ferreira
Pai/ma: Waldemar Ferreira e Therezinha de Jesus Ferreira
Data de nascimento: 10 de março de 1957
Naturalidade: São Paulo - SP
CPF: 945.096.708-34
OAB/SP: 69.878 (inscrito em 21/07/1983)
OAB/DF: 21.579 (inscrição suplementar desde 16/05/2005)
Telefones: (61) 3206.8727 e (61) 9972.6472
E-mail: a.c.ferreira@uol.com.br*

Formação Acadêmica

*Mestrando em Direito e Políticas Públicas pelo CEUB - Centro Universitário de Brasília.
Bacharel em Direito pela FMU - Faculdades Metropolitanas Unidas (formado em 1981).*

Atividades Profissionais

*Advogado de carreira da Caixa Econômica Federal há mais de 25 anos, tendo ingressado na Instituição em maio de 1979 por meio de concurso público.
Diretor Jurídico da Caixa Econômica Federal (25 de fevereiro de 2003 a 10 de agosto de 2010, sendo exonerado a pedido).*

Presidente do Conselho da Escola de Advocacia da Universidade CAIXA
(desde sua criação, em fevereiro de 2008, até 10 de agosto de 2010).

Membro suplente do Conselho Deliberativo da FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais
(desde 2005).

Advogado - Gerente do Jurídico Regional do Estado de São Paulo, Caixa Econômica Federal
(maio de 2000 a fevereiro de 2003).

Gerente Executivo Operacional, Caixa Econômica Federal/Matriz
(janeiro de 1997 a maio de 2000).

Advogado-Chefe do Jurídico Regional de Campinas, na jurisdição da antiga Superintendência Regional de Campinas, Caixa Econômica Federal
(maio de 1994 a março de 1997).

Liquidante da EN-HAP - Escola Nacional de Habitação e Poupança, entidade mantida pelo extinto BNH - Banco Nacional de Habitação e agentes financeiros integrantes da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - ABECIP
(em 1994).

Advogado e Assistente na Gerência Operacional de Fundos e Seguros, Caixa Econômica Federal, onde prestou assessoramento jurídico e administrativo
(abril de 1992 a maio de 1994).

Chefe da Divisão de Legislação Aplicada do então Serviço do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda
(de 1991 a 1992, tendo em todo o período respondido pela Delegacia do Patrimônio da União em São Paulo).

Advogado e Assistente-Chefe no Gabinete da Superintendência Regional de Campinas, Caixa Econômica Federal
(setembro de 1989 a agosto de 1990).

Advogado e Assistente-Chefe na Gerência Geral da Filial de São Paulo, Caixa Econômica Federal
(janeiro de 1987 a agosto de 1989).

Advogado na Gerência Geral da Filial São Paulo e Assistente na Gerência de Administração e Recursos Humanos, Caixa Econômica Federal
(fevereiro de 1982 a dezembro de 1986).

Recentes participações em Cursos, Seminários e Congressos

Coordenador da oficina Financiamento bancário e as garantias do crédito, no II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas do Estado.

Local: Brasília/DF

Data: 07 de julho de 2010

Participante do Seminário Econômico do Brasil.

Local: Hamamatsu - Japão

Data: 03 de junho de 2010

Integrante de missão oficial no Japão.

Local: Tokio, Kyoto e Hamamatsu, no Japão

Data: 30 de maio a 06 de junho de 2010

Debatedor no painel Prestação Jurisdicional e Resolução de Lide pela Via da Conciliação, no VII Encontro de Juízes Federais da 5ª Região.

Local: Recife/PE

Data: 20 de novembro de 2009

Participante do V Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais - FONAJEF.

Local: Porto Alegre/RS

Data: 25 a 27 de agosto de 2008

Presidente do painel Termo de Ajustamento e Ação Civil Pública, no Congresso Brasileiro de Direito Ambiental promovido pelo Instituto O Direito por um Planeta Verde.

Local: São Paulo/SP

Data: 05 de junho de 2008

Integrante de missão oficial na Argentina.

Local: Buenos Aires - Argentina

Data: 15 a 17 de maio de 2008

Palestrante sobre o tema A Visão da Caixa Econômica Federal acerca do Processo Eletrônico, no Seminário Brasileiro sobre o Processo Eletrônico: O Futuro do Processo Judicial, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Advocacia-Geral da União (AGU).

Local: Brasília/DF

Data: 05 a 07 de dezembro de 2007

Debatedor no painel A Racionalização das Atividades Jurídicas das Entidades da Administração Indireta, no Seminário Brasileiro sobre Advocacia Pública Federal: O Futuro da Advocacia-Geral da União.

Local: Brasília/DF

Data: 16 de Agosto de 2007

Participante do 2º Painel Jurídico de Direito Comparado no Encontro de Juristas Brasileiros e Japoneses.

Local: Hamamatsu - Japão

Data: 20 a 28 de setembro de 2006

Participante do Encontro sobre Audiência de Conciliação em Processos do SFH, realizado pela Escola da Magistratura Federal da Primeira Região - ESMAF.

Local: Brasília/DF

Data: 21 e 22 de agosto de 2006

Palestrante sobre o tema O advogado de empresa pública e sociedade de economia mista, no painel Atualidades na Profissão de Advogado, no evento promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/DF, em comemoração ao mês do advogado.

Local: Brasília/DF

Data: 02 de agosto de 2006

Palestrante do 1º Encontro Nacional de Advogados Trabalhistas da Caixa Econômica Federal.

Local: Brasília/DF

Data: 04 de novembro de 2005

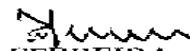
Participou ainda de diversos eventos promovidos pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Associação Nacional dos Advogados da Caixa Econômica Federal - ADVOCEF, Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR, Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE, Associação dos Juízes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul - AJUFESP, Advocacia-Geral da União - AGU, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, dentre outros.

Processo Seletivo para preenchimento das vagas de Ministro destinadas à advocacia no STJ

Em 12 de setembro de 2010 foi selecionado pelo Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, após sessão pública e sabatina, para integrar a lista sétupla encaminhada ao Superior Tribunal de Justiça para preenchimento da vaga de Ministro daquela Corte destinada à advocacia pelo chamado Quinto Constitucional, decorrente da aposentadoria do Ministro Antônio de Pádua Ribeiro.

Em 07 de fevereiro de 2011 foi escolhido pelo Pleno do Superior Tribunal de Justiça para integrar a lista tríplice encaminhada à apreciação da Excelentíssima Senhora Presidenta da República destinada ao preenchimento da vaga de Ministro daquele Tribunal. Foi o candidato mais votado, recebendo 28 votos dos 29 Ministros votantes.

Em 18/04/2011, por meio da Mensagem nº 100 (D.O.U de 19/04/2011) da Excelentíssima Senhora Presidenta da República, foi indicado ao Senado Federal, para os fins do parágrafo único do artigo 104 da Constituição Federal, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Advogado.


ANTONIO CARLOS FERREIRA
Abril de 2011

Aviso nº 160 - C. Civil.

Em 18 de abril de 2011.

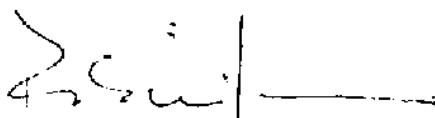
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO CARLOS FERREIRA para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Antônio de Pádua Ribeiro.

Atenciosamente,



ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

MENSAGEM

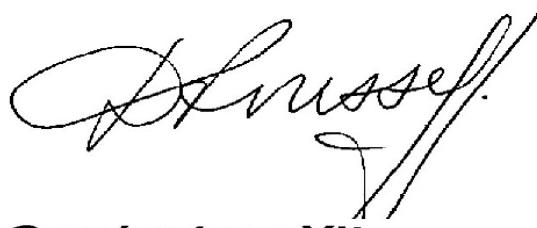
Nº 64, DE 2011

(nº 101/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do parágrafo único do art. 104 da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Doutor SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Humberto Gomes de Barros.

Brasília, 18 de abril de 2011.



Curriculum Vitae

Sebastião Alves dos Reis Júnior

a) **Dados pessoais**

Nome - Sebastião Alves dos Reis Júnior

Nacionalidade - Brasileira (Belo Horizonte, Minas Gerais)

Data de Nascimento - 04.01.65

Estado Civil – Casado

**Endereço – SHIS QI 15, chácara 65, casa 'A',
Lago Sul, Brasília, DF CEP 71600.810.**

Filiação - Sebastião Alves dos Reis e Lúcia Leite dos Reis

CI 6808, OAB-DF - 05.09.86

CPF 291.435.431-20

Email sebastião@tr.adv.br

Tels. 061.3039.9300/8117.7961

b) Dados profissionais

- Bacharel em direito - UnB 1986
- **Escritório de Advocacia José Luiz Clerot** - 1984/1986
- **Escritório de Advocacia Reis & Coutinho Advogados Associados S/C** - 1986/1997
- **Escritório Trindade e Reis Consultores e Advogados**, no período de 1997-2004 e a partir de 2.007, onde representou e/ou representa, entre outros:
 - Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN
 - Bayer do Brasil S/A
 - Companhia Siderúrgica Belgo Mineira
 - Casas Sendas S/A
 - Empresa Brasileira de Transportes Urbanos - EBTU
 - Brascan Imobiliária S/A
 - Banco Interunion S/A
 - Gafisa Imobiliária S/A
 - Bertrand Faure Assentos Automotivos
 - Confederação Nacional do Comércio - CNC
 - Fundação Eletronorte de Previdência e Assistência Social - Previnorte
 - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER
 - MontrealBank S/A
 - COSERN – Companhia Energética do Rio Grande do Norte
 - LIGHT Serviços de Eletricidade S.A

- JB Comercial S.A
- Editora JB S.A
- Associação dos Magistrados Brasileiros- AMB
- Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro-AMAERJ
- EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A – EMBRATEL
- Eletrobrás Participações S.A - ELETROPAR
- ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A
- EDIOURO PUBLICAÇÕES S/A
- PETROBRAS QUÍMICA S/A – PETROQUISA
- SPRINGER CARRIER S.A
- SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO
- **Advogado da Companhia Nacional de Saúde Mental** - Ministério da Saúde - 1986/1988
- **Advogado das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRO NORTE** no período de 1987 a 2001, sendo que no período de agosto de 1987 a junho de 1989 na condição de prestador de serviços, tendo ocupado a gerência da Divisão de Contencioso do Departamento Jurídico de dezembro de 1991 a janeiro de 1996
- **Membro do Conselho de Administração da Fundação Eletronorte de Previdência Social - PREVINORTE** -1996/2000
- **Coordenador-Geral da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da Republica – SECOM** - 1998/1999

- **Chefe da Assessoria Jurídica da Empresa Brasileira de Comunicações – RÁDIOBRAS** – 12/1998 a 03/2003
- **Assessor especial** no Ministério da Integração Nacional no período de maio a outubro de 2007
- **Consultor Jurídico** do Ministério da Integração Nacional no período de 03/2003 a 05/2007 e a partir de 11/2009 até 06/2010, onde coordenou e atuou, quanto aos aspectos jurídicos, na:
 - Recriação da SUDAM e da SUDENE;
 - Estruturação do Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco às Bacias do Nordeste Setentrional;
 - PPP Pontal, primeiro projeto de participação pública privada de âmbito federal envolvendo irrigação;
 - Extensão da Transnordestina
- **Especialista em Direito Público** (Pós-Graduação *Lato Sensu*) pela PUC/MG – 2002/2004
- **Membro da Comissão de Prerrogativas da OAB/Federal** no período de abril de 2001 a janeiro de 2.004

c) Eventos dos quais participou na condição de Palestrante

- Ciclo de Palestra – Transposição do Rio São Francisco, Faculdade de Sergipe – FASE – 2005
- Semana do Meio Ambiente da OAB-BA – 2005
- Ciclo de Debates 2004 Temas Atuais de Direito Ambiental – TRF da 3ª região
- 1º Seminário Nacional de Sobre Parcerias Público-Privadas (PPPs) e Outros Mecanismos para Atração de Investimentos – IBRAE/FIRJAM – nov/2005 – Contratos na PPP
- 'Lei de Responsabilidade Fiscal e sua Aplicação', Associação de Prefeitos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro – APREMERJ, dez/2005 – Transferência de Recursos e óptica do Judiciário quanto a LRF
- Debate na OAB-CE em março de 2.006 sobre 'Os Aspectos Jurídicos do Projeto de Interligação do Rio São Francisco'
- XXVIII Semana do Advogado, Campina Grande, PB, 'O papel da Consultoria Jurídica em um órgão público.'

d) Concurso Aprovado

- Aprovado no Concurso para Procurador do Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária – INCRA

Brasília, abril de 2.011



Sebastião Alves dos Reis Júnior
OAB-DF 6.808

Aviso nº 161 - C. Civil.

Em 18 de abril de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Doutor SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Humberto Gomes de Barros.

Atenciosamente,



ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – As Mensagens nºs 62 a 64, de 2011, vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as Senadoras e Srs. Senadores, o trem-bala representa um projeto de transporte público de inegável maturidade política e econômica no Brasil. Trata-se de uma iniciativa arrojada do Governo Federal, consolidando uma saudável parceria entre as esferas pública e privada do País. Seguindo os moldes adotados pelas metrópoles mundiais, o Estado brasileiro investe recursos e conhecimentos na mais sofisticada tecnologia ferroviária do planeta.

O Trem de Alta Velocidade (TAV), que vai ligar o Estado de São Paulo ao Rio de Janeiro, vai ter sete estações no trajeto, de acordo com o edital lançado pelo Governo. Serão obrigatórias estações no centro do Rio de Janeiro, no aeroporto do Galeão, em Aparecida (SP), em Guarulhos, no centro de São Paulo (Campo de Marte), em Viracopos e no centro da cidade de Campinas.

A expectativa do Governo Federal é de que as obras do trem-bala possam gerar cerca de 12 mil empregos diretos e indiretos só na primeira fase da construção. Em médio prazo, que se estende até os dez primeiros anos de atuação do veículo, a estimativa é de que haja uma geração de até 30 mil empregos diretos e indiretos. Por fim, ao longo de 30 anos, 30 mil empregos devem ser gerados com a construção do trem.

Na semana passada, Sr. Presidente, foi criada uma estatal específica para cuidar do projeto, cujo custo está estimado em 33 bilhões de reais, com 20 bilhões de reais financiados pelo Estado. Aliás, o Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Bernardo Figueiredo, declarou, há pouco, que o projeto brasileiro tem condições de garantir uma taxa de retorno para os investidores de 10,5% ao ano. Detalhe nada desprezível, vale ressaltar que a concessão do projeto é por 40 anos.

De fato, a ANTT estimou transporte de 30 milhões de passageiros por ano, elevando a 100 milhões no fim da concessão, uma receita anual de dois bilhões de reais. Isso, naturalmente, também considera aquele financiamento de 20 bilhões de reais do BNDES baseado na Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP) e mais um componente de repactuação de juros no valor total de 5 bilhões de reais, caso a demanda não seja atingida nos dez primeiros anos.

Sr. Presidente, por mais complexa que seja sua gestão, não há como rejeitar a implantação do TAV sob alegação de ausência de interesse privado. Pelo contrário, apesar de a taxa de retorno ainda constituir o pomo da discórdia entre Estado e a iniciativa empresarial, tudo leva a crer que o ponto convergente será brevemente encontrado.

Por outro lado, a rejeição ao TAV por parte dos críticos não se sustenta, em absoluto, em bases sólidas. A contestação do PSDB junto ao Supremo por conta da suposta inconstitucionalidade do financiamento do BNDES se resume apenas a uma perversa manobra protelatória. Mesmo assim, em função disso, os atrasos nos leilões têm comprometido o cronograma das obras, inviabilizando sua entrega em tempo hábil para a realização dos grandes eventos esportivos que nos esperam.

Por fim, cumpre reiterar o interesse do Governo Dilma em executar a modernização do transporte público brasileiro, implantando de vez o tão sonhado trem-bala no trajeto Campinas –São Paulo–Rio de Janeiro. Correndo atrás do relógio, as obras devem ser tocadas em tempo o mais próximo possível, na expectativa de atender a contento às metas de infraestrutura previstas para os Jogos Olímpicos de 2016.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^as e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 26, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 8, DE 2011 (Proveniente da Medida Provisória nº 512, de 2010)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2011, que altera a Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e da indústria automotiva, a Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001 (proveniente da Medida Provisória nº 512, de 2010).

(Lido no Senado Federal no dia 19.04.2011)

Relator revisor: Senador Humberto Costa
(Sobrestando a pauta a partir de: 20.02.2011)

Prazo final prorrogado: 05.05.2011

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 166, DE 2008

(Adiada para esta data em virtude da aprovação do RQS nº 219, de 2011).

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 166, de 2008 (no 696/2003, na Casa de origem, do Deputado Zezéu Ribeiro), que *dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.599 e 1.600, de 2010, das Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável; e
- de Educação, Cultura e Esporte, Relatora ad hoc: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos da Emenda no 1-CE (Substitutivo), que oferece.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 3, DE 2010

(Adiada para esta data em virtude da aprovação do RQS nº 258, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2010 (nº 2.057/2007, na Casa de origem), que *dispõe sobre o processo e julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.685, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Alvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

REQUERIMENTO N° 298, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 298, de 2011, de autoria do Senador Wellington Dias, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2011, por regularem a mesma matéria (institui o dia 13 de março, dia da Batalha do Jenipapo, no calendário das efemérides nacionais).*

5

REQUERIMENTO N° 385, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2011, do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (limites máximos de sódio nos produtos alimentícios).*

6

REQUERIMENTO N° 414, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 414, de 2011, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (isenta instituições da arrecadação de direitos autorais).*

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não havendo mais oradores inscritos, dou por encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 35 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 16/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2,4)	1. Lídice da Mata (PSB-BA) (2)
Angela Portela (PT-RR) (2)	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (2)	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) (1)	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (3)	

Notas:

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NO ACRE E DEMAIS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Anibal Diniz (PT) (2)

Senador Jorge Viana (PT) (1)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) (3)

Senador Gilvam Borges (PMDB) (4,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT) (4)	1. Senadora Ana Rita (PT) (4)
Senador Delcídio do Amaral (PT) (4)	2. Senador Blairo Maggi (PR) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT) (4)	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) (4)
Senador Inácio Arruda (PC DO B) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) (4)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) (3)	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Senador Eduardo Braga (PMDB) (3)	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) (3)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (3)	3.
Senador Valdir Raupp (PMDB) (3)	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) (1)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) (1)
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor (2)	1. Senador Armando Monteiro (2)

Notas:

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)
2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)
3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)
4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

4) REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário
o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽²⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB)
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁴⁾
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lidice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (1)	1. Aécio Neves (PSDB) (2)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).

2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽¹⁾	1. Armando Monteiro
	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgálio, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amelia (PP-RS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amelia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amelia Vice-Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Renan Calheiros (PMDB) ^(3,5,17)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Mário Couto (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgálio, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS N° 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽²⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁷⁾	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Francisco Dornelles (PP)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vlcente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- 1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
- 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
- 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
- 5. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
- 6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
- 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antônio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgálio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antônio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO (1)
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
- *. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
João Pedro (PT)	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁹⁾
VAGO (2)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO (8)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (3)	1.
(1)	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
- *****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 045/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
 4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 5. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)
 6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
 7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
 8. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
 9. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	4. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 029/2011-CRE/PRES).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁾
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Mário Couto (PSDB) ⁽²⁾	3. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

- *. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.
- ***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgálio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: quartas-feiras, às 14h -
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amelia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blaio Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁷⁾
PTB	
(1)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blaio Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 02/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

4^a Designação: 12/02/2009

5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ⁽⁶⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁴⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽²⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Waldemir Moka (MS) ⁽⁷⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁸⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾

DEM

José Agripino (RN) ⁽⁹⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾

PP

Ivo Cassol (RO) ⁽⁶⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 13/04/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 30/11/2010

2^a Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Pedro Simon (RS) ⁽⁶⁾

PT

Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾

PSDB

Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾

PP

Ana Amelia (RS) ⁽⁷⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁵⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁴⁾

Atualização: 13/04/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Casildo Maldaner (SC) ⁽⁶⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾

PC DO B

Vanessa Grazzotin (AM) ⁽⁴⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽²⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁷⁾

PV

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 24-3-2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
(Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Mário Couto (PSDB/PA)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Fernando Collor (PTB/AL)

Câmara dos Deputados

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)

(Atualizada em 24.3.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil



Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6 e demais emendas constitucionais.

Código Civil Brasileiro e Legislação Correlata



Texto da Lei nº 10.406/2002, sua respectiva Exposição de Motivos e farta legislação pertinente ao tema, comentários doutrinários e súmulas de jurisprudência.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



Edição de hoje: 176 páginas

OS: 2011/11061